

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E
TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS

REQUALIFICAÇÃO URBANA
A FAZENDA ROSEIRA E A COMUNIDADE JONGO DITO
RIBEIRO – CAMPINAS/SP

CAMPINAS-SP

2011

ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS

REQUALIFICAÇÃO URBANA
A FAZENDA ROSEIRA E A COMUNIDADE JONGO DITO
RIBEIRO CAMPINAS/SP

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do Título de Mestre em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior.

PUC CAMPINAS /SP

2011

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4
M386r

Martins, Alessandra Ribeiro.

Requalificação urbana: a Fazenda Roseira e a comunidade Jongo
Dito Ribeiro Campinas/SP / Alessandra Ribeiro Martins. – Campinas,
PUC-Campinas, 2011.
123p.

Orientador: Wilson Ribeiro dos Santos Junior.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de
Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias,
Pós-Graduação em Urbanismo.

Inclui anexos e bibliografias.

1. Cidades e vilas - Arquitetura. 2. Campinas (SP) - Urbanização.
3. Patrimônio cultural. 4. Participação popular. I. Santos Junior, Wilson
Ribeiro dos. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro
de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em
Urbanismo. III. Título.

22. ed. CDD – t711.4

ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS

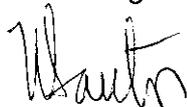
**"REQUALIFICAÇÃO URBANA: A FAZENDA ROSEIRA E
A COMUNIDADE JONGO DITO RIBEIRO –
CAMPINAS/SP"**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

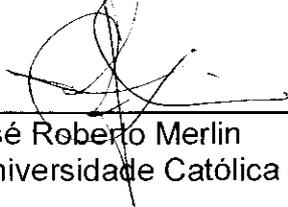
Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

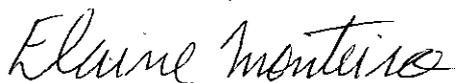
Dissertação defendida e aprovada em 25 de fevereiro de 2011 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior
Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. José Roberto Merlin
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof.ª Dr.ª Elaine Monteiro
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram com a realização desta pesquisa, à minha família em especial a minha mãe Maria Alice Ribeiro, minha filha Bianca Lúcia e a meu companheiro Nielson de Jesus Santos que sempre me apoiaram e me confortaram nos momentos de dificuldade, aos que me ajudaram tecnicamente, as Comunidades Jongueiras do Pontão do Jongo/Caxambú que me receberam com todo amor e carinho e aos meus companheiros de equipe e parceiros da Casa de Cultura Fazenda Roseira.

Ao Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior, Caracol, que aceitou o tema e orientou essa pesquisa, pela sua dedicação, estímulo, paciência e amizade.

Aos Professores Dra. Elaine Monteiro e ao Dr. José Roberto Merlin, que me acompanharam e incentivaram durante o desenvolvimento da pesquisa realizada, por terem me incentivado a dar continuidade a este trabalho.

Aos todos os professores do Mestrado em Urbanismo, pelo incentivo ao meu trabalho, colaboração e discussões.

À banca de qualificação e defesa, pela contribuição para a realização da pesquisa.

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas, pela formação adquirida.

A Capes, pela bolsa, cujo financiamento permitiu a realização da pesquisa.

A todos os colegas de curso, pela convivência e amizade que construímos.

A Comunidade Jongo Dito Ribeiro, que me aceitaram como liderança e incentivo a sempre seguir em frente.

“Eu vim na Tenda de Mãe Joana
Eu vim, buscar o seu axé
é a força, a energia, reafirmando a minha fé”.

A minha querida tia Edna (In Memoria) pelos anos de parceria, amizade,
dedicação e encaminhamento espiritual.

RESUMO

Martins, Alessandra Ribeiro. Requalificação Urbana: A Fazenda Roseira e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro Participação Popular no Município de Campinas: Análise e acompanhamento da requalificação da sede da Fazenda Roseira em Casa de Cultura pelos movimentos sociais, culturais e ambientais da região noroeste. 2011.f. 120.

Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Campinas, 2010.

Palavras chaves: Requalificação Urbana, Patrimônio Cultural, Cultura Negra, Participação Popular.

Este trabalho aborda aspectos da luta pela preservação da Fazenda Roseira do Campo Grande antiga fazenda de café e marco referencial cultural e histórico, situada na região noroeste de Campinas, SP, num território entrecortado por extensas avenidas e por importantes rodovias de conexão regional e ocupado por uma população de perfil predominante de baixa renda com forte presença de comunidades de afro descendentes. O entorno da sede convive atualmente com a inserção de um novo loteamento fechado nos terrenos remanescentes da Fazenda. O trabalho analisa a atuação da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, articulada a outros movimentos sociais e culturais de origem africana, pela requalificação urbana da Fazenda Roseira bem como o papel do jongo/caxambu que a constituiu enquanto manifestação cultural e política. A Fazenda Roseira, como “ lugar de memória”, constitui a matriz sobre a qual se articulam sínteses do conteúdo social e as formas espaciais, estimuladas pelas ações da comunidade jogueira integrando identidade cultural com a territorialidade na produção do espaço urbano.

Combinam-se neste processo a representação de dois segmentos do patrimônio cultural, a sede a Fazenda Roseira, enquanto patrimônio material caracterizado pelas referências ambientais e arquitetônicas com fragmentos do período colonial e do século XIX, pelas e o patrimônio imaterial do jongo, reconhecido em 2005 pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) representado pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro, testemunho importante na formação da memória histórica do povo negro na cidade de Campinas.

ABSTRACT

Martins, Alessandra Ribeiro. Urban Upgrading: The Fazenda Roseira and the Jongo Dito Ribeiro Popular Participation in Campinas: Analysis and monitoring of the rehabilitation of the headquarters of The Roseira Farm House of Culture by the social movements, cultural and environmental aspects of the Northwest. 2011.f. 120. Dissertation (Master in Urban Planning) - Catholic University of Campinas, Center for Science, Technology and Environment, Graduate Program in Urban Planning, Campinas, 2010.

Palavras chaves: Urban Regeneration, Cultural Heritage, Black Culture, Popular Participation.

This paper focuses on aspects of the struggle for preservation of Fazenda Roseira do Campo Grande a former coffee farm and cultural and historic landmark, located in the northwest region of Campinas, SP. Long avenues and important highways connecting major regions in the State cross this area, that is occupied by a low-income population, predominantly African descent. The surroundings of this farm are currently experiencing the insertion of new housing development projects. Thus, the present work examines the actions of Comunidade Jongo Dito Ribeiro, linked to other social and cultural Afro-brazilian movements, for the urban regeneration of Fazenda Roseira, as well as the role of the cultural expression of Jongo, also known as Caxambu, in this process. Fazenda Roseira as a " memory place ", is the matrix on which social dispositions and spatial forms are articulated , stimulated by the actions of the Jongo community integrating cultural identity with territoriality in the production of a urban space. This case presents the combination of two segments of the cultural heritage: in one hand Fazenda Roseira as a material heritage characterized by environmental and architectural fragments from the colonial period and the nineteenth century; in the other hand Jongo as an intangible heritage recognized since 2005 by IPHAN (National Institute of Historical Heritage), is also represented by Comunidade Jongo Dito Ribeiro, an important witness in the construction of the historical memory of black people in the city of Campinas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Foto atual da fachada da Fazenda Roseira.

Figura 2 – Roda de Jongo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro.

Figura 3- Entrada de terra de acesso a sede da Fazenda Roseira.

Figura 4. Imagem da Revista Raça Brasil /março 2010.

Figura 5. Mapa de Campinas/SP .

Figura 6 –Verticalização de Campinas, foto de Luiz Granzotto.

Figura 7 – Acervo do Centro de Memória da Unicamp (Fonte: Centro de Memória da Unicamp) - **Engenho de açúcar**, Campinas, SP, 1840. Reprodução de aquarela de Hercule Florence publicada em TAUNAY, A. E. A propagação da cultura cafeeira.

Figuras 8 e 9 - Foto da segunda metade do século XVIII e início do século XIX .

Figura 10 - Mapa Em vermelho a indicação da localização do Matadouro Municipal; em amarelo Lazareto dos Morpheticos; em laranja Lazareto dos Variolosos; em roxo Cortume; os antigos cemitérios localizavam-se, onde é hoje o pátio de manobras da ferrovia.

Figura 11 - Mapa da Aglomeração Urbana no estado de São Paulo .

Figura 12 - Mapa da RMC - Região Metropolitana de Campinas.

Figura 13 - Macrozona 4 .

Figura 14 - Descrição da Macrozona 4 .

Figura 15 – Macrozona 5.

Figura 16 - Descrição da Macrozona .

Figura 17. Localização da área da Fazenda Roseira.

Figura 18 – Crescimento Urbano de Campinas.

Figuras 19, 20 e 21 – Imagens da Av John Boyd Dunlop.

Figura 22: Antiga entrada da Fazenda Roseira .

Figura 23 - Planta da Área doada pela Fazenda Roseira à Cia Campineira de Tração, Luz e Força em 1917 .

Figuras 24 – Mapa aéreo da área da Fazenda Roseira e bairros do entorno.

Figura 25 - Implantação do Campus II da PUC Campinas na Av John Boyd Dunlop.

Figuras 26 e 27 – Jardim Roseira bairro regular, mapa de localização e campo de futebol com vista para uma ocupação irregular na Av. Brasília, antigamente conhecida como

“Morro dos Macacos”.

Figuras 28 e 29 - Vila Perseu Leite de Barros, e Centro de Saúde da Av. Provenza Sobrinho e Escola Hercy Moraes na Av. Brasília que liga Jd. Roseira, Vila Perceu e Jdm. Tropical.

Figura 30 e 31 – Jardim Ipaussurama e 11o. Posto Policial na Av Homero Vasconcelos de Souza.

Figura 32: Construção da primeira parte do condomínio Terra Natura na Gleba, da Fazenda Roseira.

Figura 33 e 34 – Propagandas do novo loteamento Terra Nature – HORIZONTE.

Figura 35 – Projeto das divisões da Gleba para a implantação. (Fonte: Palestra da Eng^a Arquiteta Simone Medeiros Eyer Thomas – Diretora do Departamento de Controle Urbano da Prefeitura Municipal de Campinas. Tema: “Plano Diretor e diretrizes ambientais e urbanísticas para a área em estudo”).

Figuras 36, 37-A, 37-B – Imagens do folder de divulgação do loteamento.

Figura 38: IV Arraial Afro Julino do Jongo Dito Ribeiro – 2007 (Acervo Sandra Gagetti integrante da Comunidade Jongo Dito Ribeiro).

Figura 39

Figura 40

Figura 41

Figura 42 – Roda de Jongo em frente a igreja de São Benedito.

Figura 43: Fachada da Fazenda Jambeiro .

Figura 44: Matéria da Fazenda Roseira Publicada após o enfrentamento dos grupos com o ex-proprietário. Fonte: Correio Popular – 18/10/2008.

Figura 45: Painel do Projeto Sou África em Todos os Sentidos, exposto na Casa de Cultura Fazenda Roseira.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Caderno de Subsídios do Plano Diretor de 2006.

Tabela 2 – Quadro de Evolução de Imóveis Horizontais Verticais da Macrozona 4 e 5.

Tabela 3 - Evolução do número de imóveis e da Área Construída das Macrozonas 4 e 5.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAM – Área de Controle Ambiental

ACON – Área de Urbanização Consolidada

AFRO – Afro Brasileiro

AI – Ato Institucional

AIA – Área de Influência Aeroportuária

APP – Área de Preservação Permanente

APR – Área Prioritária de Requalificação

AP – Área de Planejamento

APA – Área de Proteção Ambiental

AREC – Área de Recuperação Urbana

ARU – Área com Restrição à Urbanização

AUC – Área de Urbanização Controlada

AUC-N – Área de Urbanização Controlada Norte

AUC-S – Área de Urbanização Controlada Sul

AUP – Área de Urbanização Prioritária

AURBE – Área de Urbanização Específica

CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz

CONDEPACC – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas

CONDEPHAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

DIC 'S -Conjuntos Habitacionais da Região Ouro Verde em Campinas

IPHAN – instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDU – Lei de Desenvolvimento Urbano

LOM – Lei Orgânica Municipal

MZ – Macrozona

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG – Organização Não Governamental

OP – Orçamento Participativo

PD – Plano Diretor

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PMC – Prefeitura Municipal de Campinas

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC CAMPINAS – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RM – Região Metropolitana

RMC – Região Metropolitana de Campinas

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A

SEPLAMA – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

TC – Antônio Carlos da Silva

UNICAMP – Universidade de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

CAPÍTULO I

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO	6
1.2O IPHAN	8
1.3NOVAS FORMAS DE COMPREENSÃO DO PATRIMÔNIO E SEUS CONFLITOS...	11

CAPÍTULO II

2. CAMPINAS FORMAÇÃO E METRÓPOLE.....	13
2.1 AS RAIZES NEGRAS DE CAMPINAS	15
2.2 A CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO TERRITÓRIO.....	16
2.3 CAMPINAS E SUAS MÚLTIPLAS IDENTIDADES	18
2.4.CAMPINAS CADA VEZ MAIS URBANA	22
2.4.1 CAMPINAS: EXPANSÃO E METROPOLIZAÇÃO.....	28
2.4.2 A METROPOLIZAÇÃO.....	31
2.5 MACROZONAS ESTABELECIDAS.....	32
2.6 REGIÃO NOROESTE E SUDOESTE	38

CAPITULO III

3. CAMPO GRANDE – O BERÇO DA FAZENDA ROSEIRA	44
3.1A ESTRADA DO CAMPO GRANDE – COLONIAS E POVOADOS .	46
3.1.1 CRESCIMENTO E AMPLIAÇÃO DA REGIÃO SUDOESTE	49
3.2 A FAZENDA ROSEIRA (CAMPO GRANDE)	51

3.3 DESMEMBRAMENTOS DE GLEBAS DA FAZENDA ROSEIRA E PARTILHAS....	56
3.4 NAS PORTAS DA ATUALIDADE	57
3.5 LOTEAMENTO TERRA NATURE/HORIZONTE – CARACTERÍSTICAS DO PROJETO.....	66

CAPÍTULO IV

4. CAMPINAS TAMBÉM É TERRA DE JONGUEIRO	71
4.1 JONGO OU CAXAMBÚ – ORIGENS	75
4.2 OS SIGNIFICADOS DOS PONTOS DE JONGO.....	78
4.3 OS TAMBORES – TAMBÚ E CANDONGUEIRO	80
4.4 A DANÇA	84
4.5 O JONGO EM CAMPINAS.....	86
4.6 UMA BREVE BIOGRAFIA DO JONGUEIRO BENEDITO RIBEIRO (MINHAS MEMORIAS).....	89
4.7 COMUNIDADE JONGO DITO RIBEIRO	91

CAPÍTULO V

5. A REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FAZENDA ROSEIRA.....	95
5.1 O PATRIMÔNIO TAMBÉM É NOSSO: UM BREVE ESTUDO DE CASO - A FAZENDA JAMBEIRO	97
5.2 A INSERÇÃO DOS MOVIMENTOS NA FAZENDA ROSEIRA	100
5.3 LEI DA AÇÃO SEMPRE GERA (RE) AÇÃO	103
5.4 CASA DE CULTURA FAZENDA ROSEIRA UM TANTINHO DA ÁFRICA....	108
5.4 O PODER PÚBLICO E A FAZENDA ROSEIRA	110
5.4.1 ENCONTROS E DESENCONTROS	112

CONCLUSÃO

DA SENZALA A CASA GRANDE....DA CASA GRANDE À SENZALA.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

ANEXOS

DOCUMENTOS, CERTIDÕES E ENCAMINHAMENTOS.....	124
----------------------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Como eu cheguei aqui
Nem sei, eu cai nessa roda de Jongo
Vovô Dito sabia de tudo.
Vovô Dito mandou me buscar.
(Ponto da Comunidade Jongo Dito Ribeiro)

Este estudo consiste em um exercício concreto nos mares das ciências e da possibilidade de experimentar de modo mais aprofundado a alegria de tornar-me uma pesquisadora curiosa e crítica no ofício de aprender. Entretanto, antes de iniciar a apresentação deste trabalho quero apresentar os ventos que me trouxeram a esses mares⁰.

No ano de 2000, tive a oportunidade de desabrochar pela busca de minha identidade através de várias formas culturais, literárias e artísticas, imbricadas na cultura negra. Saber de onde efetivamente eu vinha contribuiu muito para que eu fizesse escolhas e determinasse quais caminhos seguir como mulher, negra e residente de uma das regiões periféricas de Campinas.

Entender essas diferenças culturais em meio às desigualdades foi um dos fatores que me levaram a buscar mais sobre minhas raízes negras, a cultura negra e assim encontrar o Jongo. O jongo é uma importante manifestação cultural afro-brasileira, oriunda das senzalas da região sudeste, que se manifesta através da dança ritmada por tambores e temperada pelos desafios metafóricos cantados pelos seus praticantes, chamados jongueiros.

Deste encontro com o jongo e com minhas próprias raízes, já mergulhada na convicção de que “a união da família é a nossa maior riqueza”, (frase que ouço desde que nasci em meu seio familiar), fui escolhida como a liderança da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, como neta do mestre jongueiro Benedito Ribeiro, reverenciado na comunidade e respeitado como nosso ancestral jongueiro e inspirador de nossa prática.

O tempo tornou-se curto para tantas questões a serem respondidas e o desejo de saber como acessar esse passado, que de um tempo para outro se torna tão presente e muda o rumo de nossas vidas, nesta busca pessoal e coletiva, encontrei na academia um veículo facilitador para encontrar essas respostas.

⁰ É importante, para compreensão deste trabalho acessar: www.mocambos.net/ninguemlevanossacasa

Como consequência dessa persistência e busca, em 2005 entrei na faculdade de História da PUC/Campinas e mergulhei no jongo, chegando a uma Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso intitulada “Comunidades e Instituições: O Jongo, sua História e suas Representações no sudoeste do Brasil no Século XXI”. Neste trabalho, conheci mais das teorias e debates nos quais o jongo está envolvido e consegui acalmar algumas das várias perguntas que passavam por minha cabeça.

O estudo aprofundado gerado a partir da análise crítica de cinco documentários sobre o jongo, que realizei em minha monografia, trouxe contribuições para a compreensão da importância desta manifestação na atualidade e fizeram-me perceber que, mesmo com o passar do tempo e com as modificações naturais que cada período histórico traz, o jongo continua com sua função articuladora.

A cada passo, um medo, uma surpresa e uma superação. Foi neste processo que me tornei uma historiadora consciente que entre o dilema de ser objeto de estudo ou cientista comprometida com a comunidade escolhi que estaria neste lado, o de ser voz aqueles que nem sempre podem estar na academia falando de si e com um desejo imenso de aprender mais e responder a outras angústias geradas chego a esta dissertação com o tema: Requalificação Urbana: A Fazenda Roseira e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro – Campinas/SP.

Essa temática teve um início casual, quando na década de 80 meus pais compraram uma casa no Jardim Roseira, bairro da periferia que tinha como paisagem diária um morro chamado de “Morro dos Macacos”. Com o tempo, soube que se tratava de uma favela habitada inicialmente por negros, em sua maioria, fato que foi se modificando no decorrer do tempo por estes se mudarem cada vez para mais longe até deste bairro que já era bem distante do centro, ou do meu referencial anterior, o bairro do Botafogo, em que morei por anos com minha avó.

A outra paisagem desta morada atual do Jardim Roseira era a Fazenda Roseira, grande pasto, com muitas árvores, vacas e bois pastando, cavalos. E esta era toda a vista, já que se tratava de uma propriedade particular com várias placas e aviso de cão bravo que, juntamente com os tiros de espingarda nas molecagens de criança que roubavam frutas, realmente punham limites ao acesso da população.

No ano de 2005, surgiram rumores sobre a venda da fazenda para dar lugar a um novo bairro. Esta fazenda veio sendo desmembrada em loteamentos, desde 50 anos antes, quando deu origem ao Jardim Ipaussurama, Vila Perceu Leite de Barros e o próprio bairro em que moro, o Jardim Roseira. Neste bairro, no quintal de minha casa, aconteceram as primeiras rodas de jongo no reencontro com essa tradição, que em 2005

recebeu a titulação de Patrimônio Imaterial Nacional, registrado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Benedito Ribeiro, a quem dedicarei maiores informações no capítulo sobre a Comunidade Jongo Dito Ribeiro, praticou o jongo na cidade de Campinas/SP, porém, após seu falecimento a tradição ficou esquecida, sendo reacordada somente há dez anos atrás, quando, na busca pelas minhas raízes e identidade negra, passei a conhecer batuques, danças e em uma roda de Jongo, realizada por praticantes e pesquisadores desta tradição, reencontrei minha ancestralidade jongueira.

A partir desse momento, a minha casa tornou-se o espaço do jongo, dançado em meu quintal, que fora, em anos anteriores, parte da Fazenda Roseira. Neste mesmo quintal, onde podíamos anos antes ver os pastos da fazenda, as flores florescerem e o gado passeando, em cenas que fizeram parte de minha adolescência.

Alguns pontos de jongo surgiram dessa paisagem, mas a cidade avançou e o que em 2005 o que apenas rumores em 24 de agosto de 2007, por intermédio do Diário Oficial de Campinas, tornou-se realidade: a Fazenda Roseira daria lugar a mais um novo bairro.



Figura 1. Foto atual da fachada da Fazenda Roseira. (Fonte: Acervo Comunidade Jongo Dito Ribeiro)

A Fazenda Roseira na minha memória faz parte de um dos lugares proibidos, o - lugar que se podia ver de longe, mas jamais entrar. As placas com avisos de “cão bravo”, as estórias sobre os capangas, a influência do imaginário e a majestade de suas árvores propiciaram que as barreiras se consolidassem em minha mente, fazendo o rompimento - somente em 1999, quando pela primeira vez entrei escondida pra ver o lugar proibido. E após caminhar entre as árvores, para minha feliz surpresa, encontrei o casarão mais bonito e senhorial que já tinha visto de tão perto. Estava ao lado da minha casa, da nossa periferia, desse lado esquecido pela cidade!

Compartilhar essa arte de jogar e ao mesmo a realização do mestrado foi um dos elementos para o desenvolvimento dessa pesquisa, pois, depois de ver aquela beleza, outro desejo foi despertado em meu coração, o de possibilitar que outras pessoas pudessem ver também, sentir e principalmente cuidar daquele espaço.

Um novo bairro não era o problema, mas o que aconteceria com o “nosso” tesouro escondido sim. Cada um por uma causa, com um sentimento e com uma memória diferente. O meu sentimento era apenas um entre todos os outros que, a sua maneira, compartilhavam e compartilham essa paisagem, memória e lembrança da Fazenda Roseira.

A Fazenda Roseira deu origem ao bairro Jardim Roseira que acolheu ao jongo, a capoeira, os batuques, os conhecimentos sobre meio ambiente dos religiosos de matrizes africanas, as festas tradicionais, a fogueira, as rezas e tantas outras manifestações ditas expressões das minorias populares que mais parecem retornar aos seus lugares retirados pelo tempo. Sua paisagem seduziu o jongo e as demais manifestações, rememorou nossos negros ancestrais que contribuíram para a construção de espaços como este e que nos poucos momentos permitidos ecoaram seus tambores e acolheram as nossas formas de ser, ver e se relacionar com o espaço.



Figura 2 – Roda de Jongo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro -março/2009. (Fonte: Acervo Comunidade Jongo Dito Ribeiro)

Casos ou acasos, não sei como definir, mas nesta dissertação apresentaremos esse Estudo de Caso como um exemplo de como as dinâmicas contemporâneas de reorganização de espaços aproximam o que estava longe, transforma rural em urbano e, principalmente, fazem da Requalificação Urbana uma interessante ferramenta para novos usos do espaço, inserindo novos personagens e transformando coadjuvantes em protagonistas de uma nova história.

“Cachoeira!”¹

1 Cachoeira é o termo utilizado pelos praticantes de jongo para parar os tambores, antes de cantar um novo ponto (música) de jongo.

CAPÍTULO I

1. Considerações sobre o Objeto de Estudo



Figura 3. Entrada de terra de acesso a sede da Fazenda Roseira. (Fonte: Acervo Comunidade Jongo Dito Ribeiro).

O presente trabalho insere o Urbanismo e a História no vasto universo dos acontecimentos que afetam os homens e que são por eles impulsionados. Para estabelecer essas relações entre o que é designado patrimônio histórico cultural material e imaterial e os espaços da cidade torna-se fundamental que sejam ressaltadas algumas questões sobre a natureza do espaço.

Milton Santos² adverte que para compreender a natureza do espaço é necessário entender “a herança da história natural e todo resultado das ações humanas que se objetivou” (SANTOS,1999) no espaço estudado, pois um vasto campo de materialidades foi produzido pelo homem em diferentes períodos históricos.

² SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: espaço e tempo razão e emoção. 3º Ed. São Paulo, Hucitec, 1999.

Este mesmo espaço assume diferentes funções e múltiplas formas ao se tornar o foco dos debates e das ações comprometidas com a satisfação de diferentes necessidades de cunho material, imaterial, econômico, social, cultural e afetivo. Funções estas que, de uma forma ou outra, irão desembocar nos objetos e dar novos significados a sua representação.

A Fazenda Roseira apresenta essa amplitude discutida por Milton Santos quanto à função e diversidade do espaço. Ao longo do tempo, integrou-se enquanto unidade produtiva a formas diferentes de atividades econômicas, incorporando referências em sua arquitetura eclética, um importante portal de volta ao tempo, perenizando-a entre os patrimônios históricos e culturais ainda presentes em Campinas.

Nesta dissertação, trabalharemos com a representação de dois segmentos do patrimônio cultural. O primeiro é o patrimônio material, representado pela sede da Fazenda Roseira, que se caracteriza por sua estrutura arquitetônica com fragmentos do período colonial e do século XIX, pelas referências ambientais, ainda não inserida nos planos de Estudo de Tombamento da CONDEPACC. O segundo segmento é o patrimônio imaterial, representado pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro - o jongo foi reconhecido em 2005 pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como parte do patrimônio nacional brasileiro e pelo viés da identidade traz à tona diversas questões sobre as comunidades tradicionais/território e cultura afro-brasileira.

1.2. O IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

O IPHAN, órgão oficial responsável pela proteção do patrimônio cultural no país, vem assumindo desde sua criação importante papel nas questões referentes ao patrimônio:

[...] criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas. Já em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda desses bens. Em seguida, confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio. Posteriormente, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a “proteção do patrimônio histórico

e artístico nacional". O Iphan está hoje vinculado ao Ministério da Cultura³.

Outros nomes importantes colaboraram para a organização do IPHAN, como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, que auxiliaram na formação de técnicos para os procedimentos de tombamento, restauração e revitalizações para assegurar a preservação e permanência do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, tanto o documental e etnográfico, o de obras de arte integradas a bens móveis, bem como a proteção dos acidentes geográficos notáveis e paisagens agenciadas pelo homem. Apesar da preocupação modernista em preservar os patrimônios brasileiros, principalmente pela influência de Mário de Andrade, que foi um dos precursores das pesquisas de manifestações culturais populares e folclóricas, os tombamentos realizados seguiram, de modo geral, as esferas vinculadas às elites e seus bens móveis e imóveis, ocasionando em diversos momentos desentendimentos entre o órgão responsável pelo tombamento e proprietários de imóveis de alto valor imobiliário, que ao receber o tombamento se viam vinculados a um conjunto de regras que inviabilizavam seus interesses econômicos. Um interessante e emblemático exemplo deste caso aconteceu em 1989, na Avenida Paulista em São Paulo, quando membros da família Matarazzo tentaram implodir sua mansão, na busca de negociar o terreno com empresas imobiliárias e evitar o tombamento do imóvel, que se encontrava em andamento no CONDEPHAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico).

Para o desenvolvimento da dissertação considerou-se nesta pesquisa que o Patrimônio Cultural, conforme o site do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão responsável pela sua proteção,

não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis.⁴

O conceito atual de patrimônio cultural material e imaterial substituiu, portanto, o de patrimônio histórico e artístico vigente por décadas e, ao acompanhar a evolução das Cartas Patrimoniais internacionais, ampliou a ideia de bem cultural ao incorporar ao patrimônio tradicional as manifestações culturais e imateriais dos diversos grupos sociais

3 Essas informações foram retiradas do site Oficial do Iphan. (www.iphlan.gov.br).

4 Idem.

que compõem a sociedade.

O patrimônio material protegido pelo Iphan, com base em legislações específicas é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.⁵

A noção de patrimônio cultural imaterial, por sua vez, acompanha as deliberações da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial realizada pela UNESCO em 2003, e colocadas em vigor a partir de 2006 com a adesão dos estados membros e que se encontra assim definido em suas Disposições Gerais:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.⁶

As bases legais do tombamento ganharam novos horizontes, especialmente no artigo 216 da Constituição Federativa do Brasil de 1988, e o patrimônio cultural passou a ser definido a partir das formas de expressão; dos modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e demais sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Estabeleceu ainda que cabe ao poder público, com apoio da comunidade, a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país.

E o Patrimônio Cultural Material, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros

5 Ibidem.

6 Unesco, 2003, p. 373

do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Estão divididos como bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Com ênfase nestas definições sobre patrimônio cultural imaterial e material, analisaremos o jongo ou caxambú, através da Comunidade Jongo Dito Ribeiro da cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, que integra o patrimônio imaterial cultural brasileiro, presente na região sudeste.

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, e instituições – cooperações e conflitos são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e da criatividade⁷.

A Fazenda Roseira, como este lugar em si, torna-se o espaço híbrido em questão para as análises que seguem, integrada ao conjunto de bens produzidos pela humanidade, na arquitetura ali presente e na apropriação do ambiente natural, constituindo um testemunho interessante na formação da memória histórica do povo negro na cidade de Campinas e, na formação da identidade da comunidade jogueira.

As Normas de Quito, resultantes da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), na capital do Equador em 1967, incorporaram a recomendação da valorização do patrimônio cultural nas políticas urbanas. Nos anos 80, começaram as discussões relativas aos usos do patrimônio, preservando-o como memória da cultura urbana, como instrumento para a revitalização de áreas degradadas. Para tanto, torna-se necessário elaborar uma política de preservação que assegure a continuidade dos elementos vitais para a sociedade e “que tenha como uma das metas a qualidade de vida e acima de tudo que tenha a participação da população”, sendo este o ponto essencial para que esta política tenha êxito.

7 Site IPHAN.

“O direito a cultura pressupõe o gozo dos direitos civis como das manifestações livres do pensamento, como o direito de ir e vir, e, portanto, de acesso livre aos diferentes territórios da cidade.” (CHOAY, 2001) O espaço é um elemento fundamental da identificação dos cidadãos com a cidade, pois é por meio das lembranças dos lugares que as nossas experiências se fixam na memória, conforme lembrado por Pierre Nora e, na nossa sensibilidade, pertencer a uma nação, a um estado e a uma cidade não é apenas uma condição legal, mas também compartilhamento de experiências e de vivência dos lugares.

1.3 Novas formas de compreensão do Patrimônio e seus conflitos

Nas últimas décadas verifica-se uma transição significativa na forma de compreender o patrimônio. Sobre as particularidades e os propósitos implícitos no direito ao patrimônio constituído, Ramon Gutierrez traça algumas considerações sobre o impacto verificado no campo patrimonial pela abertura que propicia a alteração do conceito de patrimônio histórico cultural.

(...) delinea uma ruptura com a visão histórica reducionista respaldada por uma historiografia oficial que converte em patrimônio bens de origem aristocrática, religiosa, bélica ou estatal. Nessa nova concepção de patrimônio há a inclusão do cultural e das ' dimensões testemunhais do cotidiano e os feitos intangíveis'. Superam-se as legislações que reconheciam os bens por sua antiguidade e são transcendidas as fronteiras que limitavam o ingresso ao status de patrimônio às edificações oficiais e igrejas. E, ao mesmo tempo, as obras arquitetônicas deixam de ser vistas como objetos isolados e tornam-se relevantes os conjuntos urbanos e territoriais e também a contextualização tanto física como social e cultural destes⁸.

A atual noção de patrimônio cultural, em substituição à de patrimônio histórico e artístico, nos revela a incorporação das manifestações culturais e imateriais e dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira, possibilitando uma efetiva aproximação entre o patrimônio e o cotidiano dos habitantes das cidades e de suas

8 GUTIÉRREZ, Ramón. Direito ao Patrimônio Construído. (1992) In: *O Direito à Memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria municipal de Cultura/DPH.

identidades.

Hoje na maioria das metrópoles a questão que se coloca perante o patrimônio cultural das áreas requalificadas é como equacionar a perda de seu significado anterior, uma vez que a maioria dos projetos seguiu uma fórmula indiferente aos usos e sentidos que mantinham com a população local. E, se esses projetos buscaram tornar os espaços atrativos para o mercado imobiliário e turístico, a dimensão pública, entendida como possibilidade de interação entre diferentes, perdeu o caráter democrático e inclusivo. A segregação sócio-espacial, associada ao sentimento de insegurança resultante também da intolerância, da criminalização e estigmatização de certos grupos sociais, fragmentou o uso dos espaços. Essa segmentação, que parece contradizer a ideia do espaço urbano como um espaço aberto a todos, existe de fato e é reforçada em contextos de grandes desigualdades e de tensões sociais, pois os diferentes grupos sociais tendem a se apropriar dos espaços e em sua ação revelam antigos e novos conflitos.

Se o conflito é parte integrante da vida social, o esforço intelectual deve voltar-se para a compreensão de sua expressão nos contextos urbanos contemporâneos, dado que o Brasil é um país que possui persistentes desigualdades sociais e econômicas.

A apartação social e territorial presente no cotidiano das grandes cidades nos remetem à seguinte questão: se uma comunidade jongueira defende e se apropria de um patrimônio cultural reconhecido pela população, inserido num equipamento público, e luta pela democratização e revitalização deste espaço, quais as políticas e articulações necessárias nesse jogo de forças para que os elementos vitais da sociedade sejam assegurados? E como deveria se posicionar o poder público diante dessa movimentação, que a revista Raça, como um exemplo de repercussão na mídia deste processo, na edição 141 de março de 2010, trata em uma reportagem de quatro páginas sobre a ocupação do casarão da sede intitulada “Da Senzala á Casa Grande”, como uma retomada do poder da Casa Grande pelos descendentes africanos?

Tratar-se-ia de uma insurreição ou estamos embutidos num momento político onde as camadas segregadas começam a encontrar espaço para serem ouvidas?



Figura 4. Imagem da Revista Raça Brasil /março 2010.

Essas são algumas das questões que essa pesquisa busca responder, frente a consolidação da cidade de Campinas.

CAPÍTULO II

2. Campinas – Formação e MetrÓpole

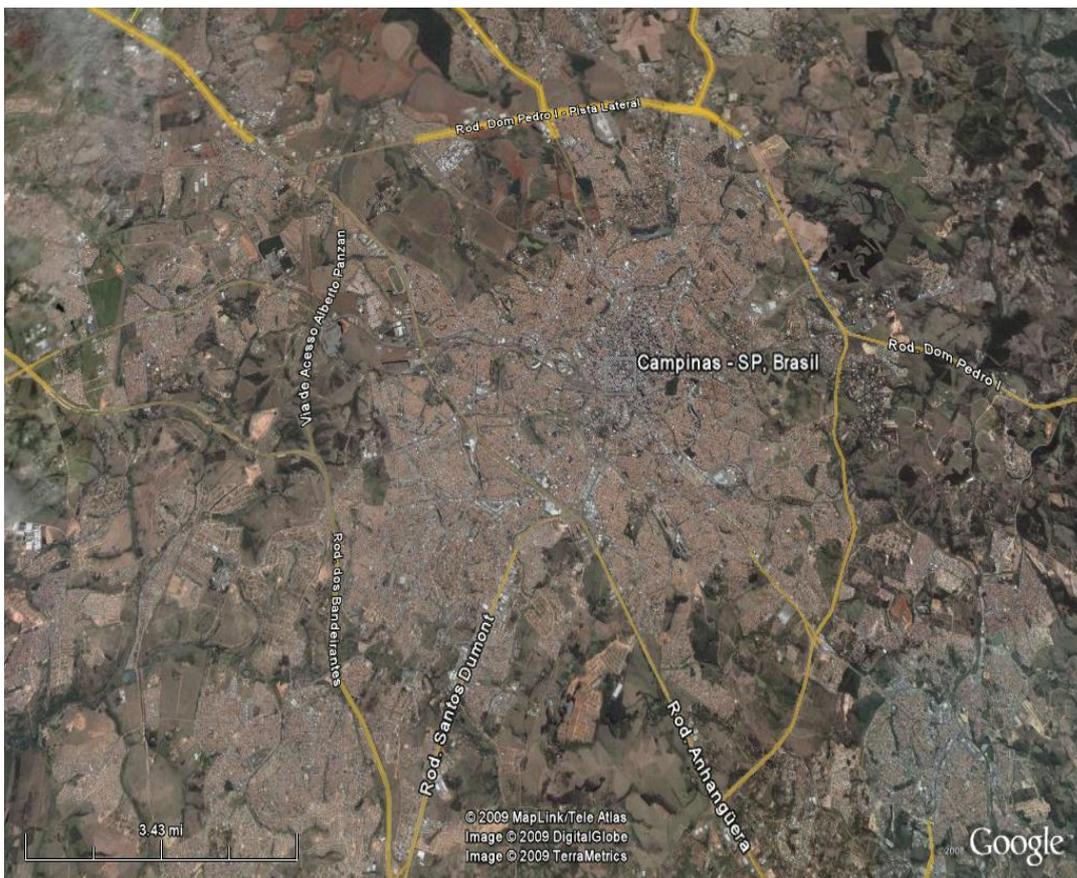


Figura 5. Mapa de Campinas/SP (Fonte: Google Maps)

Desde a economia cafeeira do século XIX, Campinas possuía o maior entroncamento ferroviário do estado de São Paulo, excetuada a capital, permitindo nuclear uma ampla rede de cidades, inclusive atingindo cidades mineiras, como Poços de Caldas, por exemplo. Com o declínio do transporte ferroviário e a ascensão do transporte rodoviário, Campinas passa a contar com importante sistema de rodovias expressas de São Paulo, atrás apenas da capital. Criava-se no território campineiro e em seu envoltório as condições infra-estruturais, econômicas e demográficas para o estabelecimento de uma rede urbana que

É nessa perspectiva que neste capítulo retrataremos a Região Metropolitana de Campinas para compreensão deste processo paulatino, que gera hoje nesta região um interessante exemplo, a ser observado, sobre a transformação da metrópole campineira diante da atual discussão sobre a Megalópole do Sudeste, que consiste em uma vasta região urbanizada, polarizada por diversas metrópoles conurbadas e ligadas entre si. Também demonstraremos suas características internas de organização e ordenação do território, em especial as referências junto a população negra.

Através dos processos desencadeados desde a aprovação do Estatuto da Cidade, nas formulações e atualizações dos Planos Diretores de 1996-2006, como as divisões em Macrozonas, poderemos compreender a amplitude em que o objeto de estudo está inserido como seu impacto, dentro do espaço em disputa na requalificação da sede da Fazenda Roseira, transformada em Casa de Cultura na cidade de Campinas.

2.1. As raízes negras de Campinas

A população de Campinas guarda marcas centenárias da presença africana... Mais do que isso, os afro-descendentes cumpriram e continuam a cumprir tal papel na formação, desenvolvimento e funcionamento da cidade, que nós poderíamos dizer que ela é em grande medida responsável pela forma de ser de nossa cidade, pela “alma campineira”... por emprestar-lhe a musicalidade de Carlos Gomes, o senso público de Bento Quirino dos Santos, a engenhosidade política de Francisco Glicério. Neste caso, associar ou ainda, reduzir, a presença e legado de origem africana aos horrores da escravidão é negligenciar e ocultar grande parte da trajetória de realização de Campinas, uma vez que os caminhos históricos que a permitiram alcançar os níveis de desenvolvimento e qualidade de vida, passaram e continuam a passar pela presença e contribuição cotidiana destas populações.

Esta trajetória de construção urbana, no entanto, foi e continua a ser árdua - além de muitas vezes injusta -, achando-se presente um processo de ofuscamento/apagamento de referências, conquistas e contribuições que, para além das questões étnicas, acabaria por prejudicar o entendimento da cidade pelos seus próprios habitantes. É tempo, então, de reler Campinas... de resgatar, decifrar

9 QUEIROGA, Eugenio F., SANTOS Jr, Wilson R., MERLIN, José R. - O planejamento tradicional e os sistemas de espaços livres na metrópole contemporânea: o caso da Região Metropolitana de Campinas. Texto apresentado ao 9º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil - 9º ENEPEA, Curitiba PR. Brasil 2008, 22 p.

e valorizar um universo mais profundo de significações de forma a pensarmos um futuro mais generoso e justo para a cidade.¹⁰

É com a perspectiva de releitura da cidade de Campinas, sob a ótica da presença negra e suas contribuições na consolidação da cidade, que este trabalho propõe-se a uma contribuição acadêmica e política.

Entre pousos, ao longo do “Caminho dos Goíases”, denominou-se Campinas do Mato Grosso de Jundiahy, também chamada de Boca do Sertão, a nossa atual metrópole e cidade de Campinas. Segundo Ricardo Badaró (1996), no período da descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas, foram atraídos para a região das Gerais densos contingentes populacionais, que partiam de São Paulo e Parati, alcançavam o Vale do Paraíba e seguiam em direção à zona de mineração, pelo Antigo Caminho Geral do Sertão.

As origens da cidade de Campinas estão relacionadas à função que desempenhava como passagem para o caminho de Goiás, o processo de ocupação de seu território teve início com uma agricultura de subsistência bastante rudimentar e um comércio voltado para as tropas que vinham de Santos e se dirigiam para Minas Gerais, Goiás e Cuiabá.

Com o início do ciclo do açúcar, princípio do século XVIII, baseado na utilização da mão de obra escrava, a população de Campinas ampliou-se e diversificou-se. No ano de 1797, a população chegava a 2.107 pessoas, já no decorrer das décadas seguintes a população de Campinas caracterizou-se pelo grande número de escravos e uma constante altas nas taxas de crescimento¹¹ Em 1836, mais da metade da população da cidade compunha-se de africanos escravos mantendo-se a média inalterada durante as duas décadas posteriores, onde em meados de 1854 a população de negros correspondia a 57.7% da população total do município.

2.2. A Consolidação de um novo território

10 Texto das CONSIDERAÇÕES INICIAIS ao Roteiro Afro de Campinas, desenvolvido pela Secretaria de Comercio, Indústria e Turismo/ RAFFESTIN, 1993, p, 143-144. CIST/PMC.

11 Segundo a pesquisadora Rosana Baeninger, a taxa de crescimento da população escrava de Campinas, entre 1874 e 1886 entrou em declínio, alcançou expressivo valor negativo, 2,6% a. a., representando em 1886, apenas 24% da população total. Lembrando que a importância da população escrava, fundamental para o crescimento econômico e populacional do município e do Estado até meados do século passado, foi perdendo peso à medida que se intensificou o movimento emancipador.

O conceito de território vem sendo debatido por diversas áreas do conhecimento, dentre as quais destacamos a geografia e alguns de seus teóricos para subsidiar este trabalho.

Claude Raffestin¹² define o território como um espaço de caráter político, tornando-se impossível analisar um território sem antes conceber o espaço, que se consolida como meio pelas relações de poder exercido pelos diferentes grupos ou pessoas. Já o autor e estudioso Rogério Haesbaert¹³ divide sua análise em três dimensões sobre o território: 1) jurídico-política – em que o território é visto como um espaço delimitado sobre o qual se exerce um determinado poder, preferencialmente de caráter estatal, dimensão que se aproxima de Raffestin que também associa esse poder com o Estado-nação; 2) culturalista, que prioriza as dimensões simbólicas e subjetivas, em que o território é visto como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; 3) econômica, em que o papel do território está intrinsecamente associado às formas de produção, ou seja, ao produto social do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

Utilizaremos as duas primeiras dimensões neste trabalho como uma das hipóteses para a mobilização da comunidade jongueira em sua ação para a preservação da sede da Fazenda Roseira e a transformação da mesma em Casa de Cultura, através de ações coletivas e continuadas em torno da cultura afrobrasileira em sua mais ampla diversidade, pois possibilitam analisar as marcas do casarão diante das bases históricas do processo de escravização dos africanos e de seus descendentes;

Na obra História Econômica do Brasil, Caio Prado Júnior apresenta outra leitura dentre as diversas existentes sobre o conceito de território, utilizando-o para analisar as questões da formação e da nação brasileira, explicando através da vertente econômica as transformações ocorridas no Brasil, sendo o território sempre visto como palco dos acontecimentos econômicos e das transformações vivenciadas pela sociedade, em que os ciclos econômicos e as transformações do território em razão da economia são as vertentes predominantes.

Um outro importante pesquisador e estudioso do tema é Milton Santos, que apresenta essa discussão primeiramente provocando seus leitores sobre a importância de se compreender a categoria território, já que, para ele, é na dimensão territorial que tudo

12 RAFFESTIN, 1993, p, 143-144.

13 SPÓSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A D ; SPÓSITO, E S ; SAQUET M A. Território e desenvolvimento; diferentes abordagens. Franisco Beltrão, Unioeste, 2004.

acontece, mesmo diante das configurações e reconfigurações mundiais que influenciam o espaço territorial como um todo. Para este autor, a formação do território é algo externo a ele, sendo a periodização da história que define como será organizado e quais serão suas configurações econômicas, políticas e sociais, nos advertindo para que não se faça confusão entre os conceitos de espaço e território. Território define-se como o todo, configuração territorial, enquanto o espaço é definido como a totalidade verdadeira.

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes.¹⁴

Ou seja, esses espaços diferentes, são singulares e resultados das articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza. A formação do território perpassa o espaço e a forma do espaço é consolidada segundo as técnicas vigentes utilizadas no mesmo, podendo ser distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas, bem como pela diferenciação tecnológica dessas técnicas de produção, uma vez que o espaço é heterogêneo. Sendo assim o território configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço.

Nesta perspectiva, utilizaremos o conceito de território como Identidade que, por sua vez, sempre esteve atrelada aos territórios e lugares, como marcas de status, posição social e influência política. As noções de espaço geográfico e lugar aqui se definem a partir de Milton Santos, como a acumulação desigual dos tempos, associada à visão culturalista de Haesbert, em que o direito à cultura pressupõe o gozo dos direitos civis, que se relacionam com as manifestações livres do pensamento, como o direito de ir e vir, e, portanto, de acesso livre aos diferentes territórios da cidade.

2.3 Campinas e suas múltiplas identidades

Para caminhar em direção a esta perspectiva analítica, é necessário estabelecer parâmetros teóricos que permitam desenvolver o quadro interpretativo em questão.

14 SANTOS, 1976, p. 77.

Definir o conceito de identidade como pretendido neste texto implica, como primeiro passo, referenciá-lo de forma ampla e marcadamente cultural (HALL, 2000). Assim posto, o conceito representa a constituição e/ou identificação de referências, que estabeleçam o sentido de pertencimento dos indivíduos, em relação a grupos sociais e coletividades - de maior ou menor repercussão e abrangência social.

Nesta perspectiva, a identidade constitui-se a partir de referências em torno de valores, modos de vida social e configurações sócio-culturais. Esta concepção reforça a realização e constituição de processos, fatos e comunidades, incluindo possibilidades fragmentárias do indivíduo no cotidiano, sempre referenciadas no campo da cultura.

Identidade é, portanto, representação, reflexo da cultura e das vivências sociais, em interação com os processos de contextualização econômica e política de um determinado período histórico. É processo social que, para ser explicado para além das repercussões e dimensões cotidianas, deve ser observado no contexto das hegemonias político-econômicas, como forma de identificar o consenso e o poder que representam.

Como diz Castells, “a construção das identidades se desenvolve em contextos marcados por relações de poder (CASTELLS;1999)”. Assim, os processos identitários afirmam os indivíduos e setores em relação às conquistas sócio-culturais e às particularidades das sociedades complexas, em meio à intensa fragmentação de interesses. Esta dimensão tem a perspectiva político-social de afirmação, mas também harmoniza os interesses quando se constitui em uma representação sócio-cultural mais ampla, de países ou regiões.

A identidade cultural de uma região específica pode ser desenvolvida através de uma série de processos históricos. A multidisciplinaridade desta questão justifica-se pela gênese da palavra “cultura”, que neste trabalho compreendermos enquanto conjunto de dimensões simbólicas e subjetivas, em que o território é visto como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço, trazendo consigo uma identidade, oriunda das relações e resquícios dos povos que por aqui passaram e deixaram suas marcas.

A título de introdução se faz necessário explicar que em meados do século XIX (1853) o Conde francês Joseph Arthur de Gobineau publicou seu **"Essai sur l'inégalité des races humaines"** (**Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas**) que é tido como a Bíblia do racismo moderno, e que deflagrou a era do chamado RACISMO CIENTÍFICO, cujas idéias culminaram com a eugenia e a tese nazista-fascista da superioridade ariana, acontece que GOBINEAU foi Ministro da França no Brasil e "conselheiro" de D. Pedro II, Gobineau via o Brasil

como um país "sem futuro" devido a grande quantidades de pretos e miscigenados, defendia que o país precisava "branquear" (se livrar dos negros), as ideias racistas de Gobineau fizeram escola mundo afora e aqui influenciaram a vários autores e a intelectualidade de fins do séc. XIX início do XX entre eles Artur Ramos, Nina-Rodrigues, como destaques e atingindo inclusive escritores renomados com Euclides da Cunha e Monteiro Lobato.

Todo este movimento de intelectuais racistas aliados a políticos idem em fins do séc. XIX conduziram à POLÍTICA NACIONAL DE EMBRANQUECIMENTO, com a imigração européia (e secundariamente japonesa) massiva e uma abolição da escravidão feita de forma a empurrar os negros para as margens da sociedade, mantendo-os em condições de extrema pobreza até que se extinguissem devido a mortalidade infantil, desnutrição, doenças, mazelas sociais e também através das sucessivas miscigenações ou seja, até que os negros desaparecessem por completo do cenário nacional..., não deu certo..., alguns autores chegaram a prever que em 70 anos não haveria mais negros no Brasil, o racismo científico manteve-se hegemônico até os anos 30, mas o reflexo de tais idéias racistas continuaram influenciando políticas oficiais discriminatórias por um bom tempo.¹⁵

Nesse contexto, o fim legal da escravidão não buscou estabelecer uma política social que visasse garantir à população negra a conquista de uma condição mais adequada na nova ordem das coisas que nascia, mas pelo contrário, os trabalhos mais qualificados foram endereçados à população imigrante ou branca de origem nacional, enquanto a população negra permanecia relegada à própria sorte e submetida às condições sociais mais precárias. Em Campinas, assim como no resto do Brasil, os acontecimentos não foram outros e a população negra enfrentou toda sorte de barreiras sociais (através de maneiras explícitas ou veladas de discriminação) que lhe dificultaram ainda mais viver na nova ordem social.

Os navios que atravessavam o Atlântico, cheios de pessoas vítimas da violência da escravização, não traziam apenas escravos, mão-de-obra para trabalhos forçados no Brasil; eles traziam pessoas com seus costumes e crenças, com seus gostos culinários, com suas danças e músicas, tradições, maneiras de compreender o mundo e de se relacionar com as demais pessoas, ideias sobre o que era belo e feio, enfim, as mais diversas manifestações culturais. E entre estes indivíduos, capturados e trazidos das mais diferentes regiões da África (muitos deles antigos rivais em suas terras de origem), registrava-se a presença de diferentes culturas; diferenças que acabaram por se revelar

15 SILVA JUNIOR, J. C. Raça e Etnia, 2005.
(<http://www.movimentoafro.amazonida.com/branqueamento.htm>)

determinantes na maneira como cada um recriou sua vida na nova terra para a qual foram trazidos à força. Na verdade, essa recriação cultural demonstrou uma tal vitalidade que hoje em dia já não nos é possível falar da existência de uma cultura brasileira sem considerar a presença dos mesmos e importantes traços de origem africana. Certamente, os antigos traficantes e senhores de escravos não imaginavam que os descendentes daqueles que trouxeram para explorar a força de trabalho acabariam também por colonizar esta nova terra ou, ainda, que deixariam uma marca de tal importância, sendo hoje impossível considerar a cultura brasileira sem ela.

Atualmente temos na maioria das metrópoles o patrimônio cultural localizado em áreas passíveis de requalificação. Em alguns casos, ocorre neste processo a perda de seu significado anterior. Um exemplo desse processo dentro das transformações temporais são as senzalas, que no pós-escravidão foram transformadas em cortiços como moradia dos mais pobres e a maioria das habitações de negros, que hoje também se ausentam das próprias periferias pois estas tornam-se cada vez mais disputadas.

Esses projetos que usam o patrimônio cultural como justificativa para a requalificação de interesse das elites buscam tornar os espaços atrativos para o mercado imobiliário e turístico. Desta forma, a dimensão pública, entendida como probabilidade de interação entre diferentes, perde seu caráter democrático e inclusivo acarretando na segregação sócio-espacial.

Esta segregação sócio-espacial, associada ao sentimento de insegurança resultante também da intolerância, da criminalização e estigmatização de certos grupos sociais, segmentou o uso dos espaços, contradizendo a idéia de que o espaço da cidade é de todos, quando efetivamente é demarcado pelas grandes desigualdades e tensões sociais, como perceberemos nos avanços e transformação da antiga Vila de São Carlos em a grande e diversificada Metrópole de Campinas.



Figura 6 –Verticalização de Campinas, foto de Luiz Granzotto (Fonte: Site oficial da PMC).

2.4.1 Campinas cada vez mais urbana

Como pudemos observar, este breve histórico possibilita compreender o porquê do número de negros que podemos encontrar ainda hoje nas periferias e as marcas culturais e históricas da atual cidade de Campinas enquanto remanescências da junção da diversidade de povos que construíram e estruturaram este território.

O processo de escravizar povos africanos como meio de produção de riquezas e mercadorias rentáveis deixou marcas que se evidenciaram pelos atuais debates de Políticas Para Igualdade Racial, oriundas dos anos de trabalhos e ações desencadeadas pelos diversos movimentos e formas de resistência negra, fortalecida pela Conferência Mundial de Durban em 2001. Nesta ocasião, foi acordado um conjunto de ações contra as desigualdades raciais, de âmbito político, social, econômico, jurídico e de mídia, enquanto a prática cultural foi inserindo-se pela troca cotidiana entre essas diversas culturas e

personagens também resultantes deste processo.

Com o auge do período açucareiro, 1845-1847, Campinas adquiriu importante papel, por ser ponto estratégico na rede de transportes, por ter se destacado como o maior produtor de açúcar, inserindo-se no mercado mundial com a concentração do maior contingente escravo entre os municípios da província. Desta forma, o ciclo do açúcar marcou a fase inicial de construção da cidade.

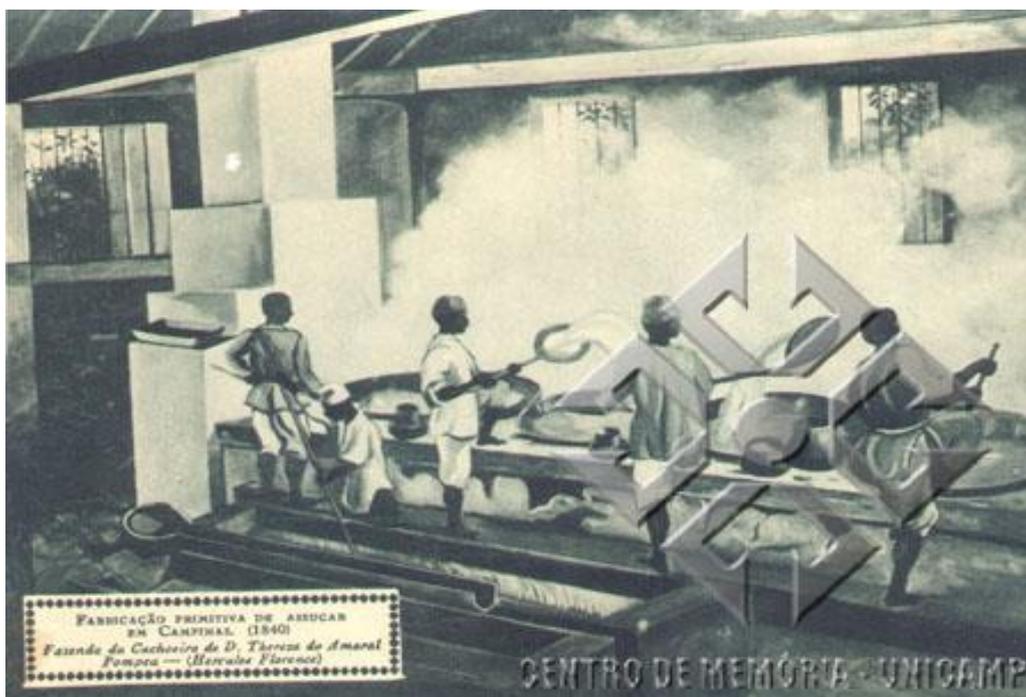


Figura 7 – Acervo do Centro de Memória da Unicamp (Fonte: Centro de Memória da Unicamp) - **Engenho de açúcar**, Campinas, SP, 1840. Reprodução de aquarela de Hercule Florence publicada em TAUNAY, A. E. A propagação da cultura cafeeira. São Paulo: Depto. Nacional do Café, 1934. *Col. João Falchi Trinca.*

A passagem da cultura açucareira para a cafeeira em Campinas não pode, em um primeiro momento, ser delimitada com precisão histórica, pois a mudança se deu de forma gradativa e sem grandes sobressaltos, podendo-se afirmar que a cultura açucareira proporcionou a base para a implantação da nova cultura do café.

Com o cultivo da cana, introduzida no século XVIII, Campinas integra-se ao circuito internacional do Sistema Capitalista, tornando-se até meados do século XIX grande produtora e exportadora de açúcar. Esse ciclo recrutou um grande número de escravos, montou um sistema de transportes - tropas de mulas - capaz de escoar a produção de dezenas de engenhos e iniciou a formação de uma sociedade agrária de fortes componentes

Desta forma a vila do açúcar ia transformando-se na cidade do café que, pelo crescimento e riqueza, iria adquirir em todo o país grande prestígio político e social.

Esta nova fase marcaria, em Campinas, o apogeu do urbano cafeeiro, produzindo importantes repercussões no desenvolvimento da cidade, como a inauguração dos trilhos da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais em 1872, ligando Campinas a Jundiaí, e lá se entroncando com as linhas da São Paulo Railway, o que pos Campinas em contato direto com São Paulo e Santos.

Por outro lado, a Cia. Mogiana, a partir de 1875, estabelecia a conexão com o interior e, articulando-se por seu turno com as vias fluviais, acompanhava o itinerário do café e gerava as condições básicas para que Campinas assumisse, desde então, a função de pólo regional, principalmente pela integração de três ramais ferroviários já existentes: Sorocabana; Ramal Férreo Campineiro e Funilense.

Com a intensificação do movimento abolicionista, a política de distribuição e doação de terras, que antes variava de acordo com o poder econômico e construtivo do proprietário, se modificou. Os lotes não eram mais doados a quem quisesse construir, mas sim vendidos. Esta nova configuração impediria que os negros recém libertos e imigrantes pobres tivessem acesso à terra, obrigando-os a permanecerem como mão-de-obra barata nas fazendas.

A redução do número de escravos nos últimos 15 anos que antecederam a abolição da escravatura e o fim do Império foi significativa e estava condicionada à transição das relações de produção do complexo cafeeiro da sua fase escravista para a capitalista. Nessa transição houve um aumento do número de estrangeiros, o que significa a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Essa alteração provocou diversas mudanças na estrutura social de então, o que levou a novas pressões sobre a política habitacional e sobre as formas de apropriação do solo urbano.

Tanto os afro-descendentes do pós abolição como os portugueses, italianos, alemães e japoneses provenientes de uma cultura em que o cultivo da terra eram fundamentais tinham a percepção da propriedade como algo de importância fundamental em suas vidas. Desta forma, enquanto os estrangeiros chegavam à nova terra com a firme aspiração de conseguir seu “pedaço de chão”, os ex-escravos que conseguiam,

16 CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP - Ficha Técnica/Acervo Fotográfico – Nas Campinas do açúcar.

fugiam para os quilombos, na busca por reconstruir um coletivo familiar e dar continuidade ao uso da terra livre e a produção coletiva. Aos que ficavam na cidade nada restava além de cortiços, formação de favelas e demais formas de moradias periféricas sem auxílios dos governantes existentes.

A conquista de um pedaço de chão em Campinas e mesmo na maioria das cidades brasileiras não consistiu em tarefa fácil, porque, além do custo, um outro fator se impunha nessa busca: a diferenciação social. Se as cidades eram construídas e ocupadas a partir da paisagem natural do sítio escolhido, agora este critério não mais poderia ser aceito, a ordenação do espaço fazia-se premente e a lógica utilizada seria a burguesa/capitalista.

Para as áreas de menor interesse econômico foram destinadas as atividades como cemitérios, matadouros, entre outras, que provocavam repulsas; algumas dessas atividades estavam localizadas na Vila Industrial, assim como o Matadouro Municipal (1881), o Lazareto dos Morpheticos, o Lazareto dos Variolosos e a forca; para as áreas mais valorizadas, os parques e passeios públicos que levavam a uma maior valorização das mesmas.





Figuras 8 e 9 - Foto da segunda metade do século XVIII e início do século XIX (Fonte: Acervo da Arquidiocese de Campinas/SP).



Figura 10 - Mapa Matadouro Municipal; em amarelo Lazareto dos Morpheticos; Lazareto dos Variolosos; Cortume; os antigos cemitérios localizavam-se, onde é hoje o pátio de manobras da ferrovia.(Fonte: GONÇALVES, José Roberto, 2002).

Segundo José Roberto Gonçalves, em 1890, o estado de São Paulo passou a ocupar o primeiro lugar no país em número de habitantes e estrangeiros, com 75.030 filhos de outras terras. Tal incremento só se tornou possível pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira que, não mais podendo contar com o braço escravo, provocou a

intensificação da introdução de imigrantes.

Contudo, as baixas remunerações obtidas no trabalho das fazendas, a impossibilidade de um indivíduo reunir um capital que permitisse comprar terras e tornar-se um produtor independente, aliado à excessiva oferta de mão-de-obra que dava ao grande fazendeiro a possibilidade de rebaixar a remuneração e de substituir os trabalhadores que se afastavam causaram o abandono da atividade na zona cafeeira por parte do imigrante europeu, levou grande parte deles para o trabalho nas cidades. Desta forma, o afluxo de capital financeiro proveniente do café e mais a corrente populacional que se dirigiu para a cidade estimularam outras atividades produtivas, articulando-se à agrícola exportadora e à satisfação das necessidades de uma população cada vez mais urbana.

2.4.2 Campinas: expansão e metropolização



São Paulo em 2006: cerca de 95% de população urbana.
75% da população reside em aglomerações com características metropolitanas. São cerca de 30 milhões em 2006.

Figura 11 - Mapa da Aglomeração Urbana no estado de São Paulo (Fonte: Caderno de subsídios do Plano Diretor de 1996/2006).

Ao retornarmos ao passado, percebemos como as bases da cidade de Campinas foram se consolidando, inicialmente em função da sua localização estratégica no caminho das minas de ouro e, posteriormente, através do trabalho realizado pelas mãos e braços de africanos e de seus descendentes escravizados. Os avanços econômicos moveram-se pela produção de cana-de-açúcar, pelo café e pela chegada da industrialização, gerando novas formas de produção e distribuição de recursos, impulsionadas pela implantação de novas tecnologias como a ferrovia e das novas rodovias como a Rodovia Anhangüera, inaugurada na década de 50.

O aeroporto de Viracopos, fundado na década de 30, teve grande desenvolvimento nos anos 50, quando passou a ser utilizado comercialmente pelas empresas aéreas brasileiras, sendo que posteriormente, em 1960, foi homologado para operações internacionais.

A existência da rodovia e de um equipamento de tal importância, ambos situados na região sudoeste de Campinas, funcionou como um dos pontos de atração para novos parcelamentos, haja vista a quantidade de loteamentos aprovados na década de 50 no município e em especial nessa região, o que pode ser evidenciado no mapa denominado Loteamentos Aprovados (Mapa 5). A partir dos anos 50, o crescimento urbano ocorreu com o predomínio da expansão horizontal e da abertura de novos loteamentos, produzindo uma mancha urbana com grandes espaços livres e ocupação fragmentada.

Quarenta anos depois, verificamos ainda o crescimento da malha urbana em direção à periferia, mantendo-se a dinâmica de aprovação de novos loteamentos, uma vez que foram aprovados 60 novos loteamentos. Esta intensa dinâmica de crescimento urbano e econômico que o município apresentou gerou como consequência uma mancha urbana desconexa e permeada por vazios urbanos, sujeita por vezes à ocupação, por parte daqueles que demandavam áreas para moradia. Soma-se a este cenário a falta de continuidade do tecido urbano, o que dificultou a execução de ligações viárias, gerando áreas desarticuladas e o excessivo carregamento de determinados sistemas de ligação viária, tendo como consequência a penalização da população como um todo.

O crescimento da cidade vem se dando, ainda, de forma desordenada, produzindo diferentes realidades, segundo as diversas regiões, as quais necessitam de políticas específicas de correção e controle que busquem um desenvolvimento sustentável e equilibrado.

Tais fatores nos remetem à compreensão de novas formas de lidar com as divisões do território campineiro bem como de suas adjacências. Para isso, é fundamental recorrermos à Constituição Federal de 1988, que incorporou uma série de reivindicações

da sociedade civil, trazidas pelos movimentos sociais tais como as expressas no artigo 182 de Políticas Urbanas (Plano Diretor) e 183 do Estatuto da Cidade. Estes artigos trazem um conjunto de diretrizes para a forma de tratamento das cidades, inserindo o “exercício dos direitos sociais e individuais, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista, sem preconceitos, fundada em sua harmonia social” e reunindo importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem garantir sua eficiência.

A localização de Campinas continuou sendo estratégica, devido à proximidade com a Grande São Paulo e o Porto de Santos e com acesso às capitais dos outros estados por um sistema interligado de importantes rodovias. A Região Metropolitana de Campinas (RMC) surgiu com o processo de interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo e da região metropolitana de São Paulo (RMSP), que teve como características a intensificação da industrialização e a modernização das atividades agropecuárias articulada com as atividades industriais e terciárias. Para que esse processo ocorresse, a Rodovia Anhanguera teve papel fundamental, uma vez que foi o principal eixo inicial de localização industrial. Por ter passado por esse processo de crescimento e desenvolvimento, de forma acelerada, a RMC apresenta hoje alguns desequilíbrios típicos de regiões metropolitanas brasileiras.

Do trabalho escravo ao trabalho livre, foram desenvolvidas diferentes forças produtivas e as modificações desse espaço acarretaram alternâncias cada vez mais rápidas e profundas, gerando novas formas de configuração espacial e de produção. À desigualdade espacial incorporou-se a desigualdade social. No espaço urbano, fundamentam-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos seus ocupantes como forma de resistência contra a segregação e pelo direito à cidade, que é formada pelos seus diferentes bairros, cada um com estrutura própria, particularidades, histórias que reúnem diversidades, numa vida cotidiana coletiva com atividades que criam e moldam as dinâmicas do fenômeno do seu contexto urbano.

Assim o Plano Diretor de 1996, bem como a revisão realizada em 2006, como normativa do Estatuto da Cidade, buscou a adequação da dinâmica de crescimento da cidade de Campinas às possibilidades de provimento de infra-estrutura, bem como um desenvolvimento mais justo e equilibrado e, procurou impor limites ao crescimento urbano em regiões não propícias à urbanização e em regiões de reconhecida qualidade ambiental a ser preservada ou restabelecida. O Plano Diretor Participativo de 2006 manteve a divisão da cidade através do macrozoneamento que compreende todo o território municipal, abarcando as zonas urbana e rural, posto que também compete ao

município orientar o desenvolvimento da zona rural, como dispõe a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica Municipal de Campinas.

2. 4.2 A metropolização

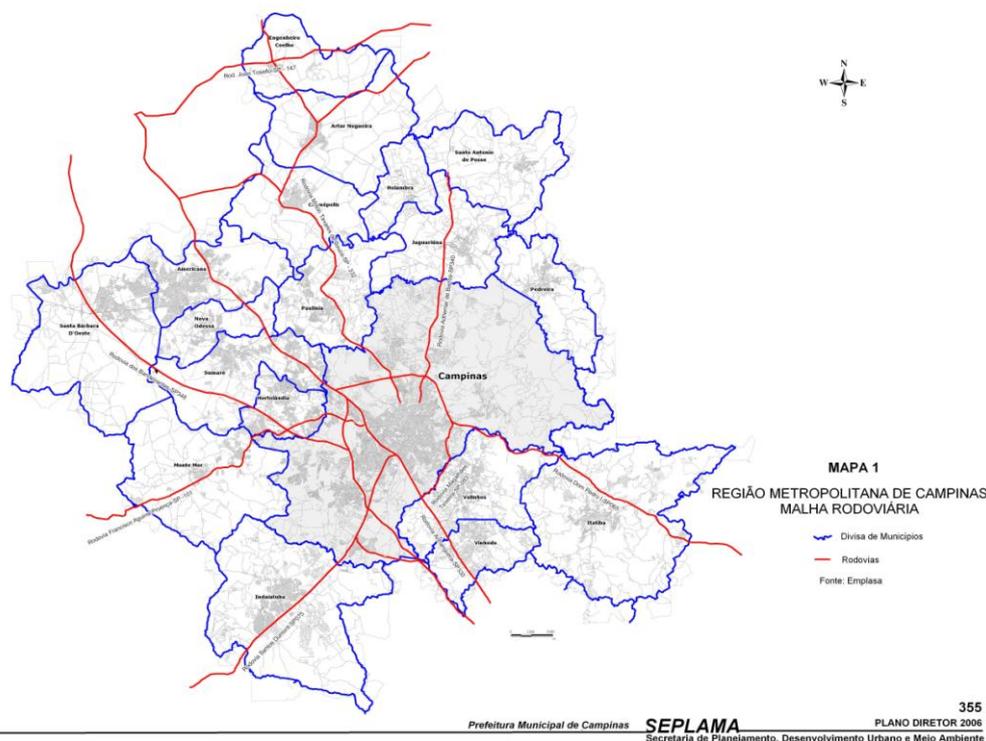


Figura 12 - Mapa da RMC - Região Metropolitana de Campinas (Fonte: SEPLAMA)

Campinas passou a sediar formalmente a Região Metropolitana (RMC) em 2000, através da Lei Complementar Estadual nº 870 de 19/06/2000. A criação institucional estabeleceu como região metropolitana o território formado por 19 municípios, com aproximadamente 3,6 mil Km² de área e uma população de 2.798.477 habitantes, conforme o Censo IBGE de 2010.

Os municípios que compõem a RMC são, além de Campinas, Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte-Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Na RMC verifica-se, no período recente, a intensificação da urbanização dispersa, ancorada em empreendimentos de grande porte e usos diversos, o aumento da mobilidade pendular da população, com relações cotidianas envolvendo diversos

municípios e a utilização do sistema de transporte metropolitano.

Os principais impactos na estrutura urbana foram: o aumento das distâncias entre as áreas de localização de empregos e as áreas de concentração de moradia de população de baixa renda, bem como das áreas de consumo, que passavam a se localizar principalmente nos shopping centers, que também se hierarquizaram conforme a renda dos consumidores alvos.

2.5 Plano Diretor de 1996 e o Plano Participativo de 2006 e as Macrozonas estabelecidas

Por sua vez, para a definição das macrozonas, os Planos Diretores de Campinas partiram da estruturação dos estudos básicos de caracterização e da análise da problemática urbana de Campinas, considerando, especialmente a questão ambiental e a estrutura urbana utilizando principalmente os divisores de água das microbacias, além das barreiras físicas existentes no município como os limites das macrozonas (demais Macrozonas ver anexo).

A Macrozona 4 - Área de Urbanização Consolidada (ACON), corresponde à área mais densamente ocupada da cidade, com destaque para o centro histórico, para a qual se torna necessária a otimização da infra-estrutura e dos investimentos públicos, o controle do processo de adensamento e programa específico de revitalização, buscando a preservação do patrimônio histórico-cultural e a obtenção de um espaço construído de qualidade no Plano de 1996 e reconsiderada como Área de Urbanização Prioritária (AUP) em 2006.

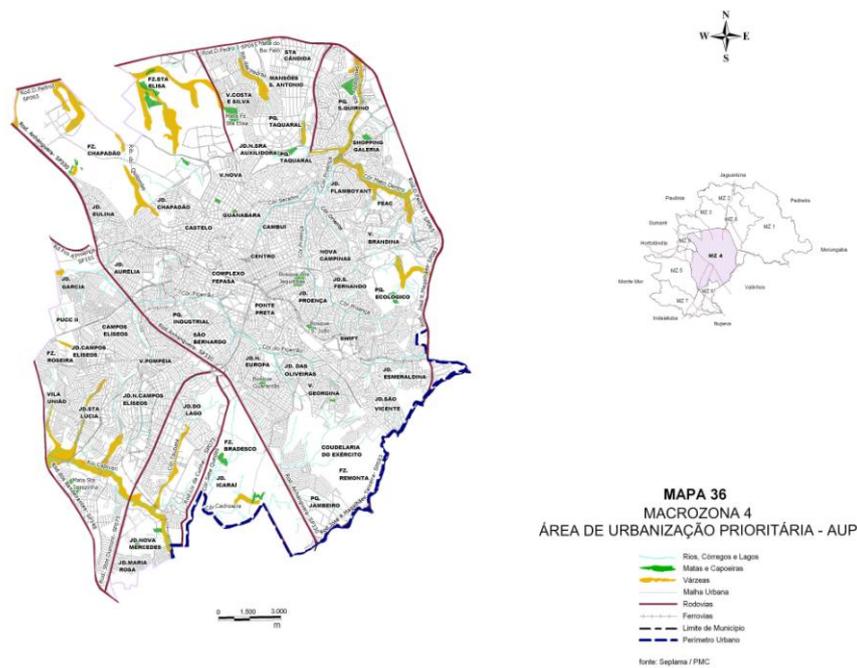


Figura 13 - Macrozona 4 (Fonte: SEPLAMA)

MACROZONA 4

Área de Urbanização Prioritária – AUP

- Região mais adensada do município, caracterizada por abranger toda área central e bairros do entorno;
- Região de maior disponibilidade de infraestrutura urbana, maior número de atividades urbanas (comércio e serviços) e equipamentos públicos;
- Contém a principal estrutura viária da cidade, tipicamente radioconcêntrica;
- Possui áreas vazias não parceladas;
- Possui grandes áreas institucionais (Fazenda Santa Elisa, Fazenda Chapadão, Fazenda Remonta e Parque Ecológico) que requerem tratamento especial;
- Acomoda grande parte da população sub-habitacional (favelas e ocupações);

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
PRIMEIRO OS QUE MAIS PRECISAM

Figura 14 - Descrição da Macrozona 4 (Fonte: site Oficial da PMC).

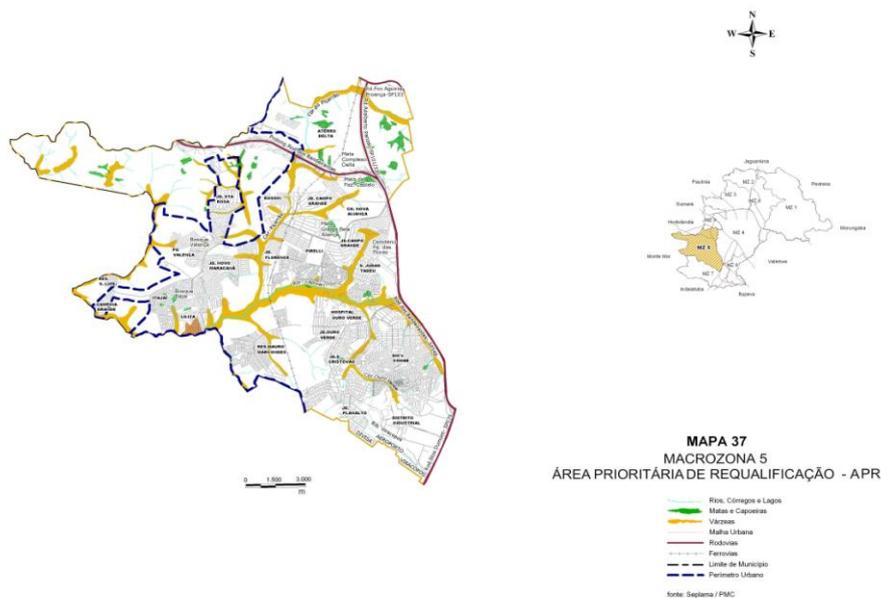


Figura 15 – Macrozona 5 (Fonte: SEPLAMA)

MACROZONA 5

Área Prioritária de Requalificação - APR

- **Região Oeste do município – Campo Grande, Ouro Verde e Distrito Industrial;**
- **Área ambientalmente frágil e intensamente degradada;**
- **Grandes adensamentos populacionais com carência de infra-estrutura e equipamentos urbanos;**
- **Ocupação e sistema viário descontínuos;**
- **Grande número de barreiras físicas e naturais - Rio Capivari, Córrego Piçarrão, rodovias, ferrovias, oleoduto, gasoduto, redes de alta-tensão e o Complexo Delta com suas envoltórias;**
- **Distrito Industrial de Campinas - DIC.**

Figura 16 - Descrição da Macrozona (Fonte: site Oficial da PMC).

A fazenda Roseira, objeto de estudo deste trabalho, situa-se entre as macrozonas 4 (Área de Urbanização Consolidada – ACON) e 5 (Área de Recuperação Urbana - AREC), abarcando a região do município que apresenta condições precárias de urbanização e carência de infra-estrutura, equipamentos e serviços .

A macrozona 5 está inserida na porção oeste do município de Campinas, correspondendo a 11,6% do território, e faz divisa com as macrozonas 9, Área de Integração Noroeste (AIN), 4, 7- Área Imprópria à Urbanização (AIU) Área de Influência Aeroportuária AIA), e um pequeno trecho com a macrozona 6 - Área de Vocação Agrícola (AGRI), além de fazer divisa intermunicipal com Hortolândia e Monte Mor.

Por estar localizada na direção Anhanguera - interior do município, a macrozona 5 apresenta questões e problemas semelhantes aos municípios da RMC localizados nesse vetor de expansão, ou seja, caracteriza-se pela existência de terrenos de baixo custo e, em decorrência disso, pela presença de grandes adensamentos populacionais de baixa renda, exclusivamente habitacionais, muitas invasões, condições precárias e urbanização, insuficiência de infra-estrutura, de serviços e de empregos. A expansão urbana, nesse sentido, deu-se pelo parcelamento urbano e pela indução de implantação de conjuntos habitacionais e de indústrias e equipamentos de grande porte ao longo das Rodovias Anhanguera e SP – 101.

Podemos perceber que na RMC, o eixo Anhanguera-interior caracteriza-se pela ocupação de populações de baixa renda, enquanto na região sudoeste da metrópole, a ocupação se dá por uma população de renda mais elevada. No município de Campinas, a região que acompanha o eixo Anhanguera-interior apresenta as mesmas características que a RMC.

Fazem parte dessa realidade, segundo o Plano Diretor de Campinas de 2006, as macrozonas 05, 07 e 09, respectivamente.

LC 04/96 - 1996		Proposta R.PD - 2006	
MZ1	Área de Proteção Ambiental – APA	MZ1	Área de Proteção Ambiental - APA
MZ2	Área com Restrição a Urbanização -ARU	MZ2	Área de Controle Ambiental – ACA
MZ3	Área de Urbanização Controlada Norte – AUC-N	MZ3	Área de Urbanização Controlada – AUC
MZ4	Área de Urbanização Consolidada – ACON	MZ4	Área de Urbanização Prioritária – AUP
MZ5	Área de Recuperação Urbana - AREC	MZ5	Área Prioritária de Requalificação – APR
MZ6	Área de Urbanização Controlada Sul – AUC-S	MZ6	Área de Vocação Agrícola – AGRI
MZ7	Área Imprópria à Urbanização - AIU	MZ7	Área de Influência Aeroportuária – AIA
		MZ8	Área de Urbanização Específica – AURBE
		MZ9	Área de Integração Noroeste – AIN - NO

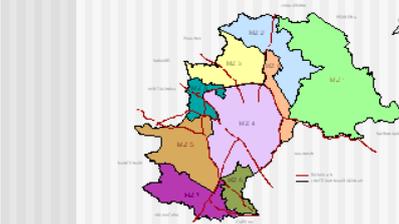





Tabela 1. Caderno de Subsídios do Plano Diretor de 2006(Fonte: SEPLAMA)

Como as melhorias urbanas propostas no PD de 1996 não foram realizadas, apesar da evolução urbana ocorrida nesses 10 anos, na revisão do PDP de 2006 ficaram mantidos os mesmos desafios a serem solucionados.

Nesta perspectiva, ao analisarmos o Caderno de Subsídios e do Projeto de Lei do PD de 2006, observamos que as regiões do centro da cidade encontram-se em processo de saturação e excessiva concentração de atividades terciárias; o adensamento urbano continua a ocorrer de forma dispersa no município, ocupando áreas desprovidas da infraestrutura necessária, enquanto geram espaços livres urbanos por todo o território; a presença de favelas e ocupações irregulares sem saneamento básico em geral, ocupando áreas de risco; habitações de interesse social situadas fora da malha urbana consolidada; e o avanço da área urbana sobre áreas de preservação ambiental.

Pensando nestas alterações e subdivisões do território, percebemos o quanto as áreas periféricas de determinados vetores da cidade se encontram com maiores dificuldades e carências.

No que se refere à cultura e aos espaços de memória, encontramos alguns traços dessas diferenças que se demarcaram desde a política higienista que, baseada na

preocupação com a necessidade de limpeza, teve entre suas metas a redução dos cortiços e remanejamento das camadas mais pobres, que em sua maioria eram compostas por negros, para as vilas da cidade das quais destacamos a Vila Castelo Branco e São Bernardo, sendo que essa periferização e ausências estruturais foram mantidas até a atualidade.

Essas vilas tiveram em sua fundação um público majoritariamente negro, fato que marcou a Vila São Bernardo, formada em 1970 com projeto da Coop. Este bairro abrigou bailes importantes como os do Carabina. Já na Vila Castelo Branco (antiga Vila Bela), formada em 1968 projeto da Cohab, consolidou-se em um bairro que fomentou uma geração de jovens que evidenciava sua identidade negra através da cultura, como ocorreu na Escola de Samba Rosas de Prata e na Casa de Cultura Tainã, que atualmente se consolidou como um centro de formação de tecnologias em software livre.

Analisando os dados enunciados acima, percebemos que do ponto de vista administrativo, tendo como apoio o Estatuto da Cidade e do desenvolvimento do Plano Local desenvolvido, estabeleceram-se novas reorganizações do território. Entretanto, ao analisarmos as características apontadas pelas macrozonas, percebemos que apesar da Fazenda Roseira, objeto central desse estudo, estar localizado na macrozona 4, ela se articula e mantém características e carências intrínsecas à macrozona 5. Um sinal evidente desta proximidade são as Administrações Regionais (AR), responsáveis pelas áreas de gestão das áreas de Mz: a que corresponde à Fazenda Roseira é a AR7, localizada na Avenida Amoreiras, próxima à Praça de Esporte Tancredão no Jdm. Campos Eliseos. A AR5, por sua vez, localizada na Vila Padre Manoel da Nóbrega, do outro lado da Avenida John Boyd Dunlop, está vinculada a outros bairros, alguns ainda mais distantes que o da fazenda em questão.

Considera, (VILLAÇA:1998), que esse conjunto de elementos físicos e humanos que se inter-relacionam alteram-se mutuamente durante este processo. Até então a questão do território não era problema para as autoridades, pois o negro era confinado nas senzalas e o trabalhador branco europeu tinha como destino as colônias no interior das fazendas. Desta forma, temos no início da industrialização o ponto inicial do processo de construção das vilas operárias no Brasil e estas passam a ser os novos espaços das populações com menos recursos para disputar as áreas privilegiadas da cidade.

A Fazenda Roseira e sua localização entre as macrozonas 4 e 5, na divisa da macrozona 4 e característica da macrozona 5, exemplifica bem a formação e mudanças no desenvolvimento da cidade. Podemos entender Campinas a partir da Fazenda Roseira e vice-versa.

2.6 Região Noroeste e Sudoeste

A Região Noroeste contém a macrozonas 5 e está vinculada à Região do Campo Grande, uma das áreas mais distantes do centro de Campinas, localizada a aproximadamente 16 km do centro. Fazem parte desta região o território entre a SP 101 (a sul), o acesso a Av. John Boyd Dunlop e a SP-348 (a oeste), próxima à região do terminal Ouro Verde. Existem nesta região 27 bairros, dos quais destacamos aqueles que atualmente têm grande concentração da população negra e ou de Pontos de Cultura, articulados à temática afro-cultural: o bairro Residencial Cosmos, através do Ponto de Cultura do grupo Cultural e Afro Urucungus, Puitas e Quijengues e a Vila Castelo Branco, citada acima.

A Região Sudoeste contém a macrozonas 4 entre outras que aqui não serão destacadas. Estão inseridos os DIC's - Conjuntos Habitacionais e bairros localizados na região do Ouro Verde, o Aeroporto Viracopos e o Distrito Industrial. Com 53 bairros inseridos, destacamos os bairros que estão no em torno da Fazenda Roseira: Jardim Ipaussurama, Vila Perceu Leite de Barros (1976, projeto Cohab) e o próprio Jardim Roseira na década de 80.



Figura 17. Localização da área da Fazenda Roseira. (Fonte: Google Maps)

Nas tabelas abaixo, poderemos observar a evolução dessas macrozonas de 1960-2004, apontando os crescimentos de residências Horizontais e residências Verticais. A macrozona 4, que incorpora o centro da cidade (Área de Urbanização Consolidada) com maior concentração de classe média e alta, expandida até as margens da Fazenda Roseira com população considerada periférica, aponta um grande crescimento, principalmente entre o período de 1981-1990. Por sua vez, na macrozona 5, Área “prioritária” de Requalificação Urbana, o maior desenvolvimento de imóveis residencial ocorre em 1991-2000, demonstrando que os investimento imobiliários começam a se deslocar para as regiões periféricas.

Quadro II Evolução do Número de Imóveis Residenciais Horizontais e Verticais por Macrozona Município de Campinas 1960 a 2004																		
MZ	Até 1960			1961 a 1970			1971 a 1980			1981 a 1990			1991 a 2000			2001 a 2004		
	RH	RV	Total	RH	RV	Total	RH	RV	Total	RH	RV	Total	RH	RV	Total	RH	RV	Total
1	173	0	173	136	0	136	256	0	256	389	0	389	873	0	873	300	0	300
2	0	0	0	1	0	1	0	0	0	7	0	7	309	0	309	12	0	12
3	35	0	35	72	0	72	909	4	913	2.765	74	2.839	2.636	98	2.734	424	50	474
4	9.429	670	10.099	9.276	2.451	11.727	28.955	16.540	45.495	34.517	25.135	59.652	13.721	22.266	35.987	1.583	4.480	6.063
5	6	0	6	0	0	0	46	0	46	6.300	1.764	8.064	9.680	2.096	11.776	146	0	146
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	72	1	73	7	0	7
7	0	0	0	0	0	0	20	0	20	278	0	278	674	0	674	20	0	20
8	0	0	0	0	0	0	9	0	9	166	0	166	1.066	80	1.146	206	140	346
9	16	0	16	21	0	21	1.545	7	1.552	4.520	1.076	5.596	2.251	0	2.251	97	0	97
Município	9.659	670	10.329	9.506	2.451	11.957	31.740	16.551	48.291	48.943	28.049	76.992	31.282	24.541	55.823	2.795	4.670	7.465

Fonte: Cadastro do IPTU - ano 2005
Nota: RH - Residencial Horizontal; RV - Residencial Vertical

Tabela 2 – Quadro de Evolução de Imóveis Horizontais Verticais da Macrozona 4 e 5.(Fonte: Cadastro IPTU 2005).

Quadro III Evolução do Número de Imóveis e da Área Construída, segundo Macrozona, por Período Município de Campinas 1960 a 2004													
Macrozona	Até 1960		1961 a 1970		1971 a 1980		1981 a 1990		1991 a 2000		2001 a 2004		
	Nº de Imóveis	Área Construída (m²)											
1	187	32.035,43	146	25.649,64	281	60.654,43	412	86.029,34	929	214.519,80	304	74.858,67	
2	0	0,00	1	343,80	0	0,00	8	12.294,53	326	55.845,58	14	2.920,75	
3	38	9.469,43	85	25.658,51	964	214.841,03	4.277	748.643,91	3.005	719.388,27	655	114.745,71	
4	11.796	1.960.675,27	13.389	2.239.134,95	49.391	7.498.001,54	63.568	9.149.209,26	42.980	6.319.207,48	7.661	955.001,11	
5	6	593,53	1	300,12	56	137.557,14	8.220	728.938,93	12.161	1.152.349,85	260	26.551,05	
6	17	3.019,19	25	9.597,65	1.665	474.883,80	5.971	903.111,18	2.622	461.446,91	126	36.807,56	
7	0	0,00	0	0,00	24	58.712,74	284	19.963,14	714	151.500,78	24	14.244,75	
8	0	0,00	0	0,00	11	17.987,70	166	67.586,91	1.166	363.630,02	359	84.736,88	
9	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	77,60	80	12.127,95	7	735,18	
Município	12.044	2.005.792,85	13.647	2.300.684,67	52.392	8.462.638,38	82.907	11.715.854,80	63.983	9.450.016,64	9.410	1.310.601,66	

Fonte: Cadastro IPTU - Ano 2005

Tabela 3 - Evolução do número de imóveis e da Área Construída das Macrozonas 4 e 5. (Fonte: Cadastro IPTU 2005).

Para (DA MATTA:1991), “o espaço é uma invenção social e é demarcado quando alguém estabelece fronteira, separando um pedaço de chão do outro”. Mas nada pode ser tão simples assim, porque é preciso explicar de que modo as separações são feitas e como são legitimadas e aceitas pela comunidade, recorrendo à vigência da propriedade privada e a suas origens.

No contexto da organização territorial da cidade, a inserção das vilas foi em alguma medida uma maneira efetiva de determinar a quem cabe qual espaço na cidade. Esta organização acarretou que nos espaços mais precários e periféricos os laços de sociabilidade e solidariedade fossem mais estabelecidos, fato que nos faz compreender a Região Noroeste ter tido o primeiro Plano de Ação Local.

A própria organização da região e suas articulações entre movimentos sociais, equipamentos públicos e sociedade civil são antigas e foram construídas na busca de melhorias constantes, fato que aproximou e fortaleceu as relações que rendem ações coletivas contínuas na região.

Algumas das manifestações mais claras da estrutura urbana contemporânea são a fragmentação e segregação territorial por classe e renda, que decorre da concentração financeira e do desenvolvimento de uma cultura individualista, contraditória a esses laços de solidariedade desenvolvidos pelas periferias e por comunidades tradicionais de grupos culturais afro e/ou de outros segmentos da sociedade civil. Um dos mais evidentes testemunhos desse processo, estimulado pela especulação imobiliária, são os condomínios fechados horizontais e verticais que disputam hoje esses mesmos espaços, antes majoritariamente periféricos, evidenciando as dicotomias sociais, culturais e econômicas.

Segundo Queiroga e Benfatti

A segregação sócio-espacial se complexifica com a sobreposição do processo de megalopolização sobre os processos de metropolização. Na Região Metropolitana de Campinas os vetores de expansão dos novos lançamentos residenciais para renda alta são bastante distintos dos que se destinam aos pobres. Observa-se o atendimento de demandas extra-metropolitanas, frequentemente são ex-moradores da Metrópole de São Paulo, que fortalecem os lançamentos imobiliários para alta renda em municípios como Valinhos, Vinhedo, Itatiba e Indaiatuba situação análoga ocorre para a baixa renda, sobretudo no vetor Campinas – Hortolândia - Monte-Mor, onde soma-se à precariedade da qualidade de urbanização (Hortolândia apresenta menos de 2% dos domicílios servidos por

redes de esgoto) a instalação de equipamentos urbanos, de escala metropolitana ou estadual, de alto impacto sócio-ambiental, seja o maior conjunto penitenciário do estado, situado entre Campinas e Hortolândia, seja o “Complexo Delta” - conjunto de aterros sanitários e tratamento de resíduos sólidos do município de Campinas.¹⁷

A inserção de condomínios em áreas isoladas e periféricas, de baixa densidade, é justificada pelo desejo da classe mais abastada de fugir dos problemas oriundos do centro urbano e a possibilidade de retornar a morar em casas dentro de um sistema vigiado e fortificado. Estes aspectos são enaltecidos e vendidos como algo positivo, porém acabam culminando no enclausuramento e na exclusão social, somados ao fato de que esse deslocamento de famílias de classe média nas periferias acaba por expulsar os moradores dessa mesma periferia para lugares mais distantes, acarretando na cidade um crescimento marcadamente periférico em torno destas espacialidades.

Para (ROLINK:1977), o patrimônio simbólico do negro brasileiro nestas circunstâncias urbanas firmou-se no Brasil como território político-mítico-religioso, para a sua transmissão e preservação. E um dos suportes mais sólidos aos escravos, para a manutenção desta preservação e transmissão, foi o pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, que se transformou em terreiro, como lugar de celebração das formas de ligação da comunidade. Nesta perspectiva, a ocupação de grupos culturais do segmento afro na construção da Casa de Cultura na sede da Fazenda Roseira torna-se simbólica ao buscar preservar esta tradição. E revelam as dimensões de um processo metropolitano no qual as camadas periféricas deste grupo étnico, antes segregadas pela política de limpeza dos centros urbanos na pós-abolição, formaram laços de solidariedade e se instrumentalizaram como sujeitos ativos na disputa pela participação da construção de políticas públicas da cidade, de modo a possibilitar que esse processo seja vivido como um embate efetivo pelo território.

17 QUEIROGA, E. F. ; BENFATTI, Denio Munia . Entre o Nó e a Rede, dialéticas espaciais contemporâneas: o caso da Metrópole de Campinas diante da Megalópole do Sudeste do Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 9, p. 41-52, 2007.

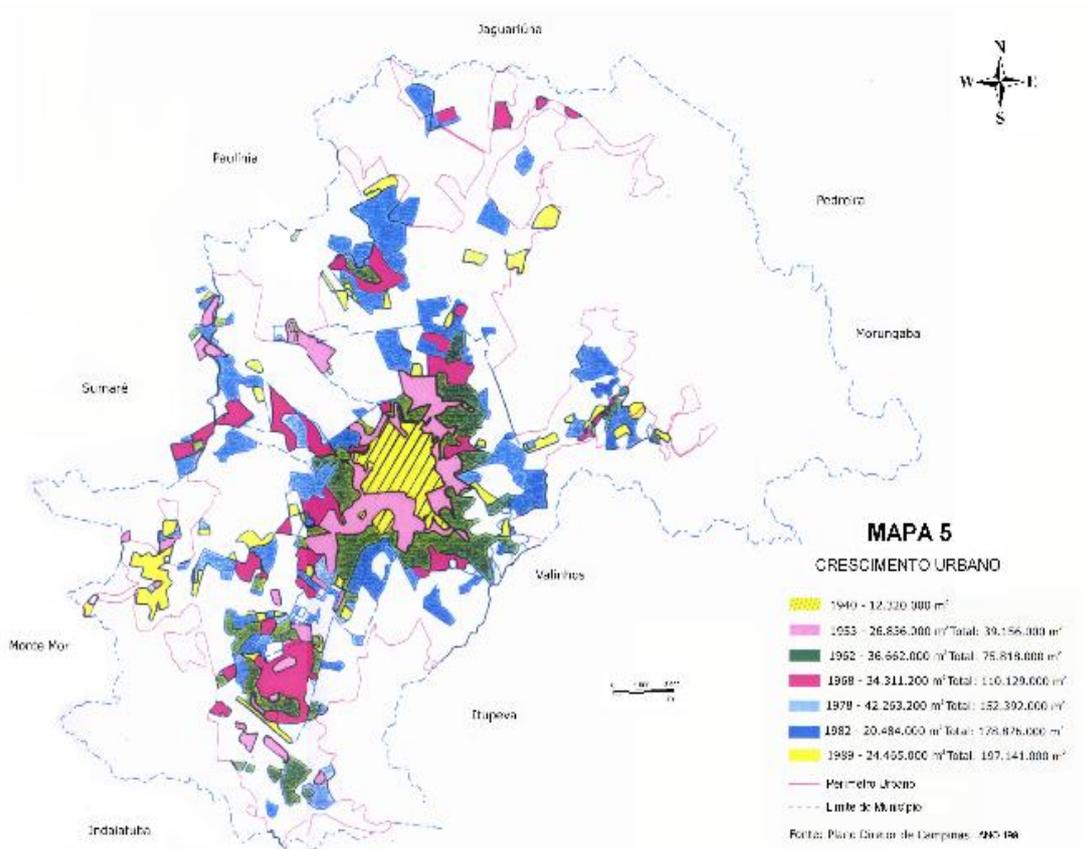


Figura 18 – Crescimento Urbano de Campinas. (Fonte: SEPLAMA)

Capítulo III

Campo Grande - O berço da Fazenda Roseira

Nos relatos sobre a fundação da atual cidade de Campinas, encontramos uma interessante observação de Pupo (1983), que evidencia que um aglomerado rural poderá ser um futuro núcleo urbano. Porém, em Campinas, temos alguns aglomerados que não se urbanizaram, como os bairros de Ponte Alta, Anhumas, Mato Dentro, Dois Córregos, Capivari, Campo Grande, que se igualavam a paragem de Campinas antes das fundações, de alguns destes, como cidade.

A estruturação espacial da cidade que tinha ferrovias, importante fator de indução dos assentamentos industriais, comerciais, e residenciais, contaria a partir da Via Anhanguera, como novo e importante vetor.

A expansão periférica construída tinha como contrapartida o adensamento e verticalização da área centra, onde novos edifícios residenciais e comerciais substituíam o antigo casario, transformando lentamente suas ruas antes estreitas nas amplas avenidas planejadas.¹⁸

A região sudoeste de Campinas era valorizada pela sociedade campineira pela sua beleza natural, exuberantes vegetações e corrégos da Bacia do Capivari, as ricas matas que forneciam madeiras nobres para a construção, vigas de suporte, esteios para sustentar os telhados e telhas e paredes feitas de pau-a-pique, para as portas, assoalhos e forros, móveis, carros-de-boi, bangüês e outras peças para serem feitas e usadas nas pequenas propriedades rurais, nos engenhos e fazendas, com simplicidade ou requinte, dependendo de quem fosse usá-las.

É uma região que hoje se caracteriza por grandes adensamentos populacionais, com predominância de moradia recente em loteamentos voltados para baixa renda, alguns conjuntos habitacionais e muitas invasões. É uma área com os maiores índices de vulnerabilidade social de Campinas e apresenta condições precárias de urbanização, carência de infra-estrutura, de serviços e de empregos. A baixa ocorrência de atividades econômicas acarreta pequena oferta de empregos e promove a consequente

18 BADARÓ, 1996,

movimentação da população ali residente em busca de trabalho em outros lugares, no comércio, em serviços e em atividades de lazer fora da região.

A área urbana do Campo Grande tem um tecido descontínuo pela existência significativa de espaços livres urbanos, havendo áreas tipicamente rurais entre os bairros, somadas à configuração de barreiras físicas como a ferrovia, rio, córregos, rodovias e linhas de alta tensão. A especulação imobiliária e os interesses econômicos estimulam a proliferação de loteamentos que com a chegada de constantes novos habitantes contribui para contínuas mutações da estrutura física e social, descaracterizando e interrompendo os processos históricos remanescentes.

No Campo Grande, a pluralidade cultural que ora gera choques é a realidade da miscigenação de muitos elementos tanto físicos como sociais. As diferentes raízes culturais e formas de vida da população confundem-se e mesclam-se. As estruturas mais antigas dão lugar a novos hábitos e costumes trazidos pelos próprios fatores que condicionaram as novas formas de vida que se moldam no ambiente urbano contemporâneo.

A medida que a urbanização avança além dos antigos limites da cidade a sua trama e sua vida vão se tornando cada vez mais complexas. Vão surgindo dificuldades para se estabelecer relacionamentos com a paisagem e a dinâmica dessa cidade, devido as constantes mutações que afetam as velhas estruturas. Podemos imaginar símbolos para verificar elementos específicos que formam e que caracterizam essa cidade, representá-los em mapas e plantas, mas essas representações não são suficientes. Os ícones, que procuramos utilizar, expandem-se além de simples traços, pontos e cores a que damos formas tentando significá-los e ressignificá-los, mediante nossos objetivos, conceitos e informações. Muitos aspectos do visual e do contexto da cidade requerem uma observação mais detalhada, para um melhor entendimento do seu histórico e do seu processo de transformação ao longo dos tempos. Como podemos compreender o que não conhecemos bem? As vivências e as mudanças ocorrem dentro de um ambiente urbano, em cada canto, em seus recantos. Elas são geradas pelo próprio homem que habita e afetadas mais por ele do que pela natureza a sua volta. A realidade da vida ativa das comunidades urbanas são retratadas em suas imagens.¹⁹

À medida que a cidade cresce e avança para novas áreas, novas formas de vivências são consolidadas e essas vivências possuem características próprias que foram desenvolvidas por essas relações pré-existentes ao avanço da cidade e visibilizam novas

19 AMARANTE, Walkiria Mollica do. Urbanismo para criança. PUC - Campinas, 2002.

e antigas culturas antes escondidas, como é o caso da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, no Jardim Roseira.

Esse trecho da cidade caracteriza-se pela grande dinâmica de circulação e pelo maior crescimento urbano na Região de Campinas nos últimos anos. Sabemos que foi em 1840 que Campinas foi elevada à cidade e o café passou a ser a fonte de renda principal da província e o primeiro produto do Império Brasileiro, alicerçado no trabalho escravo. Em 1850, intensificou-se a produção cafeeira local. Em 1854, o município possuía segundo Áurea Pereira da Silva, cerca de 6 mil escravos sub-divididos em 177 fazendas com produção de 335 mil arrobas.

O tratamento dos escravos era muito rigoroso, com torturas, sendo a vinda de um escravo para o território campineiro considerada um grande castigo. Nesse sentido, há relatos de grandes torturas no Campo Grande.

Segundo Caio Prado Junior, a massa escrava a ser libertada, bem como os imigrantes a serem instalados como colonos, nunca teriam condições de disputar a aquisição de terras devolutas na Nação, pois a propriedade de terra era o elemento central e básico do sistema econômico da colonização. A “Lei de Terras” de 1850 aponta para os tipos de privatização do espaço público: as grandes propriedades anteriores das sesmarias, a consolidação dos grandes apossamentos de terras, que se expandem e se consolidam com o decorrer do tempo, e a posse de pequenas glebas conquistadas por colonos ou imigrantes mais arrojados, por meio da ocupação e cultivo dessas terras. O latifúndio deixa de ser um privilégio, como era o processo histórico anterior, para tornar-se valiosa mercadoria, artificialmente valorizada e possuída por poucos. O patrimônio é registrado na forma do direito burguês da propriedade no final do período de escravidão.

3.1 A Estrada do Campo Grande - Colonias e Povoados

Por volta de 1860, à beira da Estrada Campo Grande, surgiu uma pequena colônia agrícola onde a mata dava lugar a um campo aberto. A partir desse lugarejo, os colonos italianos se estabeleceram em aglomerados rurais ou em sítios e fazendas na Região do Campo Grande. Com suas economias compraram propriedades, formaram os bairros mais antigos da região e contribuíram para a estruturação de seu contexto físico, social e econômico. Seus herdeiros permaneceram ainda estabelecidos em alguns bairros das cercanias, como, por exemplo, o Jardim Metanópolis, Jardim Florence II, Jardim Santa

Rosa, Jardim Santa Clara, Jardim Rossim, entre outros, conforme demonstram depoimentos e histórias de famílias que ali se radicaram em um passado distante.

Vale ressaltar que Joaquim Teixeira Nogueira, apesar de figura pouco expressiva na atualidade e no imaginário desta região, em 1818 aparece como proprietário de vários engenhos. Ele era membro de uma das famílias de maior poder na consolidação política e social da cidade, tendo entre as suas propriedades a Fazenda Cuscuzeiro destinada a herdeiros e a Fazenda Roseira, a qual trataremos especificamente a seguir.

[...] fundou Joaquim José Teixeira outros engenhos que recordamos e que, com suas outras sesmarias deram origem a multiplicadas fazendas de café, herdadas pela sua numerosa descendência²⁰

A família dos Teixeira Nogueira teve acesso a cinco sesmarias, segundo o historiador Omar Simões Magro, citado no livro de (PUPO:1983). Sua principal propriedade foi o “Sítio Grande”, nome mudado mais tarde para Engenho do Chapadão e Fazenda Chapadão na época do café.

No ano de 1867, o capital derivado do café financia a Ferrovia Paulista que começa a operar em 1872. Só a partir de 1870 é que apareceram na região as máquinas de beneficiar café. Nessa época a Revolução Industrial e tecnológica começa a despontar e, com o advento das ferrovias, Campinas torna-se de 1871 a 1879 o centro da movimentação financeira entre o interior paulista, São Paulo, Santos e Rio de Janeiro.

Esta situação possibilitará ao fazendeiro tornar-se capitalista, comerciante, banqueiro e manter grandes propriedades agrícolas com seu capital. A mão de obra escrava passou a ser afastada e os imigrantes iam se fixando como colonos agrícolas, mas não tinham condições de adquirir terras devolutas. O sistema de latifúndio nas mãos da aristocracia dominante na segunda metade do século XIX conduziu o rumo da abolição dos escravos para o trabalho assalariado, que daria abertura ao capitalismo no Brasil.

A extração mineral da areia e da argila prosseguia pelo Vale do Capivari nas décadas de 20 e 30. Nessa época, o Campo Grande já era uma região bem desmatada, de baixa produtividade agrícola e com a população dispersa no território.

Nas primeiras décadas do século XX, surgem novos bairros residenciais e operários e ocorre o crescimento da malha urbana. São criadas avenidas ligando bairros da região sudoeste à zona mais central da cidade, podendo ser citada como exemplo a Avenida das Amoreiras.

20 PUPO,1983.

A existência de um pequeno número de sedes de antigas fazendas no Campo Grande e nas localidades próximas induz à afirmação de que as lavouras de café ali implantadas tiveram um ciclo curto devido ao esgotamento de solo e à baixa produtividade.

Nas décadas de 30 e 40, houve crescimento da construção civil e isso incentivou a ampliação da indústria de cerâmica. Para (AMARANTE:2002) , ao redor das jazidas e das olarias começaram a surgir núcleos de casa para trabalhadores dessas indústrias que funcionavam no Vale do Capivari e no Baixo Piçarrão. Nos anos 40 e 50, o Campo Grande passou a participar em pequena escala do abastecimento da cidade com alguns hortifrutigranjeiros. No entanto, as vias de acesso entre a região rural e urbana eram precárias.

Até 1946 o Poder Público conseguiu gerenciar os padrões urbanos de ocupação e dos espaços vazios do perímetro urbano da cidade. A partir da segunda metade dos anos 40, as transformações urbanas, motivadas pela implementação de grandes indústrias, resultaram no aumento da população urbana. Em 1948 é inaugurada a Via Anhanguera que iria facilitar o movimento e a circulação viária na região. Os limites da zona urbana iam do sudoeste até ao Parque Industrial e Jardim Pompeia, a uns 12 km do núcleo do Campo Grande naquela época.

A região sudoeste por sua posição estratégica e seu relevo tornou-se uma região de passagem, onde caminhos faziam a ligação entre as localidades próximas:

Uma antiga trilha de tropeiros conduzia à região de Itu e Sorocaba, saindo de Campinas pela estrada das Amoreiras. Uma outra ligação derivava da Estrada das Amoreiras, passando pelo atual Jardim Pompéia e unia Campinas a Capivari, sendo denominada Estrada Campo Grande e se dirigia rumo ao oeste. Próximo a este caminho encontramos a Estrada da Roseira. As obras da Anhanguera, no início dos anos 50, motivaram a abertura de avenidas radiais em substituição às velhas estradas que davam acesso precário à região sudoeste e ao Campo Grande.(AMARANTE:2002)

Os empreendimentos imobiliários na periferia se distribuíram ao longo da nova estrada de Viracopos, atualmente, Rodovia Santos Dumont, concentrando-se também ao longo das antigas estradas. Os empreendimentos industriais foram feitos, em geral, nas avenidas e estradas a sudoeste da cidade de Campinas. O impulso para a sua ocupação definitiva foi a instalação da fábrica de pneus Dunlop, na área do espigão divisor de águas do Rio Capivari e do Córrego Piçarrão. A construção dessa avenida levou a prefeitura a

construir uma ponte sobre o Córrego Piçarrão e, em 1953, a abrir uma avenida que passa sob a Via Anhanguera. O Campo Grande com as duas obras passou a ter um acesso próprio ao núcleo central da cidade, sem depender da antiga estrada do Campo Grande ou da Avenida das Amoreiras ou Estrada de Santa Lúcia.

Em 1980, 89% da população do Estado de São Paulo passou a viver nas cidades. As melhores condições urbanas se tornaram um mecanismo de valorização dos espaços dentro da cidade, moldado pelas políticas adotadas no sistema de propriedade de terras, ditando os padrões e políticas que regem o capital imobiliário. O crescimento urbano levou à especulação do espaço urbano, redefinindo a cidade. Novos loteamentos foram implantados, urbanizando e ocupando espaços de pequenas e médias propriedades. Os locais, onde as terras eram consideradas mais baratas, foram sendo ocupados passo a passo nas proximidades e além da Via Anhanguera. O mesmo fato ocorreu nas cercanias das indústrias, que foram aos poucos recebendo benefícios da Prefeitura Municipal.

3.1. 1 Crescimento e Ampliação Sudoeste

Na região Sudoeste de Campinas, a construção da Via Anhanguera, das Avenidas das Amoreiras, Ruy Rodrigues, da Rodovia Santos Dumont, do Aeroporto de Viracopos, e a criação do Parque Industrial foram motivos de forte deslocamento populacional para a região. Com base na necessidade de expansão da cidade, para atender à demanda da imigração, surgiu uma política urbana que facilitou planos e investimentos imobiliários visando a exploração da área sudoeste. Com a abertura da Avenida John Boyd Dunlop surgiram novos loteamentos, que deram origem a vários bairros como Jardim Cidade Satélite Iris, Jardim São Judas Tadeu, Jardim Santa Rosa, Jardim Sulamérica e outros. Na década de 60, a expansão periférica de Campinas foi mais lenta. No Campo Grande maiores investimentos deram-se a partir de intervenções que incentivaram esses processos: a nova FEPASA, atual Ferrobán – Paulínea/Sorocaba (1973), o Campus II da PUC Campinas e o Hospital Celso Pierro (1976), a abertura da Rodovia dos Bandeirantes (1978), o Conjunto Habitacional COHAB/ Itajaí (1985), Parque Floresta (1990), o Aterro Sanitário do Parque Santa Bárbara (1987), Terminal Itajaí e a duplicação da Avenida John Boyd Dunlop (1994/96).

A Av. John Boyd Dunlop consiste na avenida mais extensa da cidade de Campinas, com aproximadamente 13 km, com início no balão da Vila Teixeira e término na região do

Campo Grande. Atualmente, tem como espaços referenciais também o Shopping Unimart (1994), a sede regional da operadora Claro, o hipermercado Carrefour (2007), entre diversos outros estabelecimentos comerciais.

Esta avenida tornou-se o eixo condutor, ou seja, a espinha dorsal que estabelece a ligação da região do Campo Grande ao centro da cidade, reunindo vários bairros e áreas antes desconectadas.





Figuras 19, 20 e 21. Imagens da Av John Boyd Dunlop. (Fonte: Google).

3.2 A Fazenda Roseira (Campo Grande)



Figura 22: Antiga entrada da Fazenda Roseira (Arquivo: Comunidade Jongo Dito Ribeiro)

Morar no campo foi uma imposição de trabalho, que se tornou um hábito elegante dos grandes proprietários de Campinas, como de outras regiões paulistas.[...] Depois o café mais aumentou seus haveres, levando-o para os sobrados urbanos.

²¹

Nos caminhos do Sudoeste, encontramos como referência algumas das fazendas que fizeram parte desse histórico campineiro. Nos estudos de Pupo, em seus registros, encontramos as seguintes descrições:

Fazenda Cuscuzzeiro – Campo Grande

Pertencia em 1885 a José Teixeira Nogueira, com 200 mil pés de café e máquina de benefício. Ficou para herdeiros. ²²

Os moradores há mais de 20 anos dessa região nunca tiveram acesso ou contato com a Fazenda Cuscuzzeiro, além das estórias orais dos mais velhos. Entretanto, no ano

21 PUPO, 1983

22 Idem.

de 2010, encontramos nos autos da Prefeitura Municipal de Campinas, o Decreto n.17,140 de 13 de agosto de 2010, referente a uma determinada área desta fazenda.

Esta declaração de utilidade pública consiste na autorização de desapropriação de área necessária para Implantação da E.E. E. Estação Elevatória de Esgoto, denominada PUC II e áreas necessárias à instituição de faixas de servidão destinadas à execução da linha de recalque de esgoto e coletor de esgoto para atender ao Campus II da PUCC, conforme o Anexo 2.

[...] em 1885 era de Antônio Carlos de Almeida Nogueira, com 150 mil pés de café em terra branca arenosa, com máquina de e beneficio a água e terreiros de terra.

Em 1900 era da viúva Paula Joaquina Camargo Nogueira, produzindo 7 mil arrobas de café; em 1914, da mesma tinha 230 alqueires de terras, com 160 mil pés de café.²³

Pelo registro, acreditamos ter havido um vínculo familiar entre as duas fazendas e/ou antes das obras de abertura da Estrada do Campo Grande e a atual Av. Jonh Boyd Dunlop. Temos a hipótese de que estas fazendas fizeram parte de uma mesma propriedade, composta pelo trabalho escravo sucedido pela agricultura familiar, por meio da inserção de colonos com o final da escravidão.

A Fazenda Roseira é um importante ponto de observação para compreendermos a história do caminho e da ocupação urbana da região sudoeste de Campinas. Sofreu diversas retaliações, em que a sucessiva venda de glebas está de acordo com os interesses imobiliários, que direcionam a transformação de zona rural em área urbana e ao mesmo tempo assumem novas representações, mediante a interferência das novas populações que ali se instalam.

Essa população cresce e estrutura, ao longo da periferia sudoeste de Campinas, novos quadros e novas referências antes inexistentes. Atualmente, o que restou da Fazenda Roseira compreende uma área que tem como vizinhos os bairros Jardim Roseira, Jardim Ipaussurama, Vila Perseu Leite de Barros, todos às margens da Av. Jonh Boyd Dunlop e que antes fizeram parte da mesma fazenda.

A Fazenda passa por mais um processo de transformação que talvez seja o último, dado que as sucessivas vendas deixaram como marco histórico apenas a sede desta

23 Ibidem.

propriedade e alguns galpões, totalizando uma área de 15901.07 metros quadrados, que se soma a uma área anexa, com Área de Preservação Ambiental Permanente (APP).

Verificamos que suas terras assumem funções diferentes diante do processo de expansão do sudoeste, sofrendo diversos desmembramentos, registrados em sucessivos inventários. O parcelamento e a venda de terrenos pertencentes à Fazenda Roseira, ampliados pela especulação imobiliária, transformam e requalificam essa extensa área rural em urbana. Na tentativa de demonstrar um pouco dessas sucessivas fragmentações encontramos em Amarante (2002) que em

[...] 25 de julho de 1917, o Bacharel Homero Ferreira de Camargo, 2o. Tabelião da Comarca de Campinas, no Estado de São Paulo, lavra uma certidão de doação de D. Joaquina Camargo Nogueira, proprietária da fazenda, que na época tinha como bairro Santa Cruz, uma doação de uma faixa de terra no valor de 250\$00, com largura de 15m ao longo da propriedade, para assentamento exclusivo de linha de bonde para a Cia Campineira de Tração, Luz e Força, que seguiria até Monte Mor, e atravessar a estrada da Roseira, mais ou menos em 130 m, acima da ponte sobre o Córrego Piçarrão e percorrer pelas invernadas da fazenda uma distância de aproximadamente 1 200m até o capão do mato alto do espigão, com mais diversas outras discrições de delimitações de área, por onde essa linha de bonde passaria. Esse documento certifica as fronteiras da Fazenda Roseira, na época, como limitada pelas propriedades pertencentes a Clemente Hattman, Francisco Custódio e outros, evidenciando demais retalhações das propriedades anteriores, porém, não encontramos a confirmação de que a linha de Bonde tenha sido implementada.

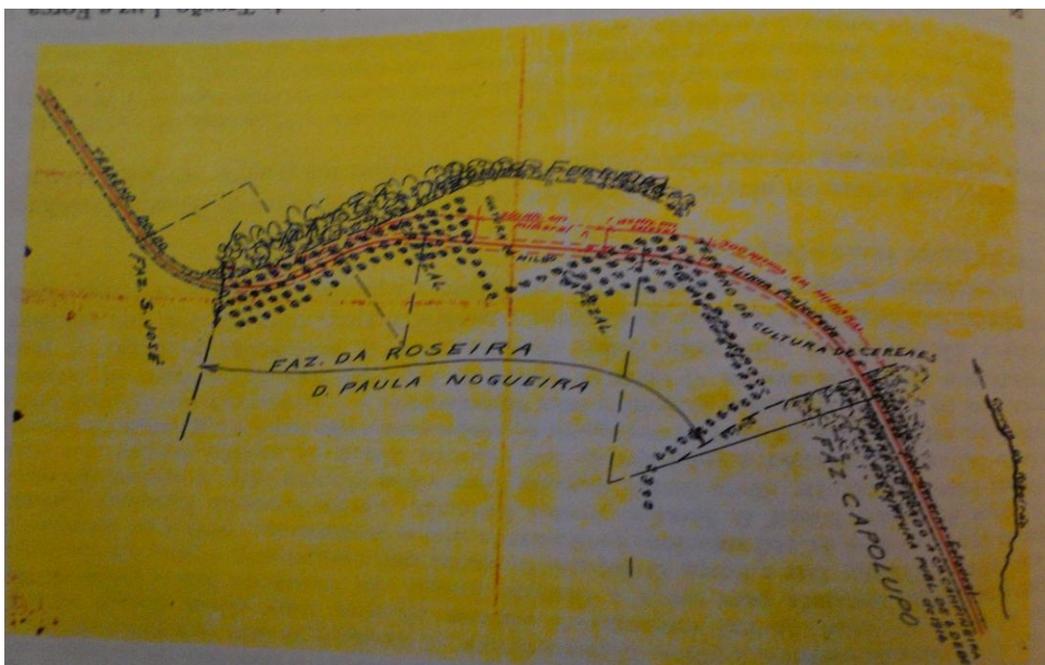


Figura 23 - Planta da Área doada pela Fazenda Roseira à Cia Campineira de Tração, Luz e Força em 1917 . (Fonte Amarante: 2002).

Pela vasta área, percebemos que havia forte produção de café, apesar das limitações do solo arenoso de terra branca, pouco fértil para produções em vasta escala. Pessoa (2004) recupera algumas preocupações que perpassavam pelas elites brasileiras:

Em 20 de setembro de 1943, o mesmo tabelião registra que a Cia Campineira de Tração, Luz e Força encaminha uma cópia do contrato de doação de um trecho da fazenda referente à passagem de uma rede de transmissão de energia elétrica. Esta rede atravessava a propriedade agrícola do Sr. Álvaro Almeida Nogueira, na época viúvo de D. Joaquina Camargo Nogueira, tornando-o proprietário da Fazenda Roseira.

Uma linha primária de 11kw, com aproximadamente 760m de extensão referente à subestação Taubaté-Monte Mor foi instalada primeiramente para servir a Fazenda Roseira e, depois se tornou de posse da Cia Campineira de Tração, Luz e Força.

Este mesmo documento aponta como vizinhas as propriedades pertencentes a herdeiros de D. Leonor Penteado, Nassif & Serafim, Irmão Belintani, Aurélia Junqueira Penteado, Carvalho Miranda, Pedro Baroni, Dr. Silvio Godoi, Augusto Costa e José Meireles Neto. Esta linha elétrica, segundo alguns moradores da época, veio a beneficiar a região e seus arredores, facilitando a vida de moradores e usuários dessa obra, o que valorizou as propriedades locais.

Esses sobrenomes nos remetem a uma reflexão sobre a chegada de imigrantes na cidade de Campinas. (MACIEL:1997)²⁴ afirma que:

Enquanto existem evidências de que imigrantes europeus passam por processo de ascensão social no sentido de entrar na pequena burguesia, a maioria da população negra sofre uma trajetória inversa ou permanente. Hasenbalg, referindo-se ao estado de São Paulo, diz que em “nenhum lugar do país foram os imigrantes brancos tão claramente os ganhadores e os negros os perdedores do desenvolvimento econômico e da prosperidade” (...) A resultante dessa conjuntura histórica em Campinas, um dos maiores centros urbanos de São Paulo, foi o surgimento dos jornais negros como forma das organizações colocarem seus protestos. Como o emparedamento era maior, a consciência da existência do racismo e da necessidade de combatê-lo apareceu primeiro. Verifica-se que de 1888 à 1926 as organizações negras conseguem um nível de eficiência que suas articulações extrapolam o âmbito da população apenas não branca. Percebe-se também que a atuação organizada de mulatos e negros passa a ser determinação importante no processo de transformações sociais do período.²⁵

Entretanto, neste entorno à Fazenda Roseira, além dos fragmentos orais encontrados pelos relatos da vizinhança sobre o Morro dos Macacos, antiga favela, que atualmente se encontra urbanizada, nenhum descendente africano adquiriu vastas propriedades.

24 MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações raciais — negros em Campinas (1888 – 1926). 2ª. ed. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

25 Idem.

3.3 Desmembramentos de Gleba da Fazenda Roseira e Partilhas

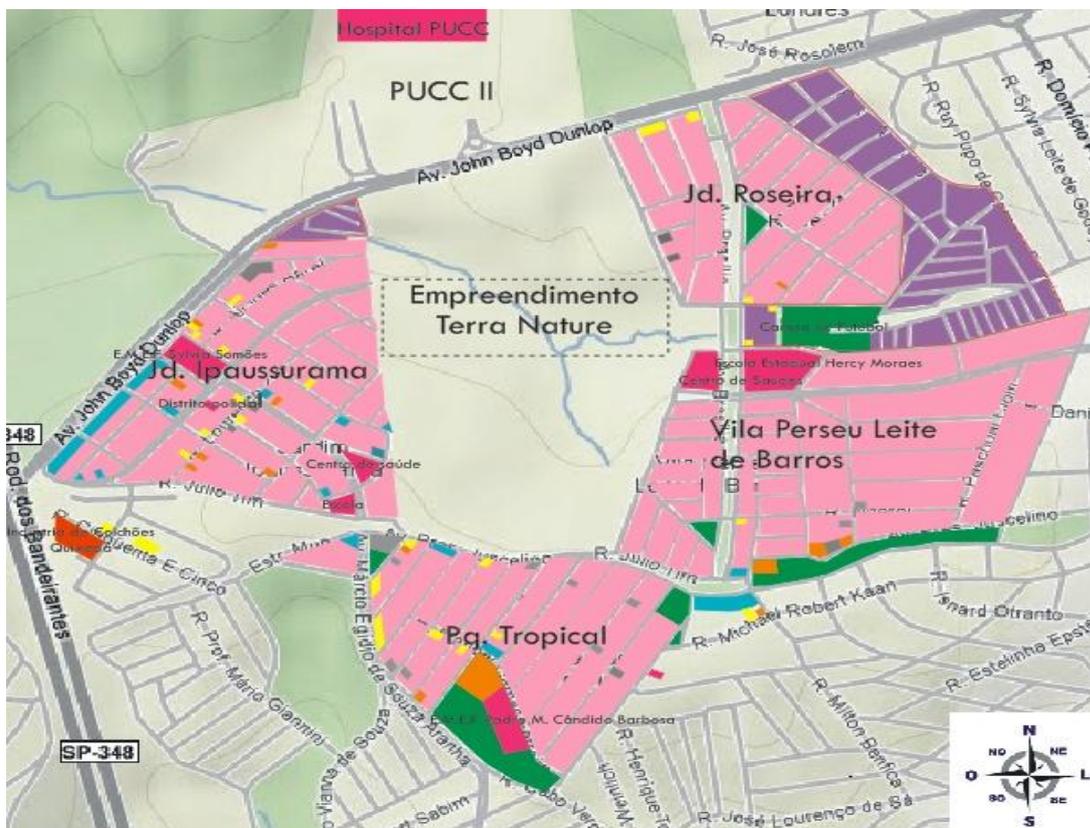


Figura 24- Imagem dos bairros do entorno do loteamento em construção.

Seguindo as análises da documentação encontrada no cartório, encontramos que, em 1º de setembro de 1941, Paulo Siqueira Camargo, oficial de registro da Comarca de Campinas, SP, certificou que parte da Fazenda Roseira no bairro do Campo Grande, não mais bairro Santa Cruz, com as propriedades de herdeiros de Leonor Penteadado, herdeiros de Clodomiro Ferreira Camargo, irmãos Belintani, Aurélia Junqueira Penteadado, Carvalho Miranda, Pedro Baroni, Dr. Silvino Godoi, Augusto Costa e José Meirelles Neto, foi registrada como propriedade pertencente ao espólio de Ana Bueno de Almeida Nogueira e adquirida por Álvaro de Almeida Nogueira.

O documento apontava que o imóvel continha 200 alqueires de terras, 32.537 cafeeiros, casa sede, casa de administração, 32 casas para colonos, 06 casa para camaradas, uma casa de beneficiar café, terreiro, cocheira, estábulo, paiol, 5 carroças, 10 burros, 20 cabeças de gado, 35 000 pés de eucaliptos de diversas idades. Este

documento apresenta também as transferências de partes resultantes da partilha da Fazenda Roseira para outros proprietários.

Em 1º de setembro de 1941, foi transferida a Nassif José e Antonio Serafim uma gleba de 13.749 alqueires e a Angelo Signori duas glebas de terra com 5 e 11.791 alqueires. Já em 18 de agosto de 1942, a Angelo Almicare Beltrani coube uma gleba de terra com área de 3 alqueires. José Peres de Oliveira, em 1º de outubro de 1942, recebe uma parte de terras com áreas de 6 alqueires. Max Lowenstein, uma gleba de terras em 2 de setembro 1944, com 64 855 alqueires. Em 2 de março de 1948, o novo proprietário de parte das glebas foi Edzel Mariano Lopes, com áreas de 4 alqueires.

Paulo Siqueira Camargo, oficial de registro da 30. Circunscrição da Comarca de Campinas/SP, certifica que a Fazenda Roseira-Campo Grande tem área de 238,17,64 hectares de terra, na medida antiga 98,20 alqueires, contendo 5000 cafeeiros, 3000 eucaliptos de diversas idades, 6 casas para colonos, 3 casas para camaradas, 1 casa para administração e 1 casa para residência (de pau-a-pique e tijolos). Tudo estava em mau estado de conservação, confrontando com os imóveis de Nassif José e, outro, de Angelo Signori, Fernando Belintani, Aurélia Junqueira Júnior. A Estrada do Campo Grande é adquirida pelo industrial Max Lowenstein por contrato de compra e venda de Álvaro Nogueira, casado com separação de bens com Nanci Lima Nogueira, Dr. Julio de Castilho e Maria Antonieta de Revoredo no valor de 15 000,00 cruzeiros em 06 de janeiro de 1948.

Como podemos observar, as transformações se deram com grande movimentação entre os novos proprietários e partilhas de partes das glebas da antiga Fazenda Roseira, que se degrada e perde referenciais a cada apropriação. Essas movimentações nos remontam à expansão urbana de Campinas cotejado os diferentes ciclos da economia nacional (mineração, açucareira, cafeeira, industrial e tecnológica), que também influenciaram tanto as transformações da cidade quanto as ações administrativas que lhes deram suporte.

No período de 1888-1933 observa-se o surgimento e consolidação do capital industrial estimulado por demandas do setor agrícola e alimentado pelos excedentes da economia cafeeira. Por isso, percebemos as influências desses novos personagens da elite industrial, em cena nas áreas antes destinadas somente aos senhores de terra.

3.4 Nas portas da atualidade



Figura 25 - Implantação do Campus II da PUCCamp, na Av John Boyd Dunlop. (Fonte: 65 anos PUC – Uma História, Muitas Vidas 1941-2006).

A Fazenda Roseira do Campo Grande, com 238,17,64 hectares de terra é vendida por Max Lowenstein e sua mulher Lili Lowestein à Imobiliária Aurocan Limitada em 10 de dezembro de 1951, conforme lavrada no 3o. Tabelião local. Neste momento, a propriedade confronta com a de Dr. Orlando Fausto Acides e outros, com a estância S. Pedro, pela Estrada do Campo Grande, por vales com a fazenda S. José do Dr. Heitor Penteado e também por cercas e com a propriedade de Antônio Serafim e a Fazenda Ribeirão.

Esta firma denominada Aurocan Limitada tem como representantes Roberto Cantusio, Roberto Felipe Cantusio, José Cantusio, Rodolfo Cantusio, Romeu Cantusio, Augusto Cantusio Junior, conforme escritura de 30 de julho de 1947 - 1o. Tabelião de Notas de Campinas, registrando a posse em partes iguais, sendo este documento respaldado pela guia de recolhimento de imposto de transmissão no exercício de 1954 (n. 031/série 15 – Secretaria da Fazenda de SP).

O documento ainda certifica que, em 11 de dezembro de 1953, a Fazenda Roseira limita-se com as propriedades do Dr. Salvador Penteado, de Francisco Ferreira Camargo, de Clemente Hothman, de Francisco Capulpo, de Francisco Theodoro ou sucessores, pasto do matadouro de Antônio Custodio ou herdeiros, de Pedro Pelegrini, de irmão Burkart ou sucessores, de Miguel Cardoso, sendo esta como propriedade de D. Paula Joaquina de Camargo Nogueira (viúva), no valor de 235:000\$000, passa a pertencer (gravado com ônus vitalício) a D. Anna Bueno de Almeida casada com Álvaro de Almeida Nogueira. Sua área era 200 alqueires de terra e continha 160 000 pés de café, invernadas, matas, 72 casa de colonos, 10 casa de camaradas, casa de moradia, de administração, de máquina, tulha, terreiros, maquinismo, paiol, cocheira, chiqueiro, pomar e dependências, benfeitorias, animais de custeio e acessórios de lavoura.





Figuras 26 e 27 – Jardim Roseira bairro regular, mapa de localização e campo de futebol com vista para uma ocupação irregular na Av. Brasília, antigamente conhecida como “Morro dos Macacos”.

Essas sucessões começaram a delinear novos bairros em seu entorno, pois em 15 de maio de 1954, o 4º Tabelião Dr. Xavier de Souza certifica revendo em cartório o livro de notas no. 90, a escritura de compra e venda de duas glebas de terras, que outorgam o casal Roberto Cantúcio e outros a Sociedade Construtora e Imobiliária Jequitiba Ltda, medindo cada uma delas a área superficial de 605000m ou 25 alqueires paulistas (de 24 200m). Os terrenos em questão estavam compreendidos dentro da gleba “A” e “B” da Fazenda Roseira. A gleba “A”, com área de 318.500m, que começa no cruzamento da Av. Dunlop, na margem direita com um corredor e cerca irregular que faz divisa com as terras dos herdeiros de Cnêo Ferreira Penteadó e estende-se até o começo do café velho, seguindo o eixo da Estrada da Roseira, indo para a esquerda acompanhando a margem direita da av. John Boyd Dunlop, numa extensão de 840m. E a gleba “B”, contendo uma área de 286.500m, começando na cerca da divisa do Jardim Paulicéia, de propriedade dos irmãos Garcia, margeando à esquerda da Av. Dunlop até atingir a cerca divisória do Jardim Campos Elíseos.



Figuras 28 e 29 - Vila Perseu Leite de Barros, e Centro de Saúde da Av. Provenza Sobrinho e Escola Hercy Moraes na Av. Brasília que liga Jd. Roseira, Vila Perceu e Jdm. Tropical.

Outra importante escritura de doação em pagamento e divisão amigável ocorreu em 6 de dezembro de 1962, quando em pagamento Romeu Cantusio e sua mulher Annunciata Oppido Cantusio doaram aos outorgados José Cantusio, Rodolfo Cantusio, Roberto Cantusio, Dr. Roberto Felipe Cantusio, 1/7 da Fazenda Roseira, com 71.478 alqueires ou 172.978.540 há. A área doada continha cafeeiros, eucaliptos, casa de moradia e outras benfeitorias, confrontando com a Estrada Municipal Campinas-Campo Grande, que segue no sentido sudoeste, com o Jardim Campos Eliseos, Jardim Londres, com as propriedades de Hélio Miranda, Vicente Barone, com as Fazendas Ribeirão e Cuscuzeiro e o Jardim Ipaussurama, que teve o loteamento aprovado pela Lei. 876 de 26/03/53.

O Jardim Ipaussurama foi construído pelo loteamento Aurocam Limitada, de propriedade de membros da família Cantúcio, tendo no 1º artigo as seguintes descrições:

A Câmara Municipal decreta e eu, Prefeito do Município de Campinas, promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1o. - Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento de terreno de propriedade da Sociedade Imobiliária jardim Ipaussurama Ltda., sob denominação de Jardim Ipaussurama, situado entre terrenos da Imobiliária Aurocan Ltda. Estrada Municipal Campinas Campo Grande (antiga; e Estrada Municipal Campinas Campo Grande (nova), na conformidade das plantas e informações juntas ao Processo no. 2108 e Protocolado no. 23005 de 29 de Outubro de 1952. (Fonte: Site da Cama dos Vereadores de Campinas)

O Jardim Ipaussurama fez parte da Fazenda Roseira, o que permite supor as grandes dimensões dessa propriedade no passado.

As escrituras também demonstram que a Fazenda Roseira tinha uma área primitiva de 98.420 alqueires ou 2.381.764ha, dos quais foram alienados à Sociedade Construtora e Imobiliária Jequitibá Limitada uma área de 25 alqueires ou 605.000.000m. Também foi destacada uma área de 1.690 alqueires ou 408.980ha, que ficou fazendo parte da estrada asfaltada, que atravessa aquela propriedade, estrada essa denominada Av. Dunlop. Por este motivo, a Fazenda Roseira é aquela de 71.478 alqueires ou 172.978.540ha, que de comum acordo com os sucessores, ora ortogantes resolveram fazer pagamento de seu débito, com a doação de sétima parte do que possuem do referido imóvel e transferem aos outorgantes José Cantúcio, Rodolfo Cantúcio, Roberto Cantusio, Dr. Roberto Felipe Cantusio (engenheiro) toda a posse e domínio, direitos de usar, gozar e livremente dispor como bem e melhor entenderem. O presente instrumento refere-se à partilha da

propriedade pelos novos proprietários por levantamento geodésico, que foi feito conforme planta. O imóvel corresponde as duas glebas “A” e “B”, que foram divididas entre os condomínios mediante escritura lavrada em 6 de dezembro de 1962.

Uma curiosidade desse processo foi um ofício de 23 de março de 1956 ao Prefeito do Município de Campinas. Este ofício apresentava o plano de asfaltamento da Av. John Boyd Dunlop e reivindicava a título de indenização dos gastos despendidos na obra para os proprietários dos terrenos às margens da Estrada do Campo Grande, no Município de Campinas/SP, o direito de cobrar uma taxa, a ser determinada oportunamente, aos veículos, que pela rodovia viessem a transitar. Ficava expresso no documento que, findo o prazo de dez anos, a mesma estrada, com todos os melhoramentos em apreço, passaria para o domínio e administração da municipalidade campineira.

Na época, o prefeito eleito em 1955 era Ruy Hellmeister Novaes, empresário do ramo industrial, comercial, rural e imobiliário. Três anos depois, em 1959, ele elegeu-se deputado federal, renunciou à prefeitura de Campinas e foi substituído por José Nicolau Ludgero Maselli.

Outro fato curioso foi o acordo entre as partes: a empresa Dunlop do Brasil S.A – Indústria de Borracha, sociedade anônima brasileira, a Construtora e Indústria Jequitibá Ltda, sociedade de quotas de responsabilidade limitada, o Sr Armando Do Valle Bastos e outros e representantes dos proprietários dos imóveis à margem da Av. Dunlop na ocasião. Estes estabeleceram acordo com a firma Pavimentadora Lapa Ltda. para executar a pavimentação da Av. John Boyd Dunlop, no trecho da Rodovia Anhanguera e o Córrego Piçarrão, onde se situa o terminal do loteamento do Jardim Campo Grande. E em 04 de outubro de 1956, a Construtora e Imobiliária Jequitibá Ltda, da família Cantusio, contrata a Pavimentadora Lapa Ltda, para a pavimentação asfáltica da Av. Dunlop, no mesmo trecho, tendo como segundo contratante o Cortume Cantusio S/A (1911), firma dos proprietários da Fazenda Roseira, com sede na cidade de Campinas à Rua Dr. Carlos Campos, n. 1033.

De 1962 até 1969, diversas doações amigáveis ocorreram entre os descendentes da família Cantusio, com hipotecas e cédulas rurais vinculadas a bancos nacionais como: Banco do Brasil, Banco do Estado de São Paulo S/A, conforme constam nos anexos dessa dissertação.

Nesse período, com o fim da produção cafeeira, a produção agrícola torna-se a preferência da propriedade. A criação de gado e vacas leiteiras fomenta as cooperativas

de leite e de pequenos animais, que também sofrem com o crescimento da cidade e o avanço da malha urbana, transformando a paisagem local efetivamente.

Outros dois bairros se consolidaram no entorno da Fazenda Roseira. Podemos observar, em 1975, um loteamento desenvolvido pela COHAB Campinas - Vila Perseu Leite de Barros e, em 1980, a entrega do Jardim Roseira, que consiste em um loteamento aprovado em 1981 na Gleba 23, com margem na Av. Dunlop, tendo também como proprietário da área a família Cantusio.

Entre glebas desmembradas e novos moradores, a região cresce e, a cada dia, surgem novos empreendimentos, fazendo da antiga região desabitada um dos maiores pólos de atração de investidores da atualidade.





Figura 30 e 31 – Jardim Ipaussurama e P11o. Posto Policial na Av Homero Vasconcelos de Souza.



Figura 32: Construção da primeira parte do condomínio Terra Natura na Gleba, da Fazenda Roseira (Fonte: Acervo Alessandra Ribeiro Martins).

3.5 Fazenda Roseira e o Loteamento Terra Nature/HORIZONTE - Características do projeto



Figura 33 e 34 – Propagandas do novo loteamento terra Nature – HORIZONTE.

Em 24 de agosto de 2007, o decreto 15.961 do Diário Oficial de Campinas confirma a aprovação de um novo loteamento da Fazenda Roseira. Porém, diferentemente das vezes anteriores, essa aprovação desencadeia uma série de ações e reações conflituosas, pelo desejo das comunidades locais de preservar aquilo que parecia adormecido, o desejo de pertencimento e, ao mesmo tempo, a busca pelo espaço na cidade, tendo a sede da Fazenda Roseira como emblema desse conflito. Sobre os conflitos e ações mediados pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro e demais movimentos sociais, trataremos no capítulo sobre a transformação da Fazenda Roseira em Casa de Cultura.

O Loteamento Terra Nature traz para a Região um novo bairro e, como contrapartida, cede ao poder público municipal uma área de 15.907,01 m², em que está inserida a sede da Fazenda Roseira. O Projeto do novo bairro consiste na implantação de Projeto Urbano com moradores distribuídos em construções de 2-3 dormitórios horizontais e verticais.



Figura 35 – Projeto das divisões da Gleba para a implantação. (Fonte: Palestra Palestra da Eng^a Arquiteta Simone Medeiros Eyer Thomas – Diretora do Departamento de Controle Urbano da Prefeitura Municipal de Campinas. Tema: “Plano Diretor e diretrizes ambientais e urbanísticas para a área em estudo”).

Atualmente, as metrópoles mundiais concentram parcela considerável da

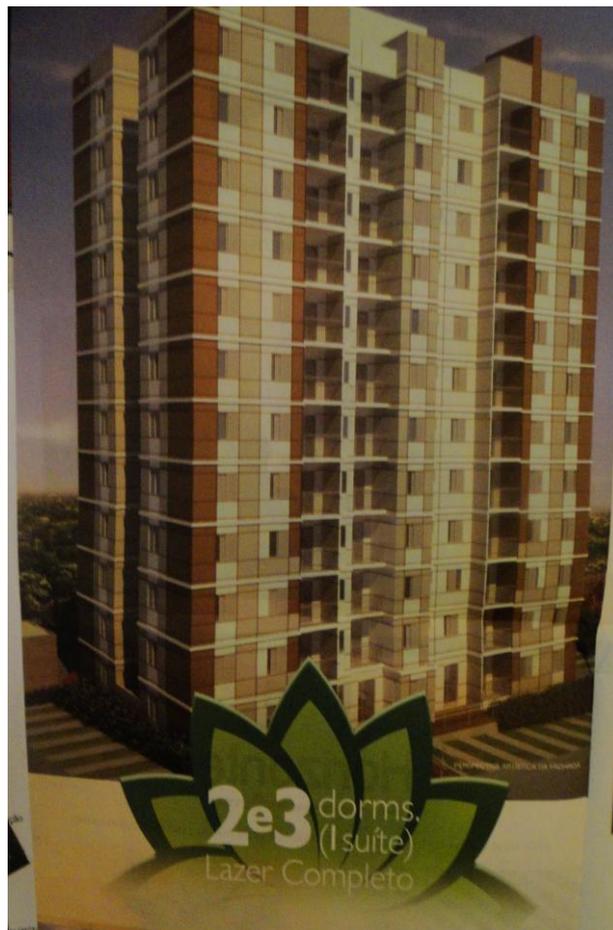
população global e influenciam a ação sobre outros locais, produzindo e transformando o espaço. As elevadas densidades demográficas nas cidades e a falta de organização e planejamento quanto ao uso da terra urbana degradam a qualidade ambiental, que é um fator correlato à qualidade de vida.

O loteamento Terra Nature apresenta uma regularização na implantação do projeto, entretanto, para as comunidades locais a ausência das nascentes e o impacto ambiental provocados pela modificação da vegetação, causa disparidades no discurso. O projeto tem sido encaminhado com atraso, pois as obras iniciadas em 2008 ainda se encontram em fase estrutural. Suas características são: Área Total de 529.859,69 m² e Área de Preservação Permanente (APP) de 115.000,00 m².

De acordo com a lei de parcelamento do solo, esta área será dividida em 35% total de áreas públicas tendo: 5% área institucional (2,65ha), 10% área de praças (5,3ha), 20% de ruas (10,65ha). A soma da APP e dos 35% de áreas públicas (ruas, praças e institucional) resulta a área de 300.450,89 m²

Total de área construível: 229.408,80 m² = 22,9ha, densidade de implantação: 10.600 pessoas, densidade populacional: 463 hab./ha e Zoneamento permitido: zona 02 residencial, zona 12 comercial, serviços e mista e zona 18 APP.





Figuras 36, 37-A, 37-B – Imagens do folder de divulgação do loteamento.

Ao analisarmos os processos de desmembramento da Fazenda Roseira, percebemos que a relação de trabalho e a apropriação de terra sempre estiveram caminhando lado a lado. Em cada período percebemos que a Fazenda teve um determinado fim: do tímido café pela precariedade de solo arenoso, para inserção de doação de área para construção de trilho para suporte da exportação cafeeira, seguida pela produção de gado e vaca leiteira, mediada pelo capital industrial, até a inserção no voraz processo recente de especulação imobiliária.

Antigos proprietários perceberam o potencial da região Campo Grande muito antes do redirecionamento de investimentos para fortalecimento de infra-estrutura mediado pelo poder público. Junto a parcerias de construtoras e imobiliárias, as terras da fazenda deram origem a variados tipos de habitação, pessoas, costumes e culturas, provocando um novo olhar sobre o espaço da fazenda senhorial e novas relações também mediadas pelos vínculos de trabalho.

Os escravizados que construíram as terras da Fazenda Roseira e muitas outras para a consolidação de nosso país, trouxeram um arcabouço cultural que possibilitou uma marca diversa ao Brasil. O final da escravidão em 1888 impôs a esse povo novas demandas, novos lugares e rumos, mas também consolidou outras riquezas.

A economia que evidenciou as antigas fazendas cafeeiras do sudeste do Brasil e a própria cultura do café possibilitou novas culturas que marcam na atualidade essa região, como herança da presença negra em Campinas oriunda desse processo histórico e materializada na Comunidade Jongo Dito Ribeiro.

Capítulo IV

4. Campinas também é terra de jongueiro



Figura 38: IV Arraial Afro Julino do Jongo Dito Ribeiro, 2007. (Fonte: Acervo da Comunidade)

Assim como as demais obras do homem, os espaços urbanos são produções culturais sujeitas a diferentes apropriações. É através de um permanente processo de criação e reapropriação que o homem transforma o ambiente em que vive, ao mesmo tempo em que estabelece as bases para criações futuras. O uso material do passado é a essência da cultura e é aquilo que, por sua vez transforma o material cultural em patrimônio.²⁶

Para compreendermos a Comunidade Jongo Dito Ribeiro e suas ações junto às demais comunidades e grupos do segmento afro da cidade de Campinas e Região Metropolitana de Campinas, é fundamental entender o conjunto do qual participa este patrimônio imaterial. O jongo ou caxambú é um patrimônio imaterial cultural brasileiro, reconhecido pelo IPHAN em 2005 e presente na região sudeste, predominantemente no

²⁶ DURHAM, Eunice (1984) "Cultura, patrimônio e preservação", texto n. 2. In: ARANTES, Antonio A (org) Produzindo o passado. São Paulo: Brasiliense, pp.23-24.

Rio de Janeiro.

Um dos primeiros trabalhos desenvolvidos sobre jongo, cujos praticantes consideram como o “pai do samba”²⁷ foi o realizado pela folclorista Maria de Lourdes Borges Ribeiro, lançado em 1984 nos Cadernos de Folclore, um ano após seu falecimento. Este trabalho, resultado de mais de dez anos de estudo, pôs em cena uma manifestação dos ex-escravos, a qual a autora analisa como uma manifestação do segmento “folclore”, termo este que denominava um saber tradicional preservado pela transmissão oral entre os camponeses. No entanto, como veremos a seguir, o interesse por identificar nas tradições populares uma sabedoria ou um saber popular era anterior à criação do próprio termo.

Desde o final do século XVII e início do XIX, intelectuais românticos valorizavam de forma positiva a cultura popular em um momento em que as representações sobre ela se intensificaram. Estes intelectuais foram responsáveis pela elaboração de uma concepção das tradições populares como ingênuas e anônimas, que mais tarde foi adotada pelos folcloristas, seus continuadores, ao buscarem no Positivismo emergente um modelo para interpretá-las.

Quando no século XIX o termo folclore é criado, a modernização capitalista encontrava-se a todo vapor e os intelectuais dispostos a estudar manifestações populares não pensavam em voltar ao passado como os românticos, pois, de forma central, entendiam o progresso enquanto avanço tecnológico.²⁸ Com base no projeto iluminista, acreditavam numa relação entre a crença e a ciência, nas formas de organização social e de produção que teriam a ordem, a disciplina, a obediência e a submissão como principais elementos.

Foi neste contexto que brasileiros iniciaram seus estudos sobre folclore no final do século XIX. Tais estudos estavam diretamente ligados à questão da “identidade nacional”. Porém, a busca por salvar o que pertencia ao passado era acompanhada pelo desejo de esquecer-lo no que havia de conflituoso. Ao se dirigirem às manifestações negras, por exemplo, calavam-se diante da realidade da escravidão, com seus conflitos e diferenças nas relações entre senhores e escravos. Os estudos de Sívio Romero, voltados às manifestações populares, demonstram claramente o dilema vivido nas obras deste

27 Essa afirmação é demonstrada e discutida no CD-Livro desenvolvido pelo Grupo Cultural Jongo da Serrinha em 2005, ao narrar a história do Jongo e a forma em que o Morro da Serrinha do Rio de Janeiro recebeu seus primeiros jongueiros no período pós-abolição. Pela ausência da inserção no trabalho livre, muitos descendentes de escravos viram na favela uma possibilidade de reconstrução social e de moradia. Fato também ocorrido em São Paulo e demais regiões, quando os bairros periféricos surgiram do alojamento dos negros retirados dos centros das cidades. Maiores discussões específicas sobre o assunto em ROLNIK, Raquel – A cidade e a lei - legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. FAPESP. Studio Nobel, 3. ed. São Paulo. p.59-92.

28 ROMERO, N. Sívio – Romero: trechos escolhidos por Nelson Romero. Rio de Janeiro. Agir, 1959.

período.

Ao retratar os “aspectos folclóricos do jongo”, percebemos um afastamento do contexto histórico da segunda metade do século XIX, quando, com o fim do tráfico transatlântico de escravos africanos, as migrações internas aumentaram, principalmente no Vale do Paraíba, região cafeeira e território onde o jongo se desenvolveu. Esta manifestação é tratada mais como uma dança folclórica, com seu papel festivo, sem reiterar o papel político em meio às manifestações escravas, o que acaba por limitar a compreensão da importância das manifestações populares. O jongo desde sua origem esteve arraigado na articulação estratégica contra a escravidão e os maus tratos dos senhores, reunindo os conflitos da relação senhor-escravo e as saudades da ascendência africana-banta por seus praticantes.

O advento da escravidão trouxe para a nova terra junto com os africanos de origem banto um arcabouço cultural, presente no aspecto religioso da manifestação do jongo. Este arcabouço cultural não ficou restrito aos africanos e interferiu na cultura de seus senhores e descendentes através de trocas culturais do cotidiano nas senzalas e depois no processo de desenvolvimento da identidade nacional.

Por sua vez, a definição de cultura popular não é única e nem contempla necessariamente os conflitos envolvidos entre as manifestações populares, como aponta Roger Chartier:

[...] somente lembrar que os debates em torno sobre a própria definição de cultura popular foram (e são) travados a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas por seus atores como pertencendo à 'cultura popular'. Produzido como uma categoria erudita destinada a circunscrever e descrever produções e condutas situadas fora da cultura erudita, o conceito de cultura popular tem traduzido, nas suas múltiplas e contraditórias acepções, as relações mantidas pelos intelectuais ocidentais (e, entre eles os *scholars*) com uma alteridade cultural ainda mais difícil de ser pensada que a dos mundos 'exóticos'.²⁹

É preciso atentar ao fato de que pesquisar a cultura popular é mais do que classificar, repertoriar e descrever uma determinada manifestação, porque esta se insere num conjunto de relações e modos de utilizar objetos que circulam na sociedade, compreendidos e manipulados de diversas maneiras. Desta forma, para entender a cultura popular, é necessário situá-la no espaço de enfrentamento, no qual as relações desta cultura com a sociedade são regidas por dois conjuntos de dispositivos:

29 CHARTIER, Roger - “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 185.

[...] de um lado, os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que qualificam (ou antes desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima, e, de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de apropriação do que é imposto.³⁰

Aqui adotamos a perspectiva do jongo como cultura popular a partir do debate feito por Chartier. Porém, valemo-nos como complemento da análise de Cucho (1999), que discute “cultura” e “popular”, ampliando o termo como:

[...] uma cultura dominada que se, constrói e reconstrói numa situação de dominação. No entanto, mesmo sendo dominada, é uma cultura inteira, baseada em valores originais que dão sentido a sua existência, construindo-se na história das relações entre os grupos sociais e na relação, na maioria das vezes conflitiva, tensa e violenta, com outras culturas.³¹

É nesse panorama que analisaremos o jongo da cidade de Campinas, enquanto um grupo que se articula e resgata tradições, reafirmando uma cultura específica.

4.1 Jongo ou Caxambu – origens

Trabaiei, suei, sangrei
Do cativo e das correntes, com fé eu me libertei
Corri na mata, pé descalço, estrela guia
Vou encontrar Palmares, ver nascer um novo dia.³²

Existem várias versões para as origens do Jongo, sendo o tema ainda hoje um campo de debates. Contudo, Maria de Lourdes B. Ribeiro, na cidade de Cunha, recolheu alguns depoimentos de jongueiros. Em um desses depoimentos, um jongueiro não identificado pela autora diz que:

Quando Deus fez o mundo arretituiu os pessoar. Os santo pra ele era o pessoar.
Pra vê quar é que queria o divertimento. Aí conversô com São Gonçalo o que ele

30 Idem, p.187.

31 Cucho, Denys. A Noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

32 Ponto de gurumenta, que segundo (RIBEIRO,1984, p. 9) significa briga. Esse ponto é de autoria de Flávio Azevedo, da Comunidade Jongo Dito Ribeiro – Campinas/SP.

queria, de cateretê a jongo. Então ele foi e arrequeceu a puíta, ingualhar e tambor. Ele já tinha dado a viola que foi do cateretê e depois o jongo, e então Nosso Senhor deu o poder pra ele, pra tecer o mundo e fazer o que ele pudesse.³³

Outra citação da mesma página recolhida por Ribeiro, do livro de Rossini Tavares Lima, que também publicou no Caderno de Folclore, traz o depoimento de outro jongueiro, mais uma vez não identificado, na cidade de Taubaté:

O Senhor e o Deus Menino andavam perseguidos pelo Diabo. Fugiam apavorados quando encontraram um grupo de negros dançando o jongo. A convite dos negros eles se esconderam no meio da roda e por arte dos feiticeiros a roda se fechou de tal modo que o Diabo passou e não viu os fugitivos. O Senhor e o Deus Menino puderam assim prosseguir a viagem. Antes, porém, abençoaram o jongo, dizendo que essa dança daí para frente seria uma dança sagrada.

Concomitantemente às memórias orais desses jongueiros, encontram-se intelectuais das áreas do folclore, antropologia, história e sociologia que participam desse debate. Para Pedro Simonard³⁴, em sua tese de doutorado, a produção acadêmica a respeito do Jongo constitui duas correntes antagônicas. A primeira, mais recente, afirma que o jongo se configura como uma entre as múltiplas manifestações culturais resultantes do contato entre a cultura escrava, gestada no século XIX na antiga área cafeeira do sudeste brasileiro, e a cultura dos proprietários de terras e senhores de escravos. Para a segunda, ele é originário da região de Congo-Angola e chegou ao Brasil com os negros bantos que, escravizados, trabalharam nas lavouras e na mineração.³⁵

A prática do jongo consiste em uma manifestação cultural em que três elementos são essenciais: os pontos, a dança e os tambores. Os pontos concentram todos os saberes do jongo e, ao misturar metáforas e dialetos da língua banto, possibilitaram uma comunicação entre os negros escravizados, numa expressão de origem mista, persistente até aos dias atuais. A dança, ao animar as rodas de jongo, torna-se um desafio à parte entre o casal que dança ou ao dançarino que se insere num passo solto no meio da roda. Os tambores, que são fabricados, na maioria das comunidades, ainda de modo artesanal, carregam em si um “grande significado” de vínculo com os ancestrais.

33 RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges Ribeiro. *O Jongo*. Rio de Janeiro: Funarte, 1984, p. 14.

34 SIMONARD, Pedro – A Construção da Tradição no Jongo da Serrinha: uma etnografia visual do seu processo de espetacularização. Rio de Janeiro, tese de (doutorado), UERJ, 2005.

35 LIMA, Rossini Tavares de. *Folclore nacional*. São Paulo, Centro de Pesquisas Mário de Andrade, 1946. p. 90

O caxambú era uma oportunidade de se cultivar o comentário irônico, freqüentemente cínico, acerca da sociedade dentro da qual os escravos constituíam um segmento importante [...] Dentro desse contexto, os jongs eram canções de protesto, reprimidas, mas de resistência.³⁶

Tais práticas eram ligadas ao trabalho rural, nos eitos e nas áreas de mineração, que chegaram ao século XX nesses chamados vissungos, que são os cantos de tradição banto em língua africana ouvidos nos serviços de mineração. Essas cantigas, com "evidente teor religioso", relatavam o cotidiano dos negros no garimpo. Um gênero que expressa claramente uma parte do processo histórico vivido pelos negros no Brasil obrigados a deixar as plantações logo após a abolição da escravidão em 1888 e integrar-se nas cidades, especialmente no Rio de Janeiro, em que na maioria das vezes é conhecido por caxambú.

A forte proximidade com as religiões de matrizes africanas, principalmente com a religião umbanda, na versão contada por alguns jongueiros residentes no município de Guaratinguetá, através das pesquisas de Wilson Rogério Penteado Júnior, é fundamental na constituição do jongo³⁷. Para alguns destes jongueiros, a origem do jongo se mistura ao surgimento dos cultos afro-religiosos:

O jongo veio da senzala, é um lamento, era uma dança de chamada dos orixás, que cantava para os orixás e ao mesmo tempo eles faziam a magia deles na roda de jongo combatendo o próprio senhor pra se ver livre do sofrimento. Então, neles chamar os orixás Xangô que é um orixá de justiça se torna um lado do jongo que entra num lado espiritual sobre a umbanda, sobre o candomblé e mistura tudo. Então, por isso que penetra bastante o lado espiritual. E foi daí que surgiu, do afro, do africano, na senzala que surgiu é... o lado espiritual aonde os orixás começaram a encontrar caminho pra se manifestar na umbanda. Porque naquela época eles não tinham tanto cavalo³⁸ para incorporação e foi a partir desse espaço que começaram a se expandir também e daí é que veio e começou a surgir o jongo, a umbanda, essa coisa toda.

Em, (RIBEIRO:1984, p.17) diz que Luciano Gallet, em 1934, descreve um jongo realizado na Fazenda de São José da Boa Vista, no Estado do Rio, em 1927. Em sua

36 STEIN, Stanley J. Vassouras – um município brasileiro do café – 1850-1900 (Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1990 [1957], cap 7 e p.246.

37 PENTEADO, Wilson Rogério, Jr. – Jongueiros do Tamandaré – Um estudo antropológico da prática do jongo no Vale do Paraíba Paulista (Guaratinguetá / SP) – UNICAMP, 2004.

38 Termo usado pelos praticantes de umbanda para se referir àqueles que incorporam entidades espirituais.

descrição o jongo é retratado como a dança predileta dos pretos, pela quantidade de pessoas que faziam parte, podendo prolongar-se por horas sem cansaço, numa exibição das qualidades individuais de cada dançarino e conhecimento dos puxadores de pontos.

4.2 Os significados dos pontos de jongo



Figura 39 – Jefinho, liderança da comunidade Quilombolas do Tamandaré, manda seu ponto na Reunião do Pontão do Jongo Caxambú – RJ (18, 19 e 20/4/2010). Foto: Sandra Gagetti.

Água com areia não se pode demandar
Água com areia não se pode demandar
A água vai embora
Areia fica no lugar³⁹

O ponto de jongo tem alguma relação com o provérbio e, também, com a crônica por meio da qual se comenta a vida cotidiana, o passado e o presente. Configura-se num

³⁹ Ponto ouvido da Comunidade jongueira de Alagoinha / SP, em reportagem sobre jongs da região do Vale do Paraíba, em agosto de 2006.

conhecimento restrito e secreto, guardado pelos jongueiros velhos – que só ensinam seus conhecimentos aos jovens já iniciados⁴⁰, sendo cada ponto adequado a cada circunstância. O ponto é tudo quanto o jongueiro diz ou canta no decorrer da roda de jongo e, pode ser classificado, segundo Maria de Lourdes Borges Ribeiro (1984, p. 26), em:

Ponto de louvação – canta-se no início da abertura da roda, para louvar:

Nossa senhora do Rosário, saravá São Benedito.
Vamos abrir roda de jongo, peço que estejam comigo.
Saravá sinhô tambú, saravá o candongueiro
Saravá os preto véio, saravá Dito Ribeiro.
(Jongo Dito Ribeiro – Campinas / SP)

Ponto de saudação – para saudar ou “saravar” alguém:

Bamdolê olê olê, bambolê lê olá
Bomdoleia jongueiro, bambole olê lá, olê olá.
(Jongo de Piquete – Piquete / SP)

Ponto de visaria ou bizzaria – para alegrar a dança, ou brincar com algum participante:

Fala barril, também fala barreado.
Repinica candongueiro, tocando no pau furado.
(Jongo do Quilombo São José – Valença / RJ)

Ponto de despedida – para fechar a roda e finalizar o jongo:

Adeus, adeus, povaria eu vou embora
Me diverti bastante,
Senhor diz que está na hora.
(Jongo do Tamandaré – Guaratinguetá / SP)

Ponto de demanda ou porfia – para desafiar outro jongueiro e mostrar conhecimento:

40 Sobre a iniciação dos jovens na roda de Jongo, ainda faltam estudos pontuais, entretanto, percebemos que hoje em dia essa inserção se dá desde criança, já que para muitos jongueiros o jongo de hoje é “para diversão”, e a inserção de jovens é uma estratégia efetiva de preservação e continuidade dessa dança, contrapondo-se ao jongo do “passado”, onde as demandas e desafios do jongo eram vinculados aos poderes mágicos e místicos, tornando-se restrito aos jongueiros velhos.

Cundê, cundê, cundê, cundê
Eu não tô pra faze roça pra boi dos outro cumê.
(Jongo de Quissamã, Tambor de Machadinha - Quissamã / RJ)

Ponto de gurumenta ou gromenta – para a briga:

Tatu cavuca muito é bicho da unha dura
Minha gente venha ajudar essa criatura.
(Jongo de Angra dos Reis - Remanescentes do Quilombo Sta. Rita do Bracuí/ RJ)

Ponto de encante – para a magia, diziam que quando se cantava pontos de magia ou encante, fenômenos místicos aconteciam na roda de jongo. Como o crescer e amadurecer os frutos de uma bananeira, ou de um cinto se transformar em cobra, entre outros. O jogueiro cumba é considerado o jogueiro feiticeiro, jogueiro que faz magias e encantos na roda de jongo:

Jongo cumba, ê cumba, cumbá
linha dereta, de bêra má.
(Aparecida / SP)

Na roda de jongo os pontos se sucedem de forma encadeada, sendo a mesma aberta pelos jogueiros mais velhos, através do toque dos tambores e da formação da roda onde os jogueiros cantam, tocam e dançam.

O jongo foi classificado por Edson Carneiro (1959, p.8) como dança semi-religiosa, pois não há invocações visíveis de orixás e nem movimentos frenéticos, que são típicas na possessão. Entretanto, a terminologia e a estrutura do jongo têm analogia aos processos e práticas fetichistas africanas, os quais se ligam indissolivelmente. É possível confrontar as pesquisas sobre o jongo, segundo Ribeiro (1984, p. 49), com as pesquisas sobre Macumba, de Artur Ramos, citadas, principalmente, em *O negro brasileiro*.

Maria de Lourdes B. Ribeiro observou em sua pesquisa que antigamente o jongo era praticado por escravos; porém, após a abolição, em 1888, passou a ter como figurantes não só pretos, mas brancos, mulatos, caboclos e bugres. A inserção de novos praticantes no jongo muito se assemelha a processos históricos que podemos pontuar no desenrolar dos séculos XVII ao XIX, em que números, registros e estudos são voltados à etnografia brasileira, levando cronistas, missionários e cientistas a escrever sobre seu povo, hábito, costumes, festas e vida em sociedade.

4.3 Os Tambores: Tambú e Candongueiro



Figura 40 – Tambores da Comunidade Jongo Dito Ribeiro – Foto: Sandra Gagetti.

Tambu toca pro rei
Candongueiro pra rainha
Puíta firma angoma
Oxalá é nossa guia
Ilaire...ilaire..ilaire⁴¹

Os tambores são peças fundamentais na roda de jongo, pois são eles os responsáveis pela harmonia rítmica de cada comunidade. Antigamente, eram feitos com troncos de árvores escavados, cobertos por couro de animal, como boi, vaca, bezerro

41 Ponto cantado na Comunidade de Tamandaré – Guaratinguetá/SP.

entre outros, que era pregado.

Com o avanço da cana-de-açúcar e inserção do café como economia de subsistência, as barricas foram utilizadas para a construção de tambores, prática que perdura até dias atuais. Com as barricas de vinho, os tambores também passavam pelo mesmo processo de serem cobertos por esses couros de animais, fixados por pregos ou amarrações em cordas.

Cada tambor é considerado como um integrante e membro da roda de jongo, por representar a ligação entre os praticantes atuais e sua ancestralidade jogueira, havendo em algumas comunidades um cerimonial de nascimento desses instrumentos, de forma semelhante aos atabaques dos terreiros de religiões de matrizes africanas.

Esses instrumentos são sempre reverenciados pelos jogueiros, pois eles fazem uma conexão com os antepassados ancestrais e com o mundo espiritual, o que constitui uma ligação com outras manifestações afro-brasileiras, como a umbanda e o candomblé.⁴²

Alguns tambores chegam a ter mais de cem anos de batucque e são passados de geração em geração, sendo considerados tão importantes que, em geral, seu guardião é o líder da comunidade jogueira. Isso ocorre também com os tambores mais novos, já que, segundo o “jongo do passado”, se um jogueiro chegasse ao terreiro de outro jogueiro e mandasse um ponto que o mestre ou líder daquele jongo não soubesse desatar⁴³, esse jogueiro poderia levar os tambores embora e a partir daquele momento ele seria o novo dono do terreiro. Ele também poderia mandar enterrar os tambores, demonstrando aos praticantes dessa comunidade que aquele jogueiro estava “morto”, acabado para aquele jongo, até que ele conseguisse num outro momento dar a revanche.

Passar por uma situação como esta implicaria ao jogueiro desafiado a fama de perdedor difundida entre os praticantes de jongo. É interessante perceber que no caso inverso, se o líder/mestre da comunidade defende seu terreiro, a paz estaria restabelecida sem maiores danos ou difamações. Hoje em dia, essas atitudes não acontecem mais, entretanto, esses “causos” fazem parte do imaginário de todos os mestres e lideranças jogueiras.

Cada comunidade compõe sua base instrumental com três tambores, mas pode-se encontrar como no Jongo da Serrinha / RJ, além dos três tambores instrumentos de

42 Fazem parte do bloco de religiões de matrizes africanas, são cultos afro-brasileiros que envolvem a possessão e manifestação de espíritos ou santos no corpo de seus praticantes, que sofrem grande acusação da maior parte das instâncias religiosas por manter como princípio orientador de suas práticas a magia. (Brandão, 1987:71).

43 Desatar um ponto de jongo ou desamarrar significa responder metaforicamente ao que lhe foi perguntado por outro jogueiro dentro da roda de jongo.

harmonia como violão e cavaco. O tambor maior e mais grave é chamado em algumas comunidades jongueiras por trovão. Este tem quase sempre a função de manter a mesma frase rítmica. Viajante é o nome do tambor médio. Este tem um tom meio grave e a função de manter a harmonia rítmica como o trovão ou “viajar”, repicar. Já o candongueiro é o mais agudo e menor entre os três tambús. Ele é que chama o trovão e o viajante. Sua harmonia é repetitiva e constante.

A forma de tocá-los varia de acordo com as influências de cada comunidade, mas de modo geral acompanham os jongueiros numa formação musical mais frequente os dois tambús ou caxambus, como também são chamados, que são os tambores maiores, e o menor, nomeado candongueiro, podendo haver outros instrumentos como o ganzá, que é uma espécie de chocalho, e puíta ou angoma puíta, uma espécie de tambor de fricção que lembra a cuíca.

Dizem os jongueiros velhos, como a Tia Mazé, jongueira velha da comunidade do Tamandaré, e madrinha da Comunidade Jongo Dito Ribeiro de Campinas/SP, que os tambús, por serem instrumentos que fazem ponte com a ancestralidade, devem ser “benzidos”, ou seja, receber no início das rodas uma dose de cachaça. O mesmo é observado no documentário “Ritual e Magia no Quilombo São José” pela matriarca do quilombo Mãe Tetê. Segundo ela, no início da roda deve-se colocar o vinho no couro dos tambús para saudar os pretos velhos.

Para afinação, usa-se o calor da fogueira. Para os jongueiros, a fogueira tem grande importância, porque, além de esticar o couro dos tambores, aquece os participantes do jongo, já que, em sua maioria, as rodas acontecem durante a noite e ao ar livre. Além disso, a fogueira serve como “luz” ou caminho aos espíritos ancestrais que, segundo essas jongueiras velhas, são atraídos pela roda de jongo, vindo assistir e proteger os jongueiros durante a dança.

4.4 A Dança



Figura 41 – A dança dos jongueiros velhos da Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Acervo: Sandra Gagetti

Olha a dança do jongo gente
Como é que é
A mulher tira homem
E o homem tira mulher⁴⁴

Na prática do jongo, com o toque dos tambores já iniciado, forma-se uma roda de dançarinos que cantam em coro, em resposta ao solo de um jongueiro. A dança se dá em

⁴⁴ Esse ponto é cantado nas comunidades Jongo de Bracuí e de Angra dos Reis, sendo de visaria, para animar a roda e ensinar os participantes não jongueiros a maneira de participar da dança. Na Comunidade de Campinas, o ponto é cantado trocando as últimas estrofes; canta-se “o homem tira homem e a mulher tira mulher”.

pares ou sozinho. Os praticantes vão até o centro da roda, até serem substituídos por outros jongueiros. Nota-se em algumas comunidades o elemento coreógrafo da umbigada para a troca de pares ou o do dito “sapeca iá iá”, para as mulheres, e “sapeca iô iô”, para os homens, sempre de forma alternada e com novos dançarinos no interior da roda.

Dança-se na roda de acordo com o conhecimento de cada participante. Uns a rodar, outros a pular ou a arrastar os pés. Alguns devagar, outros bem rapidamente. Às vezes, com coreografias, como as observadas nas rodas de santos da Umbanda. Há rodas de jongo na qual dançam vários pares ao mesmo tempo, enquanto o jongueiro puxa o ponto e o tambú toca euforicamente, em outras rodas, os tambús ficam no centro da roda enquanto, os dançarinos formam um círculo em movimento em volta.

Os pontos, os tambores e a dança formam o conjunto atribuído às manifestações jongueiras encontradas até hoje no interior do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. Cada um desses elementos contribui à amálgama do jongo, sendo todos de igual importância. Portanto, é na união desses elementos que se conforma a roda de jongo, e é no seu interior que podemos observar as especificidades de cada comunidade e suas características próprias.

A cultura popular, como o jongo, é parte do tempo presente e, por isso, sofre influências das problemáticas da atualidade. O fato de ser em sua maioria praticada por negros, pobres e de periferias desses grandes estados, nos leva a refletir acerca da questão da identidade e como a inserção do jongo nos registros do IPHAN, como Patrimônio Imaterial Nacional, contribui para a legitimação e inclusão desses negros numa cultura nacional “híbrida” e “igualitária” que se representa.⁴⁵

O que pudemos verificar pelos debates intelectuais foi que todo processo sofre transformações, readequações e mudanças no decorrer do tempo, processo este que ocorre com o jongo e com diversas outras manifestações populares praticadas por representantes sociais que se renovam e são influenciados pelas problemáticas do cotidiano a todo o tempo. Nesses quase cinquenta anos passados dos registros da folclorista Ribeiro (1984), o jongo sobreviveu em sua plenitude, fazendo com que novos aspectos fossem inseridos, novos contextos e caminhos fossem realçados. O escravo saiu de cena e entrou o trabalhador livre que, diante de outras dificuldades, não usa o jongo para articular fugas, saber das senzalas vizinhas e, nem mesmo, para somente se divertir.

Hoje, o jongo assume uma postura política e articuladora de grande importância

45 Os termos utilizados, “híbridas” e “igualitária”, nos remetem à questão literária absorvida pelo texto on-line no site do IPHAN.

para os guardiões dessa tradição e para seus novos interlocutores. O jongo é tema atual na universidade através de estudiosos renomados, é Patrimônio Cultural Imaterial e passa pelo processo de Salvaguarda. Estes processos ampliam sua área de atuação e movem verbas, patrocínios e elevam seus praticantes à posição de agentes culturais. O jongo proporciona emprego aos seus seguidores através de projetos e apresentações artísticas, possibilita a transformação social de suas comunidades e rende títulos.

Movimentos e ações se confrontam na manifestação do Jongo, não apenas como memória de um passado, mas como agente vivo e presente, que obtém resultados movidos pelo desejo de comunidades que anonimamente resistiam e se vêem hoje em meio a políticas que retiram suas práticas da marginalidade e a colocam no “centro do palco”.

4.5 O Jongo em Campinas



Figura 42 – Roda de Jongo em frente a igreja São Benedito.)Fonte: acervo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro).

Acreditamos que o processo de interrupção do jongo em Campinas, se deu pela própria dificuldade da época em manter as tradições afro brasileiras, quando toda a sociedade sofria forte transformação em sua estrutura.

Foi nesta década entre 60-70, que chegou ao Brasil a televisão, ocasionando profundas mudanças nos meios de comunicação, a imprensa falada ganha corpo com o rádio levando informação, e o mundo passou por uma efervescência cultural atingindo o Brasil com uma intensa movimentação tanto na música quanto no cinema, teatro, sendo a Bossa Nova um grande exemplo desses movimentos da época.

Esta década, marca a passagem de um país agrário, com a maior parte da população morando no campo a caminhar para a industrialização com a população migrando do campo para as cidades para proporcionar um grande crescimento destas e se urbanizar e, marcar uma profunda modificação na sociedade brasileira. Foram anos de intensa movimentação política que culminou com a chegada de Juscelino à presidência, que veio a prometer modernizar o Brasil, entrando para a história, principalmente pela construção de Brasília, a nova capital e seu plano de metas. Os grupos sociais começaram a se organizar em associações, sindicatos e partidos dando o chute inicial do que seria as grandes mudanças ocorridas nos anos posteriores.

A cidade de Campinas sempre conteve em si várias cidades, principalmente porque, como pudemos observar nos capítulos anteriores, em cada região uma forma de organização espacial, somada às políticas públicas, deram origem a um povo, que se encontra e desencontra na vasta cidade.

No ano de 2000, jovens da região noroeste estavam em processo de ebulição devido alguns fatores culturais que despertavam um desejo pela busca de identidade e lugar próprios e de acesso aos direitos de trabalho, moradia, boa saúde, acesso a educação de qualidade e direito de igualdade. Os debates e reflexões iniciadas na mesma região no período de ditadura e impulsionados pelo Projeto Teatro Evolução, no qual não entrarei em detalhes neste trabalho, mas que consolidou as bases das referências negras durante o período em que a arte era efetivamente uma forma de trocar idéias.

Desse processo surgem lideranças e projetos que ainda hoje tem como um dos lugares de referência a Casa de Cultura Tainã, um espaço cultural organizado pela ou comunidade no centro da Vila Castelo Branco, onde tambores digitais e alfaias de maracatu uniam diferenças em igualdade.

O projeto Nação Tainã, tinha como objetivo articular a comunicação em software livre e o gosto pela música, atraindo diversos pesquisadores da Unicamp para esse outro

lado da cidade, dita periferia, sem fortes atrativos se comparado à organização e estruturas de outras regiões. Porém, apresentava um cunho cultural tão consolidado que possibilitou formar pessoas e ao mesmo tempo promover reencontros importantes, quanto às matizes do jongo.

Nesse núcleo, entre toques de alfaias e teclados, jovens foram formados tendo como líder o conhecido TC - Antônio Carlos da Silva, uma referência negra em Campinas, que sempre foi uma cidade que estruturou historicamente seus personagens e representantes através de homens ou mulheres não negros.

Foi nessa atmosfera que em uma das vivências propiciadas pela Casa de Cultura Tainã, que muitos jovens ouviram o jongo pela primeira vez e entre eles, eu, que diante da desistência por falta de recursos em uma universidade particular no curso de Administração, perda de emprego por racismo em uma empresa ligada a shoppings centers em plena Avenida Paulista, buscava com afincamento uma compreensão dessas desigualdades e o que a negritude trazia em sua bagagem, além das histórias ouvidas desde pequena sobre escravidão nos bancos escolares.

Conhecemos a primeira comunicação a longa distância, os tambores, a nova comunicação global, os teclados, conheci o Baobá, árvore que no processo de embarque dos escravos de África era usada para os escravos dessem voltas em seu entorno para esquecer de onde vinham, suas culturas e raízes e hoje aprendi a cultivá-las para me fortalecer e lembrar que tantas outras coisas, grupos, pessoas e modos diferenciados de compreender o próprio ser. O jongo chegou aos meus ouvidos na voz de um homem negro, de voz forte, afinado e tambores ritmados que cantava:

Lábios, lâminas, lábios lâminas, Por um triz não me cortou
Pelo tempo dessas ondas este mar já te levou a girar
Oh Nego Dito, oh negro grito Rei!
Sou a pele de um tambor...(Daniel Reverendo)

Daniel, pesquisador de manifestações afro culturais do Cachuera, importante centro do acervo de manifestações populares sediado em São Paulo e amigo do TC, veio realizar essa oficina, junto membros do Jongo do do Tamandaré – Guaratinguetá/SP. Pelo forte interesse e parceria entre alunos da Unicamp como o Danielzinho, grupos culturais como Urucungu's Puitas e Quijengues e Savuru, entre outros que já haviam feito a pesquisa e recriavam artisticamente a dança, esta vivência fomentou algo especial.

A sonoridade me emocionou diferente das demais manifestações que estava

conhecendo e efetivamente, das lágrimas de emoção, fui convidada a voltar para casa e reencontrar no meu quintal segredos, conforme o TC sempre dizia: “èro ni baba co jade, èro babani soro”.⁴⁶

4.6 Uma breve biografia do Jongueiro Benedito Ribeiro - (Minhas Memórias)

“ Nunca é tarde para voltarmos atrás e buscarmos nossas raízes”. (Sankofa - símbolo africano).

Benedito Ribeiro, nascido no ano de 1904 na região mineira de Caldas, chega a cidade de São Paulo, já com 24 anos. Segundo relatos familiares, no interior de Minas, era comum a semi - adoção de filhos pobres negros, apesar de não encontrar nenhum registro sobre isso, no caso de Benedito Ribeiro ninguém sabe dizer ao certo como ele se torna parte da família Funchal, onde foi criado como afilhado para execução de funções domésticas e de serviços gerais, já que era considerado da família porém, numa perspectiva em que, como não teve acesso a escola como os demais membros da família e ficou restrito a serviços domésticos em troca de moradia e alimentação e muito agradecimento até chegar a cidade grande.

Possivelmente, foi dessa maneira que desenvolveu seus dotes culinários e ao chegar em São Paulo na cidade grande passa a trabalhar em uma confeitaria, onde conheceu e casou-se com Benedita Neves Balthazar, campineira, dando origem a família Ribeiro.

Retornam casados à Campinas, em pleno final da Revolução de 32, com dois filhos, Carlos Augusto e Maria Aparecida, e emprego arrumado por sua sogra Maria Neves Balthazar na Companhia Ferroviária da Mogiana.

Fato interessante, já que essa senhora, a matriarca da Família Balthazar, nascida durante a Lei do Ventre Livre, de cor mulata, tinha contatos com membros da elite campineira que possibilitou que todos seus filhos e genros trabalhassem nessa

46 Tradução e frase aprendida com TC da Casa de Cultura Tainã em rodas de conversa: “Meu pai me contou um segredo e este segredo, guardo em meu quintal”.

companhia, até os que não eram letrados, como Benedito Ribeiro conseguindo uma estrutura familiar que permitiu criar os filhos e comprar sua casa própria no bairro Botafogo.

Na Mogiana, Benedito Ribeiro 1º, como foi registrado para controle de duplicidade de nomes, trabalhou por muitos anos, fez novas amizades e na Rua Espanha, ao lado da linha do trem, que segundo memórias dos filhos o esperavam na margem à linha de trem do retorno de suas viagens em que ele era convidado para cozinhar aos comandantes e nas quais recebia além do pagamento, doações que auxiliavam na alimentação de sua família.

A devoção por São Benedito foi o laço que o marcou como cozinheiro e festeiro, levantador de mastro e realizador de festas juninas, acompanhados pela fogueira de São João, rezas e terços.

É nesse contexto de devoção e festividade que ele apresentava o jongo, que se alternava entre as apresentações dos batuques, como o samba de bumbo, manifestação muito praticada pelos negros campineiros neste período.

Além de festeiro e cozinheiro, Benedito Ribeiro, também se destacou pela sua generosidade, auxiliando vários necessitados que ficavam abandonados na Estação de Trem, levando-os para sua casa, até se estabelecerem na cidade.

Outra curiosidade sobre Benedito Ribeiro era, sua prática de adivinho. Por acertar o sexo de mães grávidas recebeu vários afilhados entre os seus familiares. E as falas em parábolas, deixando aos seus filhos vários ensinamentos guardados até hoje.

Morre aos 64 anos, deixando cinco filhos: Carlos Augusto (ferroviário), Maria Aparecida (arrumadeira e cozinheira), Edite (merendeira de escola aposentada), José Roberto (médico ortopedista) e Maria Alice (professora aposentada). E com ele, as festas se calam, os tambores se silenciam e o jongo, que na época as crianças não participavam por preferir as brincadeiras, também se silenciou, sendo retomado somente no ano 2000 por sua neta.

4.7 Comunidade Jongo Dito Ribeiro

É no ano de 2003 que o grupo se consolida como Comunidade Jongo Dito Ribeiro, na região noroeste, onde marca o reinício do jongo na cidade e é onde a Comunidade

Jongo Dito Ribeiro busca fortalecer suas raízes, por meio de projetos de oficinas abertas e gratuitas (divulgadas nas escolas da região, postos de saúde, espaços culturais, cooperativas e outros espaços comunitários da sociedade civil), da organização e participação em eventos realizados no bairro e na cidade de modo geral.

O cotidiano da Comunidade é feito de encontros abertos à participação dos interessados nos finais de semana (em que se realizam rodas de jongo e reuniões do grupo); da participação em atividades de outros grupos da cultura popular e da cultura afro-brasileira principalmente em Campinas e região, mas também em outras cidades do Estado e da região sudeste; de apresentações em eventos diversos; da participação em mesas de debate e seminários para a construção de uma sociedade humana sem preconceitos (sem racismo, machismo, homofobia, discriminação por orientação religiosa, etc).

Firmaram-se como comunidade, através das tradições e rituais aprendidos pelos ensinamentos dos jongueiros velhos e pela família Dito Ribeiro que transita em outros universos religiosos e culturais. Fundamental na manutenção e vivência do jongo, é fomentar a rede de lembranças e memórias culturais e de tradição que permeiam a Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Os mais velhos têm um papel importantíssimo nesta rede de lembranças e memórias, que formam uma rede entre grupos e comunidades, já que como moradores da cidade de Campinas, presenciaram amplamente as transformações do tempo e com elas guardam suas lembranças em caixas de memórias.

Cientes ou não, se reconheceram enquanto coletivo, com a necessidade de se reinventar e se mobilizar em prol da obtenção de seus objetivos, criando pequenas ações, que se tornariam espaços efetivos de trocas, parcerias e fortalecimento de identidades.

Neste universo propício para lembranças que Carlos Augusto Ribeiro, o filho - mais velho de Benedito Ribeiro, recorda sua mocidade e relembra as festas que seu pai fazia e a manifestação jongo, fazendo com que um grupo de jovens, familiares e parceiros dos vários grupos culturais fizessem desta comunidade jongueira, uma das referências do movimento afro cultural em Campinas.

A Comunidade Jongo Dito Ribeiro, que recebe o nome do ancestral jongueiro, aqui entendido ancestral como o mentor referencial desta manifestação no grupo familiar, se apresenta como jongueiros, praticantes da dança do jongo, formados por um grupo de pessoas e familiares, que reconstitui a manifestação do Jongo em Campinas/SP através da memória de Benedito Ribeiro, de rodas com toque, canto e dança, com o objetivo de compartilhar e continuar com essa cultura ancestral.

Colocando-se como missão reconstituir a cultura ancestral do jongo, nos mais diversos espaços, para todas as pessoas de diferentes credos, etnias e idades, priorizam as comunidades e grupos que atuam no universo da cultura afro brasileira. Descrevem como objetivos a história do jongo em – Campinas de modo a possibilitar que a manifestação cultural seja expandida e respeitada nas suas mais variadas formas, utilizando como elementos para atingir esse resultado: a descontração, alegria, afeto, boas energias, paciência com o momento individual de cada um, melhoria da auto-estima, mudança do indivíduo de dentro para fora, autonomia e a preservação de seu toque, canto e dança praticada na comunidade.

A localização da comunidade também é evidenciada nos escritos da comunidade, quando se apresentam:

“com sede no Bairro Jardim Roseira, na periferia da região noroeste de Campinas, a Comunidade Jongo Dito Ribeiro firma-se nas tradições e rituais aprendidos pelos ensinamentos dos jongueiros velhos e pela família Dito Ribeiro e ainda transita em outros universos culturais. O Jd. Roseira é um bairro em que há grande presença da Comunidade negra de Campinas e que data o regime militar. Sua história é marcada pela organização de diversas entidades culturais, com escolas de samba. Hoje, como parte da periferia dos grandes centros urbanos, os moradores desta região da cidade encontram-se em uma situação de pobreza, desemprego e dificuldade de acesso à cultura e ao lazer. Infelizmente, expressões da cultura afro-brasileira vividas na região sofrem preconceito”.⁴⁷

Tendo estas bases como norteadores da comunidade, percebemos convergências com os estudos de Bernardo Secchi, sobre a cidade contemporânea e seu projeto, ao apresentar quatro problemas principais, ao longo do século XX, dos quais destacaremos dois para reflexão deste processo de reapropriação da manifestação do Jongo na Cidade de Campinas/SP.

A comunidade jongueira se insere como exemplo legítimo da construção coletiva

47 Essas informações foram retiradas do site: www.comunidadejongoditoribeiro.blogspot.com.br O retorno da memória e da manifestação do jongo em Campinas se deu, através de uma festa Julina realizada na casa da atual líder da Comunidade, com a presença de várias lideranças e atuantes culturais, das quais destacamos: Daniel Reverendo, pesquisador do Centro de Pesquisa Cachuera que desenvolvia vivências de batuques junto a Casa de Cultura Tainã; Anderson, chamado por Reverendo carinhosamente de Pretinho de Angola, membro da Comunidade Jongueira de Tamandaré que possibilitou o vínculo com esta comunidade jongueira, Alceu, descendente de sambadores de bumbo, que é membro do grupo Urucungus, Puitas e Quijengues, iniciado por Raquel Trindade quando ministrou oficinas de dança na Unicamp e tem a pesquisa do Samba de Bumbo como grande símbolo da cidade, TC da Casa de Cultura Tainã e sua esposa Denise Chavier atriz, familiares de Benedito Ribeiro e todo um ambiente propício para que as memórias da época dos festejos a São João fossem reativadas, com comidas, bebidas e tambores que batucavam as diversas ramificações da cultura negra e entre elas o jongo.

da manutenção da auto afirmação, e ao mesmo, enquanto grupo pluri-étnico que territorialmente, se identifica como pertencentes à região noroeste.

Este é um dos exemplos da legitimidade de identidades inseridas nas periferias, que se formam pelas políticas de limpeza dos centros urbanos, e se assemelham em alguns aspectos com atual projeto da cidade de Campinas/SP intitulado “Tolerância Zero”, que têm como foco a retirada e devolução dos pobres e moradores de rua do centro da cidade.

Fatores que se repetem como política pública e que afetaram na consolidação da região noroeste, que teve como estratégia coletiva a articulação dos movimentos sociais. A falta de um projeto adequado, que atendesse as necessidades da região, respeitando a diversidade e necessidades desses grupos étnicos e culturais dispersos, possibilitou que a busca por direitos consolidasse redes na construção de uma identidade local e solidária.

O ano de 2008 foi um marco para o aprofundamento da relação da Comunidade Jongo Dito Ribeiro com a região noroeste. Neste ano, a Associação do Jongo Dito Ribeiro protagonizou, junto a outras organizações parceiras, a organização de um novo espaço de encontro, educação ambiental e cultura afro: a Casa de Cultura Fazenda Roseira, localizada no bairro Jardim Roseira.

Trata-se do casarão sede da Fazenda Roseira do Campo Grande, um prédio do final do século XIX que se tornou um equipamento público em 2007 por conta do loteamento da área da antiga Fazenda, e que, a beira da destruição e depredação, foi ocupada pela Associação do Jongo Dito Ribeiro junto a outros parceiros para a realização de suas atividades e estreitamento dos laços com a comunidade, simbolicamente, a Casa de Cultura Fazenda Roseira remonta essas ancestralidades que possibilitam a releitura - deste espaço e fortalece as raízes desta comunidade, porque, como já foi explicitado anteriormente: “antes o jongo acontecia nos terreiros das senzalas e hoje ele está no terreiro da casa grande”.

Capítulo V

5. A Requalificação Urbana da Fazenda Roseira

Na visão de Vargas e Castilho (2005), há um paradoxo na ocupação urbana das cidades: “ao mesmo tempo em que os centros congestionaram-se pela intensidade das suas atividades, houve oferta de outros locais para moradias mais interessantes”. Observa-se o êxodo de atividades ditas nobres da área central e a substituição se fez por atividades de menor rentabilidade, informais e, por vezes ilegais, praticadas por usuários e moradores com menor ou quase nenhum poder aquisitivo, também nas periferias.

Os conceitos de degradação e deterioração urbana, segundo os mesmos autores, estão frequentemente associados à perda da função anteriormente desempenhada, ao dano, à ruína das estruturas físicas ou ao rebaixamento do nível do valor das transações econômicas de um determinado lugar.

Com esta latente “metropolização”, organizam-se formas de administração para um território, congregando núcleos urbanos de articulação espacial multifacetada e complexa, de estratégias, desenvolvimento quanto a novas infra-estruturas que promovam um crescimento diferenciado e novas formas de articulação, além da consolidação de parcerias, relações e manifestações culturais periféricas.

Pelas características das relações entre o centro e a periferia urbana e pela notória desarticulação espacial instalada, confirmam-se apreciáveis e crescentes disfunções no ordenamento e articulação destes territórios, com vista à promoção da qualificação urbana, ambiental e paisagística, numa integração plena entre os espaços através da requalificação.

A Requalificação Urbana é uma área relativamente recente do Planeamento Local que está associada à evolução da disciplina do Urbanismo, ao interesse crescente pelo património histórico e ao processo de desindustrialização das cidades. Trata-se, portanto, de uma forma de atuação associada à cultura urbana e à capacidade de atração e desenvolvimento sustentável dos territórios, tendo em vista a regeneração dos tecidos físicos e sociais. A requalificação no contexto urbano será, mais do que um processo ou uma forma de atuação, um objectivo, um desejo⁴⁸.

48 SANTOS, Carlos Alves Gomes dos – A (Re) Qualificação da Cova da Moura: os diferentes olhares institucionais, IUL (Instituto Universitário de Lisboa), 2008.

Pode dizer-se que na cidade do século XXI cabe ao urbanista a formulação de estratégias de intervenção para modernizá-la, conferindo-lhe novas qualidades que correspondem a novos desejos sociais. Como tal, a requalificação urbana é uma das áreas do planejamento com maior potencial de desenvolvimento urbano e pode ser vista como um ponto de convergência para outras ciências tais como a Sociologia Urbana, a Geografia, o Ordenamento do Território, o Paisagismo e a Economia Urbana.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um breve resgate da trajetória histórica de um momento da luta da sociedade civil organizada em defesa do patrimônio público, assim como uma breve síntese das ações culturais, ambientais, sócio-educativas, artísticas, de capacitação em direitos, entre outras ações articuladas a uma visão ancestral africana e ligadas à sustentabilidade da Casa de Cultura Fazenda Roseira.

Este resgate irá se valer, como fonte, dos registros das ações dos movimentos sociais que se organizam junto à Fazenda Roseira motivados pela defesa do patrimônio público da cidade de Campinas.

(...) nesta Região Noroeste da cidade Metropolitana de Campinas, onde a menos de duas décadas tinha mais de 50% de território municipal era de área rural, ocupadas por populações de costumes urbanos, posto que os dois modos de vida se articulassem cotidianamente, o da cultura da pequena agricultura familiar e a cultura do acelerado processo de urbanização da nossa metrópole campineira. A realidade do modo de vida urbana que passa pela necessidade do uso de transporte coletivo, a coleta de lixo, dos cuidados sanitários para preservação da saúde pública, do ensino, da ação cultural, do esporte, do lazer assim como da assistência, da infra-estrutura, do saneamento básico e da preservação do meio ambiente entre em choque pela inserção de um novo bairro, advindo da especulação e produção imobiliária. 49

A Associação do Jongo Dito Ribeiro em sua articulação e gestão compartilhada com demais movimentos e grupos culturais e sociais, com ênfase na comunidade negra, tem contribuído positivamente para a utilidade pública campineira. No período de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, no processo de urbanização e industrialização, em plenos anos dourados da “política do café no Oeste Paulista” do Estado de São Paulo e demais etapas tecnológicas desenvolvidas, o descendente de

49 Esse texto foi elaborado com a participação da Cleusa Aparecida Silva da Casa Laudelina de Campos Mello, como parte do relatório entregue à Prefeitura Municipal de Campinas, para a Secretaria Municipal de Cultura conforme relatório disponível no acervo da Casa de Cultura Fazenda Roseira.

escravo passa a participar ativamente da construção coletiva da sociedade.

Com o objetivo de preservar, revitalizar, implantar práticas no âmbito da sustentabilidade a Casa de Cultura Fazenda Roseira tem como ênfase e linha condutora a Lei 10639/03 que regulamenta o Ensino da História da África e Cultura Afro Brasileira. Esta casa de cultura contou e conta com a gestão da Associação do Jongo Dito Ribeiro, enquanto representante da comunidade negra campineira, e dos demais movimentos sociais e ambientais que compartilham das ações e decisões, para proteção do espaço. Este consiste em uma área que a Prefeitura Municipal de Campinas recebeu na contrapartida do loteamento Terra Nature, conforme diário oficial de 24 de Agosto de 2007, e supostamente, segundo comentários ouvidos à época, para amortização de débitos de tributos à municipalidade.

5.1 O Patrimônio também é nosso:

Um breve estudo de Caso - A Fazenda Jambeiro

Oh carreiro, oh carreiro

Vai lá em casa avisar, vai lá em casa avisar

Que hoje tem festa no bairro do Roseira e jongo não pode faltar.

(Ponto cantado pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro – autoria desconhecida)

Conforme apresentado em textos anteriores, o bairro do Jardim Roseira, ex-gleba da Fazenda Roseira, abrigou a Comunidade Jongo Dito Ribeiro, através das rodas de jongo no quintal da residência da liderança da comunidade, tendo como paisagem boa parte da Fazenda Roseira, que hoje passa por mais uma transformação com a inserção do loteamento Terra Nature.

Entretanto, a relação dos movimentos e da comunidade jongueira com os patrimônios inicia-se durante o período de atuação do arquiteto e urbanista Antônio da Costa Santos – Toninho, inicialmente conselheiro do Conselho de Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) e posteriormente eleito prefeito de Campinas.

Este prefeito apresentou em sua militância política uma profunda sensibilidade ao contribuir para que emergisse da obscuridade a contribuição negra para a consolidação da cidade, comprometendo-se com a comunidade negra e com a memória histórica da

cidade de Campinas, que ainda sofre o processo de mutações constantes.

Um processo especial, aprovado no CONDEPACC entre o período pré-eleitoral e a consolidação do futuro mandato de prefeito, foi o tombamento da Fazenda Jambeiro, situada entre as ruas 22, 31 e 33 do Parque Jambeiro. Este processo está registrado no site oficial da PMC, com processo de tombamento nº007/89 (conjunto Arquitetônico e Ambiental).



Figura 43: Fachada da Fazenda Jambeiro (Fonte: site oficial da PMC)

Na pesquisa documental, encontramos a Resolução nº 014 de 22/12/1993, onde a Fazenda Jambeiro faz parte de uma sesmaria adquirida pelo ituano tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral. Esta sesmaria, conhecida como latifúndio "Sete Quedas", recebeu novas terras em 1803, 1807 e 1816, nela se instalando lavouras de cana e engenhos de produção de açúcar. A vastidão deste latifúndio permitiu, nas décadas seguintes, a divisão em várias fazendas, entre elas a Sete Quedas, Cachoeira, Pedra Branca e Jambeiro.

A primeira proprietária, no período da abertura e formação do Sítio Jambeiro (depois Fazenda Jambeiro), foi Thereza Miquelina do Amaral Pompeu de Camargo, produtora agrícola de cana e de café e nome importante no contexto das famílias da elite campineira. Adquirida por Herculano Pompeu de Camargo, em 1885, com 90 mil pés de café, a fazenda recebeu uma nova e sofisticada sede, construída pelo escritório do

célebre engenheiro e arquiteto Ramos de Azevedo. No curso das décadas, a Fazenda Jambeiro, como a Fazenda Roseira, foi adquirida por outros proprietários que a tornaram uma propriedade mais diversificada. Em 1979, seus proprietários transformariam-na em loteamento, seguindo-se um percurso de depredações que levariam a sede à ruína. Este fato não nos surpreende, já que, de alguma maneira, foi uma forma usada como estratégia por algumas famílias abastadas para evitar a desvalorização do bem e inviabilizar o tombamento.

Outro fator foi a atuação efetiva de Toninho do PT, como era conhecido, como conselheiro e defensor do patrimônio cultural, dentro do CONDEPACC, órgão que atualmente adota uma atuação política de tombamento e defesa de patrimônios vinculados a interesses quase sempre distintos dos das comunidades locais e movimentos sociais envolvidos.

Do tombamento em 1993 até 2000, quando efetivamente o Toninho tornou-se prefeito, várias tentativas de parcerias e projetos foram elaborados, entretanto, o patrimônio histórico e cultural tombado seguiu abandonado e em ruínas pela ação do tempo, principalmente após o assassinato inexplicável do prefeito acima citado.

O acompanhamento desse processo pelos movimentos culturais negros de Campinas deu-se pelo interesse desta comunidade negra em contar na cidade de Campinas com um memorial que revelasse as contribuições dessa população à cidade. Para isso, estes movimentos buscam preservar os conjuntos arquitetônicos, culturais, movimentos negro, patrimônio e ambientais que explicitem as relações com a diversidade da cultura afro-brasileira.

A consciência despertada pelo processo consolidou parcerias nos meses de discussão e estudos sobre a Fazenda Jambeiro, resultando em um ato simbólico em 2007, que consistiu em um encontro entre grupos culturais, sócio-ambientais e comunidade negra. Neste encontro, cada um dos grupos apresentou sua arte, seus toques e tambores, registrando sua indignação pela destruição do patrimônio tombado e pela invisibilização dos negros na cidade de Campinas.

Neste ato participaram os seguintes movimentos: Casa de Cultura Tainã, Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Cursinho Hebert de Souza, Capoeira Coquinho Baiano, Projeto Tambor Menino-Americana/SP, Expresso 4.11, Tambores de Aço, Maracatu Nação Congo, Maracatucá, Urucungus, Puítas e Quijengues, Savuru, Política do Impossível, Cooperativa Santo Expedido, Inventor de Sonhos, Invenção Brasileira – Chico Simões de Brasília, Folia de Reis Asas de Brasil, Vicenzo Tossi-Itália, Cooperativa Toninha, comunidade local do entorno da Fazenda Jambeiro, entre outros parceiros e redes

sociais vinculados às ações desenvolvidas.⁵⁰

Na atualidade, a Fazenda Jambreiro a cada dia se decompõe mais e suas memórias se vão com ela. Porém, os esforços desse coletivo e interação para a realização deste ato fortaleceram a consciência da necessidade da preservação de patrimônio e memória cultural da comunidade negra, movimentos sociais e demais parceiros que contribuíram para a realização do mesmo.

5.2 A Inserção dos Movimentos Na Fazenda Roseira

Para compreender a forma como a Fazenda Roseira se transformou em Casa de Cultura Afro, com ações e atividades tendo como fio condutor a lei 10639/09, é importante atentar ao fato de que a maioria dos grupos, comunidades, movimentos, redes sociais e ambientais, religiosos de matrizes africanas envolvidos diretamente nessa ação faziam parte de uma forte rede pré-existente à ação desenvolvida na Fazenda Roseira.

O fato destes grupos e redes situarem-se em sua maioria “do outro lado da cidade” tornou perceptível a Rodovia Anhanguera como uma divisa. Este fator ampliou massivamente a territorialidade dos “que mais precisam” frente aos “sempre privilegiados”. Deste grande lado da cidade de Campinas, as dificuldades como ausências de infra-estrutura, tratamentos de esgoto, transporte e outros de ordem pública sempre foram maiores e mais lentamente resolvidos do que os do outro lado da Rodovia Anhanguera, que até recentemente concentrava a classe média e alta, bem como praticamente todos os recursos de lazer e entretenimento, como de serviços. Afinal, como afirma (SANTOS:2000), “A capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos”.⁵¹

Outra questão importante é que a confirmação dessa percepção sobre Campinas, em nossa hipótese, foi o fato do próprio poder público definir para quem se destinaria qual espaço público e, qual população acessaria efetivamente o quê. Esta hipótese consolidou-se quando retomamos a questão já explicitada neste trabalho sobre as vilas

50 Mais detalhes e depoimentos sobre essa ação podem ser vistas no youtube, site da WWW.redemocambos.net, que “É uma rede de negras e negros de âmbito nacional. Conectando através das tecnologias da informação e comunicação comunidades quilombolas rurais e urbanas. Para isso buscamos parcerias de diversos segmentos para que de forma colaborativa e coletiva possamos reunir diferentes programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento humano, social, econômico, cultural, ambiental e preservação do patrimônio histórico-memória dessas comunidades”, conforme anexos.

51 SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo, Studio Nobel, 2000.

populares e o fim dos cortiços da região central e do bairro Cambuí, que hoje tornou-se um bairro nobre.

Diversos outros espaços da cidade foram segmentados, como as áreas industriais, os bairros como os DIC's, a região do Ouro Verde, o Monte Cristo, o Parque Oziel, Padre Anchieta e o centro desse trabalho a região do Campo Grande. Nesta perspectiva, o que separa às vezes serve pra unir. Na maioria das vezes, isso ocorre pela necessidade de buscar direitos coletivos. Esses bairros desse grande lado da Rodovia Anhanguera consolidaram seus núcleos em buscas comuns, formando uma efetiva rede social que se articula e compartilha a busca do fortalecimento comum e para tornar concreto esses direitos.

Essas buscas e ações coligaram outros movimentos sociais pertinentes com demandas que transcenderam a própria territorialidade, espaços, bairros e até as divisões administrativas e macrozonas estabelecidas. Um exemplo interessante é o Arraial Afro Julino anual promovido pela própria comunidade Jongo Dito Ribeiro, que mostrou que a transversalidade era possível. Até o ano de 2007, esse evento que atraía mais de 3500 pessoas por ano já era uma forma interessante de exemplificar essas ações. O evento fazia com que as atividades saíssem do Jardim Roseira e fossem para Barão Geraldo, local de realização do Arraial, provocando a inserção cultural em outro espaço da cidade, não o de origem, e possibilitando novas relações entre grupos antes desconhecidos.

O reconhecimento da necessidade de Políticas Afirmativas para a População Negra, a própria implementação da Lei 10639/03 que promove como obrigatoriedade o ensino da História da África e do Negro no Brasil, a lei 11645/08 que contempla a mesma obrigatoriedade às questões indígenas, os debates e implantação do Software Livre – ampliando as redes e articulações de maneira global, o PROUNI – Programa Universidade Para Todos, as cotas na Universidade, a implementação dos Pontos de Cultura, um investimento efetivo às manifestações e ações culturais, diversas secretarias específicas para discutir e pensar políticas diferenciadas para essa diversidade nacional, o reconhecimento, ainda em “guerra”, das terras quilombolas e tantas outras, que poderíamos citar aqui como políticas públicas inclusivas dos “menos favorecidos”, possibilitaram que a invisibilidade social aparecesse de modo escancarado e firmaram e afirmaram uma novo quadro nacional, positivo aos movimentos.

É nesse cenário global que redes entre grupos e pessoas fortaleceram-se e, principalmente, foram estabelecidas parcerias com Secretarias vinculadas ao poder público. Deste modo, foi possível que, se tornasse visível após as ações conjuntas em torno da Fazenda Jambreiro, na cidade de Campinas, um novo projeto para a comunidade

negra e demais movimentos sociais, principalmente da Região Noroeste, dada a articulação política prévia.

Em 2005, surgiram os rumores de que a Fazenda Roseira daria espaço a um novo bairro, porém a paisagem da fazenda, repleta de flores, gado e árvores, permaneciam intocadas e nenhuma informação chegou à população local. Entretanto, o Diário Oficial trouxe uma surpresa, publicando o Decreto nº15961 de 24 de agosto de 2007 (Anexo na íntegra) com a aprovação dos Planos de Arruamento e Loteamento da Gleba de Terras designada por gleba B-2, desmembrada da Fazenda Roseira, objeto da matrícula nº 9935 do 3º Cartório de Registro de Imóveis, com área de 529.859,69m², de propriedade de FAZENDA ROSEIRA AGRO-INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA., denominado “RESIDENCIAL PARQUE DA FAZENDA”. Entre os artigos (anexo na íntegra), cabe aqui destacar o Artigo 5º, que registra em seu texto: _ As áreas públicas destinadas a Equipamento Público Comunitário deverão ser entregues à Prefeitura Municipal de Campinas com declividade máxima de 5% (cinco por cento) e cercadas com alambrado, cabendo aos loteadores esta obrigação.

A divulgação deste Decreto desencadeou as conversas e reuniões entre os grupos para compreender as possíveis consequências, como isso se daria e as ações pontuais para compreender o que significava para a população de um Equipamento Público Comunitário e quais atitudes necessárias que poderiam ser tomadas para buscar o estabelecimento de parcerias junto ao loteador e à Prefeitura Municipal de Campinas para que, enfim, a Fazenda Roseira saísse do campo privado e abrisse suas porteiras para a população campineira.

Um novo bairro ao fazer parte do crescimento da cidade, ao trazer novos moradores, ao promover a expansão da região e receber novos equipamentos, novas possibilidades de inserções e ações, em tese, poderia fortalecer e possibilitaria uma agilidade de resolução às precariedades estruturais existentes na área.

A comunidade jongueira passou a acompanhar este processo e, em janeiro de 2008, fez um amplo registro fotográfico (anexo) da Fazenda Roseira, que neste momento já se encontrava desabitada e com algumas peças pertencentes aos ex-proprietários para serem transferidas do local. Nesta visita observou-se a presença de um caseiro, contratado pelo loteamento responsável pelo espaço. Esse primeiro registro foi importante por apontar as fragilidades e potencialidades da Fazenda Roseira e abrir uma primeira porta para acompanhar a implementação do loteamento e do Equipamento Público Comunitário .

A Lei Federal 6.766/79, assim conceitua os equipamentos comunitários:

a) consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares; b) consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

Esta perspectiva, de imediato, unificou os movimentos em torno Requalificação da sede da fazenda Roseira e para a instalação da Casa de Cultura Afro neste equipamento destinado a suprir e abrigar as demandas e diversidades dos vários grupos culturais na localidade em que esta inserido.

5.3 Lei da Ação sempre gera (re) Ação

Segundo Araújo, em seu trabalho sobre a participação popular e o uso de espaços públicos em Campinas, verificou-se que:

(...)a construção de eventos urbanos que garantem os “olhos para a rua” e o zelo dos moradores pelo espaço conquistado é extremamente necessário para esta busca qualitativa do uso dos espaços públicos. A lei de parcelamento de solo 6.766 de 19 de dezembro de 1979 dispõe sobre a divisão do solo urbano a ser loteado prevendo índices matemáticos que não levam em consideração a qualidade e diversidade urbana. Em geral, tais índices permitem que os loteadores descartem os 35% da área a ser loteada que seria doada ao poder público para a construção de vias de circulação (20%) e equipamentos institucionais (10%) e áreas verdes (5%) e, para estes, sejam destinados os piores terrenos que nada conversam e interagem com as parcelas passíveis de venda, sejam elas para habitação ou comércio, garantindo assim, a maximização do retorno financeiro do empreendedor. Destinar os espaços públicos dos loteamentos para lugares sem vida urbana, sem o correto estudo de adensamento populacional e sem a presença de eventos urbanos que os qualifiquem e dotem de uso, de “encontros, energias e disponibilidades”, livre, sem hierarquização e privatização violenta de ações como o tráfico e consumo de drogas, por exemplo, é quase que delegá-los à morte, ao abandono e a depreciação, mesmo quando a mobilização e luta ocorram de maneira permanente até a conquista.⁵²

Com a preocupação de criar vida na sede da Fazenda Roseira e preservá-la do impacto causado pelo loteamento, com a remoção de uma vasta quantidade de árvores

52 ARAÚJO, Fábio Boretti Netto de - Participação Popular e a construção do espaço público. PUCCAMP, 2007.

para a implementação inicial das demarcações, em fevereiro de 2008, as comunidades e grupos locais, por meio da articulação com várias organizações da sociedade civil que trabalham com cultura, meio ambiente e saúde, registraram na Prefeitura Municipal de Campinas o Protocolo Nº 08/10/10154. Este protocolo, registrado em nome da Casa de Cultura Tainã , teve como objetivo solicitar a co-gestão do Poder Público com as entidades da Região Noroeste para preservar e desenvolver ação cultural na Casa sede da Fazenda Roseira.

Entretanto, ao monitorar o Protocolo junto à Prefeitura Municipal de Campinas, foi possível, de forma extra-oficial, através da Secretaria de Negócios Jurídicos, no departamento de desapropriação, no 7º andar da prefeitura, confirmar de que a sede da Fazenda Roseira e entorno, com área de 15,90407 m2, estava considerada como Equipamento Público Comunitário da Prefeitura, mas que sobre o protocolo enviado, permaneciam algumas restrições:

1º As questões ambientais e os mananciais existentes na Fazenda Roseira, que são de fundamental importância para manutenção e preservação dos recursos hídricos da cidade, que a preservação permanecia sob a responsabilidade da empresa que fará o loteamento;

2º E com relação a proposição dos movimentos de realizar uma gestão partilhada do espaço físico da Fazenda Roseira (Casa sede da fazenda), que é contrapartida doada a Prefeitura Municipal de Campinas, foram orientados que, não se poderia estabelecer convênios e ou concessão de uso com várias organizações, que apenas uma organização da sociedade civil institucionalizada poderia fazer essa solicitação.

Contraopondo-se à necessidade de nova organização entre os movimentos para a busca de parceria junto à prefeitura, nas visitas permanentes ao local, começa-se a observar o início de depredações nas casas do entorno à sede da Fazenda que, segundo o caseiro, estavam ocorrendo paulatinamente sob autoria do filho do ex-proprietário.

Segundo (ARENDR:1997),

(...) onde quer que haja divórcio entre o conhecimento e a ação, deixa de existir o espaço para a liberdade. A ação, embora possa provir do nada, por assim dizer, atua sobre um meio no qual toda reação se converte em reação em cadeia, e todo processo é causa de novos processos. Como a ação atua sobre seres que também são capazes de agir, a reação além de ser uma resposta, é sempre nova ação com poder próprio de atingir a afetar os outros.

Assim como os loteadores privados que transferem a responsabilidade de dotar a

cidade de equipamentos públicos ao poder público (que em geral não o faz de imediato), respaldados pela lei de parcelamento do solo 6.766 e apoiados sobre uma política habitacional que reduz a construção de cidade à simples edificação de unidades habitacionais, cabe à periferia um cenário deserto de qualidade e vivacidade urbana, pois as responsabilidades do cuidar e das especulações financeiras escondem graves situações irregulares sob ótica do direito ao equipamento público e a quem se destina o interesse por sua manutenção.

A depredação da Fazenda Roseira, era de possível interesse daqueles que ganhavam pela venda de tijolos e madeiramentos, já que havia pela localização um distanciamento da comunidade que ao saber dos desmanches, viu despertar uma mobilização e um sentimento de cuidado.

Afirma (ARAUJO:2007), que para compreender a lógica da periferia e dos movimentos sociais e afro-culturais deve-se qualificar a participação popular, ação não desenvolvida pela prefeitura, como forma de apoio na consolidação da cidade e de políticas de desenvolvimento urbano mais coerentes com a realidade social e econômica desta excluída população. E com capacidade para apontar aos arquitetos, urbanistas e ao poder público novos caminhos de intervir em nossas cidades. Nesta perspectiva, uma série de ações foram desenvolvidas para a proteção da sede vista pelos movimentos sociais, como “patrimônio” Fazenda Roseira.

Através do Protocolo nº 08/10/48853, foi solicitada a concessão de uso da Casa de Cultura Fazenda Roseira e a avaliação para tombamento do patrimônio histórico no CONDEPACC. Meses depois, este órgão informaria que o tombamento estava inviabilizado em função de intervenções realizadas no interior da casa sede da Fazenda Roseira, descaracterizando o patrimônio histórico material.

O coletivo de entidades passou a acompanhar sistematicamente a Casa de Cultura Fazenda Roseira em vigília cotidiana. Mesmo tendo na casa sede da Fazenda um grupo de funcionários de obras do loteamento usando o espaço como alojamento, estes tornaram-se totalmente cúmplices das depredações em curso.

Em setembro do mesmo ano, a Associação do Jongo Dito Ribeiro⁵³ e organizações da sociedade civil iniciaram a ocupação efetiva no interior do espaço e registraram demolições e depredações do patrimônio, sob tutela da Prefeitura Municipal de Campinas, realizada pelo ex-proprietário. O material registrado foi arquivado e parte dele foi encaminhado no formato de denúncias à Prefeitura Municipal de Campinas. Esta por sua

⁵³ A Associação do Jongo é a parte jurídica da Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Essa institucionalização foi fundamental para elaborações de projetos e captação de recursos via Edital Público, como o de Ponto de Cultura.

vez, talvez por falta de estrutura, manteve omissa.

Faixas foram colocadas no local e as redes sociais mobilizaram um coletivo cada vez mais amplo no entorno da Fazenda Roseira, até outubro de 2008. Nesta ocasião, a Associação Jongo Dito Ribeiro e o coletivo dos movimentos sociais, culturais e ambientais e envolvidos nesse processo na Região Noroeste mobilizaram a sociedade campineira, seus meios e os meios de comunicação e o Ministério da Cultura em defesa do patrimônio público, desenvolvendo coletivamente atividades de artes e oficinas culturais. Foram registrados por meio de fotos todos os atos realizados na Fazenda Roseira, pelos movimentos e pela empresa responsável pelo loteamento, inclusive a depredação da mesma pelo ex- proprietário.



Figura 44: Matéria Publicada após o enfrentamento dos grupos com o ex-proprietário. Fonte: Correio Popular, 18/10/2008.

Em 17 de outubro, segundo os arquivos dos movimentos envolvidos, a comunidade local e organizações mobilizadas em defesa do patrimônio público presenciaram e registram por meio de fotos e vídeos, o ex proprietário retirando as portas, da Casa da Fazenda Roseira, que culminou a reportagem publicada no Jornal Correio Popular no dia 18/10/2008 e na TV Brasil, numa manchete exibida no dia 17/10/2008 a noite e um boletim de ocorrência, ampliando a participação de outros movimentos, além da

Comunidade Negra, para proteção e preservação do espaço público, como na organização da barricada de carros que impossibilitou que as portas e demais utensílios fossem levados pelo mesmo.¹

Esse enfrentamento acarretaram ações do movimento, foi com a elaboração de um documento entregue para o atual Prefeito Municipal Hélio de Oliveira Santos, o (ex) Secretário Municipal de Cultura Arthur Achilles, o Presidente da Câmara dos Vereadores . Este documento foi acompanhado por um CD que denunciava a depredação do patrimônio pelo protocolo encaminhado pela Associação do Jongo Dito Ribeiro ao CONDEPACC, matérias de jornais e solicitação de apoio. (Anexos).

Após esse enfrentamento, a SANASA retira o registro de água, alegando débito de R\$18.000,00, sob pedido do ex-proprietário. Uma semana depois, a CPFL retira o relógio sob a mesma alegação, após o próprio ex-proprietário, junto a funcionários e ao caseiro, depredar a caixa de força localizada na Fazenda.

Sem água e luz, a Associação do Jongo Dito Ribeiro e as organizações da sociedade civil da região Noroeste e demais parceiros da cidade de Campinas realizaram um planejamento estratégico para delinear os passos seguintes da luta em defesa do patrimônio público e da efetiva requalificação urbana através da transformação da sede da Fazenda Roseira em Casa de Cultura (AFRO) Fazenda Roseira.

⁵⁴ Site: www.mocambos.net (Nossa Casa Ninguém Leva) e matéria na íntegra: <http://www.mocambos.net/noticias/movimentos-de-campinas-resistem-na-fazenda-roseira>

5.4 Casa de Cultura Fazenda Roseira - Um tantinho de África



Figura 45: Painel do Projeto Sou África em Todos os Sentidos, exposto na Casa de Cultura Fazenda Roseira.

Assim, vimos o início da mobilização dos movimentos sociais na construção, proteção e transformação da sede da Fazenda Roseira em casa de cultura e, através de suas movimentações, foi possível observar que diversas trajetórias se entrelaçavam com as memórias de uma ancestralidade africana. Trata-se da história do passado dos ancestrais dessas comunidades e grupos urbanos desenvolvendo políticas de inclusão social a partir de sua identidade.

As memórias dos sujeitos que pertencem a esses grupos referem-se a um passado mais próximo, uma vez que se verifica um resgate da presença negra na cidade de Campinas. As denominações dos grupos da cidade, fazem parte da invenção das instituições que a serviço da nação criam denominações desconexas com as aspiradas pela população. Nem mesmo há uma tentativa de buscá-las nos grupos para fortalecê-las, muito pelo contrário. Parecem se repetir os mesmos procedimentos adotados nos séculos anteriores. Desse modo, há uma contradição entre a noção territorial imposta pelo poder público e o sentimento de pertença vivenciada pelos mesmos.

Esta é uma vontade que se torna “naturalizada”, já que é colocada em suas certidões de nascimento desde o instante em que nascem as pessoas. Apesar do caráter subjetivo, o sentimento de pertença pode ou não estar ligado a uma ideologia ou Estado. Como é discutido por Santos (2001, p.19) quando se refere à territorialidade:

“[...] o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência do Estado”.
(SANTOS, 2001).

A existência de um país supõe um território, mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território. Segundo Santos, “existe territorialidade sem Estado, mas não existe território sem Estado”. O que diferencia a nação territorial da nação étnica é o papel que a ideologia desempenha. Na construção do Estado-Nação ela tem o papel de construir novos símbolos que sobreponham os símbolos dos grupos étnicos ou raciais.

Neste processo, os movimentos articulam-se, buscam sua identidade e fazem da sede da Fazenda Roseira uma referência agregadora da cultura afro-brasileira dentro da cidade de Campinas, criando conexões para além das territorialidades delimitadas.

Para (MUNANGA:2004), a identidade está sempre em processo e os traços constitutivos dela, são escolhidos entre os demais elementos comuns aos membros do grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social. Segundo este autor, esses elementos não precisam estar reunidos para deflagrar o processo identitário, pois as culturas em diáspora têm de contar apenas com aqueles que resistiram ou que conquistaram seus novos territórios.

Os debates acerca do conceito de “quilombo” por exemplo, resultaram numa nova interpretação, mais condizente com a realidade vivenciada pelos descendentes de escravos que foram desprovidos dos meios de manutenção da vida. Assim, as comunidades remanescentes de quilombos e alguns grupos urbanos referem-se à noção de quilombo como afirma (MUNANGA:2004), “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizada para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico e cultura específica”.

A garantia das terras de quilombo é uma forma de reparar a população negra pelos abusos cometidos contra ela, que há muito tempo vem sendo expropriada dos seus

instrumentos de manutenção da vida. Primeiramente, essa expropriação ocorreu na África, quando foram retirados de suas terras. Depois, nas fazendas, com a sanção da Lei Áurea e da Lei de Terras de 1850, em que o escravo recém liberto, sem bem algum, conforme já dito anteriormente, não tinha como ter acesso à terra. Atualmente, estas pessoas sofrem pressões dos especuladores imobiliários para uma terceira expropriação. Mudam-se os atores, mas não cessa a opressão.

A opção pela consolidação da identidade negra na construção desse espaço coletivo articulado entre diversos grupos afins, representantes de diversas classes, categorias e grupos, reflete o reconhecimento dos envolvidos quanto às necessidades de políticas afirmativas efetivas, na cidade para os descendentes de africanos e também da necessidade de lutar pelo território que estava sendo ameaçado, o território da Fazenda Roseira. Há pessoas na comunidade que se consideram descendentes de outros grupos étnicos. Porém, os que assumem a identidade negra na consolidação desse processo embasado pela Lei 10639/03 estão assumindo, principalmente, a dimensão política dessa identidade. Trata-se de uma solidariedade que se forma em torno de uma luta comum. Assumir essa identidade não significa apenas a garantia do território, mas também travar uma batalha ideológica contra os estereótipos criados para inferiorizar a população negra.

5.5 O Poder Público e a Fazenda Roseira

A identidade negra passa a ser fortalecida e estimada pelas pessoas da comunidade e valorizada pela sociedade que, desse modo, passa a respeitar os negros e reconhecê-los não mais como “pobres e pretos”, mas como atores sociais.

Durante muito tempo, o senso comum e as vozes exteriores ao meio acadêmico, o senso comum, foram descartadas nos estudos científicos, baseados em visões preconcebidas ou infundadas do ponto de vista acadêmico. Para (CHAUÍ:2002), é no senso comum que encontramos saberes cotidianos subjetivos, qualitativos, heterogêneos, individualizadores e generalizadores, em que se estabelece uma relação de causa e efeito entre as coisas e fatos julgados semelhantes.

Muitas vezes, encontramos no senso comum a representação sobre um fazer, como, por exemplo, o conhecimento sobre como pescar, como utilizar determinada planta. Nesse caso, trata-se de uma sabedoria popular sobre uma tarefa prática do cotidiano de

um determinado grupo. Esse conhecimento é passado de geração a geração.

Já para (MARTINS:2000), o senso comum é comum não porque seja banal ou mero conhecimento exterior, mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social. Este autor observa que o significado precede a relação social, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há interação. Além disso, não há possibilidades de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos.

Dessa maneira a Prefeitura Municipal de Campinas, partiu da possibilidade da implementação da Biblioteca Parque – Fazenda Roseira até chegar à Biblioteca temática Brasil África.

É uma aproximação e ao mesmo o reconhecimento do trabalho qualificado desenvolvido pela comunidade local, pelos movimentos sociais e grupos de diversos segmentos que juntos atuam ali embora, até o momento, esse reconhecimento se restrinja às atividades culturais.

O que pode ser observado ao acompanharmos os registros dos movimentos que citam que, em 18 de fevereiro, a Associação do Jongo Dito Ribeiro foi convocada para uma reunião na PMC, no 12o andar com a Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social e o CEPİR, tendo como pauta: a Fazenda Roseira.

Nesta reunião liderada pela secretária de Assistência Social, Cidadania e Inclusão participaram representantes da CEPİR – Coordenadoria Para Igualdade Racial, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Cultura – Biblioteca, Coordenadoria da Mulher, representantes do Jurídico, da Coordenação Cultural e representação da Casa de Cultura Fazenda Roseira, com integrantes da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, entre outros. Na reunião, os participantes foram informados que a ordem do Prefeito Helio de Oliveira Santos era de transformar a Fazenda Roseira na Biblioteca Temática Brasil-África, tendo as parceria das entidades envolvidas na Fazenda Roseira, universidades e outras secretarias, sob “seu comando”.

Após conversas ficou marcado para dia 24 de fevereiro uma visita técnica entre esses membros sem a presença da Secretaria junto a Associação do Jongo Dito Ribeiro, para se elaborar o convênio entre as partes. Segundo o movimento, a reunião foi positiva, mediante a perspectiva de que uma parceria entre sociedade

civil e Prefeitura se estabelecesse, legitimando todo o processo desenvolvido pela sociedade civil organizada pela preservação e apropriação deste patrimônio para a sociedade campineira⁵⁵

Como os movimentos sociais tem como característica construir suas representações simbólicas afirmativas por meio de discurso e práticas para consolidar identidades e grupos antes dispersos ou desorganizados, ao projetarem em seus participantes o sentimento de pertencimento, percebemos que os mesmos agem como protagonistas atuantes do processo e não como coadjuvantes de programas definidos de cima para baixo.

É nesta perspectiva que a intervenção social periódica dos movimentos e grupos étnicos envolvidos é planejada no fomento e apontamento de novas políticas públicas.

5.5.1 Encontros e Desencontros

Entre expectativas e busca de parceria junto ao poder público local, os movimentos abriram diálogo e, no dia 24 de fevereiro, receberam a primeira surpresa:

[...] visita técnica com membros da PMC, CEPPIR e Associação do Jongo Dito Ribeiro para organização e planejamento, para construção coletiva do projeto Biblioteca Parque Brasil-África, nesta reunião foi convidado o diretor da Faculdade de História PUC Campinas, já parceiros da Associação do Jongo – Casa de Cultura Fazenda Roseira, a coord. das Bibliotecas, **solicitou quatro (4) salas do casarão para implementação da mesma**, fato que incomodou a associação do Jongo e demais parceiros, pelo grande comprometimento de espaço diante das atividades em funcionamento, sem nenhuma expectativa de reconstrução dos espaços destruídos pelo ex proprietário e/ou um planejamento envolvendo toda a área da sede da Fazenda Roseira.(Relatório Acervo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro)

55 Esse relato faz parte do Relatório da Casa de cultura Fazenda Roseira, (ANEXO) na íntegra.

Essa ação demonstrou que existe um descompasso na busca da parceria entre movimentos sociais e poder público existe um descompasso quanto à compreensão do espaço e às maneiras de uso do mesmo. Afinal, se a Biblioteca fosse ocupar cerca de 65% do casarão, que partes sobriam às atividades e ações da comunidade e grupos atuantes?

Em 15 de abril, a Casa de Cultura Fazenda Roseira recebeu outra visita e novas surpresas:

Às 14hrs fomos informados que a Secretária de Assistência (...), o coord. CEPUR. (...), Secretário de Urbanismo, coord. das bibliotecas, entre outros estavam a caminho para uma reunião. As 14h30 a comitiva chegou, sendo recepcionado pela equipe da Casa de Cultura fazenda Roseira, visitando o Projeto Os saberes de Ossaim e fazendo a seguinte comunicação:

1o. O (...) Secretário de Urbanismo comunicou que a reforma do prédio da sede da Fazenda; a retirada dos caseiros e **demais ocupantes**; alterações necessárias no prédio para implantação da Biblioteca Brasil-África; como demais dependências destruídas ao entorno, são de OBRIGAÇÃO do LOTEAMENTO.

2o. A Secretária de Assistência Social apresentou o desenho do CONVÊNIO, a Academia Campinense de Letras (GESTORA) do espaço, Unicamp (BIBLIOTECA), a PMC (INVESTIDORA) e Associação do Jongo Dito Ribeiro que representa os movimentos vinculados na Fazenda Roseira (ATIVIDADES CULTURAIS E EVENTOS). Que, segundo a mesma, **o Prefeito faz questão da manutenção destes grupos e de suas festas e eventos no local.**

Após essas explicações e **anúncios**, a reunião foi encerrada ficando para o próximo passo a visita dos arquitetos da COHAB para estrutura do projeto a ser apresentado ao Loteamento, tendo como base, o projeto pré apresentado em acordos anteriores junto a PMC.(Relatório Anexo)

Percebemos que houve aqui um desencontro e a explicitação de um conflito, quanto ao direito à cidade e mesmo quanto à valorização das propostas dos movimentos, grupos e comunidades envolvidos na questão da Fazenda Roseira. A formação de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos, que têm na participação um projeto social efetivo e agregador para a comunidade negra é ameaçada pelo patrimonialismo político enraizado nas praticas do poder público. O desafio que se coloca é o de construir novas possibilidades de aproximar os movimentos do processo decisório.

A participação da sociedade civil na gestão pública provoca uma nova reflexão e ao mesmo uma mudança na medida em que incorpora outros níveis de poder além do Estado, no que se configura como um direito ao auto-desenvolvimento que pode ser

alcançado numa sociedade participativa que contribui para a formação de uma cidadania qualificada, gestada pelos próprios sujeitos.

O conflito se situa para além da decisão do local onde inserir uma biblioteca, o que não se contrapõe aos projetos em curso dos movimentos ou pela presença e inserção de uma instituição universitária enquanto único meio concreto de transmissão de saberes. Colocando no foco a pergunta de que lugar que desejamos para a comunidade negra na cidade de Campinas e como desejamos que esta se represente. Se esta representação deve se dar sob tutela do poder público ou pela sua própria maneira afro-brasileira de se organizar enquanto coletivo diversificado e plural, mas que reflete e compreende que uma transformação social efetiva só se dá quando todas as esferas envolvidas articulam-se pela efetiva construção da autonomia horizontalizada e pela afirmação do cidadão como sujeito pleno.

A possibilidade de alterar a institucionalidade pública está associada às demandas que se estruturam na sociedade. A esfera pública representa no contexto da Fazenda Roseira a construção da viabilidade do exercício da influência e participação dos movimentos sociais e demais parceiros nas decisões de ordem pública, assim como se coloca a demanda dos grupos pelo reconhecimento do Estado. O que está em jogo é a necessidade de atualização dos princípios da democracia, em que o fortalecimento contribua para a consolidação afirmativa dos mesmos em todas as esferas da vida social.

Ou seja, existe uma crescente necessidade de entender as ambiguidades dos processos sociais e dos arranjos possíveis, tendo como referência uma análise qualitativa das práticas sociais e das atitudes dos diversos atores envolvidos na consolidação do território em disputa, tanto nas experiências que inovam na gestão, como nas que mantêm inalteradas as práticas tradicionalmente desenvolvidas.

Conclusão

Da Senzala a Casa Grande ... Da Casa Grande a Senzala

[...] as práticas sociais que constroem cidadania representam a possibilidade de constituir-se num espaço privilegiado para cultivar a responsabilidade pessoal, a obrigação mútua e a cooperação voluntária. As práticas sociais que lhe são inerentes relacionam-se com a solidariedade, e no encontro entre direitos e deveres. A ampliação da esfera pública coloca uma demanda à sociedade em termos de obter uma maior influência sobre o Estado, tanto como sua limitação, assumindo que a autonomia social supõe transcender as assimetrias na representação social, assim como modificar as relações sociais em favor de uma maior auto-organização social.⁵⁶

A cidade é a mediação entre o território e a sociedade, o que faz com que na atualidade a ocupação humana gere uma urbanização extensiva, que se ressalta nas grandes metrópoles.

Esse fato acarreta no adensamento populacional, construindo dentro do território metropolitano vários tipos de territórios. Esta metrópole atual perde o vínculo direto com a nação, caminhando para uma cidade mundializada, autônoma, que concentra riquezas, negócios e disputas entre si, que se refletem nas disputas das olimpíadas, jogos da copa, exposições internacionais e distribuição de recursos em projetos.

No Brasil, podemos acompanhar estes processos, principalmente, mediados pela Constituição de 1988, que apresentou novas bases para se pensar o patrimônio e o urbano de modo a possibilitar interessantes reflexos e potencialidades no cotidiano. O Estatuto das Cidades com suas leis e projetos, reconhecimentos políticos possibilitaram alguns enfrentamentos com a especulação imobiliária especialmente na disputa do lugar da periferia também por outras classes.

Movimentos se institucionalizaram e passaram a resgatar suas manifestações culturais, suas africanidades e ancestralidades como meio de fortalecimento e organização dos territórios articulados por novas redes sociais.

Este aflorar de pertencimento e identidade extrapola a noção e o substrato cultural que é disperso e simultâneo no Brasil inteiro, nesses novos contextos metropolitanos,

56 PUTNAM, R. 1994. Making Democracy Work. Princeton University Press, New Jersey.

também apoiados pela constituição, na discussão de patrimônio.

As bases legais do Patrimônio, ganharam novas amplitudes fomentadas pelo artigo 216, que ampliou o patrimônio cultural através das suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; e dos conjuntos urbanos e demais sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Estabelecendo que cabe ao poder público, com apoio da comunidade a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país considerado como patrimônio material e imaterial.

Essas ações possibilitaram uma reflexão quanto ao papel da participação e fortalecimento da cidadania, existente nos municípios brasileiros e fomentaram a discussão sobre a segregação espacial, circunscrita na dimensão territorial, como parte explicada pela pobreza e os resíduos associados à segregação sócio-espacial.

São reflexos dessa segregação, instalada principalmente nas periferias, a redução de contato entre grupos sociais, diminuição de oportunidades, entre elas o desemprego, dificuldade de acessos culturais diferentes dos seus, acesso limitado as tecnologias entre outros, sendo as redes sociais como um dos meios de busca de contra balanceamento.

Neste cenário, com diversas forças que tencionam o cotidiano nas grandes cidades, emergem novas reorganizações do território , no qual a cidade de Campinas se insere, apresentando um importante papel de cidade-sede da Região Metropolitana, com um PIB entre os maiores do país, com plataformas tributárias de uma cidade mundial, adensada, com ocupações dispersas, pelos avanços de serviços disponíveis e tecnológicos, pelos entroncamentos rodoviários e aeroporto internacional, grandes centros científicos e universidades, conexões entre novos tecidos urbanos, serviços e lazer, entre outras características, possibilitando encontrar entre os diversos fenômenos casos exemplares como o da Requalificação da Fazenda Roseira transformada em Casa de Cultura (AFRO), num espaço delimitado como Equipamento Público Comunitário; lugar que torna-se híbrido por possibilitar uma análise de representação significativa para compreensão dessa MetrÓpole atual.

A Fazenda Roseira reflete o conjunto de bens produzidos pela humanidade, na arquitetura ali presente, e testemunha na formação da memória histórica do povo negro na cidade de Campinas e, na formação da identidade da comunidade Jongo Dito Ribeiro e todos os grupos e movimentos parceiros envolvidos.

Reflete a identificação dos cidadãos com a cidade. É por meio das lembranças dos

lugares que as nossas experiências se fixam na memória, conforme lembrado por Pierre Nora, a sensibilidade, pertencimento não é apenas uma condição legal, mas também compartilhamento de experiências e de vivência dos lugares.

Nesta perspectiva, chegamos ao final deste trabalho ciente que mais que a conclusão de um processo, estamos iniciando uma profunda reflexão pautada, pelas experiências vivenciadas no decorrer desses quase três anos de pesquisa e acompanhamento frente as ações da Casa de Cultura Fazenda Roseira e dos diferenciados processos provocados por esse envolvimento junto a comunidade Jongo Dito Ribeiro.

A Casa de Cultura Fazenda Roseira – (Afro), nessa perspectiva, reflete o amadurecimento da Comunidade Negra em Campinas, que a partir do pertencimento comum, consegue distanciar das personalidades e questões partidárias e dar um passo a frente, pela construção de um Projeto Sócio-Cultural, Educacional e Ambiental para a afirmação, formação e pela valorização da cultura afro brasileira em sua mais ampla diversidade.

Um processo autônomo e coletivo, que efetivamente incomoda alguns integrantes do grupo gestor e intelectuais campineiros, que desenvolvem ações para contê-lo. A proposta de implantação da Biblioteca-Temática Brasil-África, só reafirma a visão elitizada, em que a intelectualidade, a formação e o conhecimento se legitimam, a partir de uma estrutura formal, representada pela academia.

O que está em jogo nesta disputa de poder não é a biblioteca, em que os movimentos sociais envolvidos e a Prefeitura compartilham pelo interesse, mas quem vai gerir este espaço como um todo.

Refletindo como se a única possibilidade de Permissão de Uso da sede da Fazenda Roseira, hierarquizada para aliar-se aos movimentos sociais, grupos, parceiros e simpáticos a cultura afro desse projeto em curso, seja no centro da Casa Grande. Afinal, historicamente, as grandes coisas devem permanecer nos maiores e mais imponentes espaços. Esta Biblioteca de alto grau de intelectualidade soma e agrega ao espaço, entretanto, atinge uma minoria, que não se inscreve na realidade da periferia e comunidades do entorno, do qual está a sede da fazenda Roseira está inserida.

Da Senzala a Casa Grande, título da matéria (Anexa), reflete simbolicamente o

contexto do conflito posto na Casa de cultura Fazenda Roseira entre, a comunidade Jongo Dito Ribeiro, movimentos sociais, ambientais, educacionais e culturais envolvidos no processo e a Prefeitura Municipal de Campinas.

Grupos e movimentos que enfrentam, para a manutenção de seu Projeto Político, Sócio Cultural e Educacional, as dificuldades de infra-estrutura, pressão permanente do capital financeiro e da especulação imobiliária, da própria ampliação e circulação da cidade de Campinas que promove quem deve ficar em que lugar da cidade e ao mesmo tempo faz da região noroeste antes escondida, a região de maior potencialidade e de novos investimentos, fazendo com que a legitimidade e capacidade organizacional e de gestão dos movimentos sociais e grupos envolvidos, como seus conhecimentos e valores de solidariedade e participação coletiva, somados aos conhecimentos científicos de seus membros, sejam rebaixados e comparados a ações menores, simbolicamente, como uma revolta ou insurreição da senzala.

Senzala que guardou os negros escravizados sob açoites, sob a privação de direitos e liberdade, acompanhados pelos olhares e vigílias do Capitão do Mato.

Para a comunidade Jongo Dito Ribeiro, a inserção junto a Fazenda Roseira, também provocou outros olhares, sentimentos e conflitos entre os praticantes jogueiros, que se viram mergulhados em uma série de acertos, trocas e mediações de cunhos políticos, para além da preservação da manifestação do jongo, da troca de olhares e do dançar sobre os toques dos tambus.

Mudanças profundas que colocam a comunidade em uma ampla rede de diálogos e possibilidades para além da preservação do jongo. Manifestação essa que nasceu na senzala e sob toda opressão, da escravidão no período cafeeiro do sudeste, fez de seus pontos uma comunicação e ferramenta política de articulação entre os seus praticantes jogueiros.

Em pleno século XXI, com todas as diferenças de modo e articulação jogueiros e jogueiras usam seus conhecimentos ancestrais para além da Roda de Jongo, praticando no terreiro da vida sua tradição, através da união das pessoas, grupos, parceiros e ampla diversidade sócio-cultural no ritmo dos toques dos tambus de seus corações para que juntos, iniciem uma efetiva transformação na sociedade contra as opressões contemporâneas e ao mesmo tempo, garantindo o privilégio da continuidade de um dos maiores bens que podemos acumular: a certeza de que a resistência contra a segregação

e a luta pelo direito à cidade, efetivamente é um direito de todos.

Cachueira!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Walkiria Molica do. Urbanismo para criança. Campinas: PUCCAMP, 2002.

ARANTES, Otília.(2000).Uma Estratégia Fatal. A Cultura na Gestão das Cidades. In: ARANTES,Otília. Et. Alli. A Cidade do Pensamento Único. Petrópoles: Editora - Vozes.

ARENDT, H. (1997). A condição humana. (8ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ARAUJO, Fábio Boretti Netto de. Participação popular e a construção do espaço público . Dissertação de Mestrado em Urbanismo - Campinas - PUC 2007.

BOURDIEU, Pierre, 1930-1920- A economia das trocas simbólicas. Perspectiva 2009,

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. Campinas, o despontar da modernidade. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e Etnia. Construção da pessoa e Resistência Cultural. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. A Questão Política na Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAMARGO, J. F. Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos. São Paulo: Estudos Econômicos n.14. São Paulo: IPÊ/USP, 1981

CAMPOS, Theodoro de Souza Júnior. Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952

CARVALHO, Edemir. Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas: 1870 – 1956. Campinas: 1991. Dissertação de Mestrado IFCH/UNICAMP.

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Um Convite à Filosofia. 12a ed. Editora Ática; São Paulo-SP, 2002.

CHARTIER, Roger - A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Roger Chartier, trad. Patricia Chittoni Ramos. - Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002, Pp. 67-68.

CHARTIER, Roger - “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 179-192.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo. Editora UNESP, 2001.

CHOU, José Valter Teles – ANDRADE, José Roberto de Lima -Intervenção Urbana e Patrimônio Cultural – Observatório do Turismo do Paraná -artigos científicos – planejamento em áreas urbanas,2005.

CUCHE, Denys. A Noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

DA MATTA, Roberto – A casa e a rua. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1991,

DURHAM, Eunice (1984) “Cultura, patrimônio e preservação”, texto n. 2. In: ARANTES, Antonio A (org) Produzindo o passado. São Paulo: Brasiliense, pp.23-24.

GUTIÉRREZ, Ramón. Direito ao Patrimônio Construído. In: *O Direito à Memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria municipal de Cultura/DPH, 1992.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas, SP: Papius, 2000.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

LAPA, José Roberto do Amaral. A Cidade: Os cantos e os antros: Campinas 1850 —1900. São Paulo: EDUSP, 1996.

LIMA, Rossini Tavares de. Folclore nacional. São Paulo, Centro de Pesquisas Mário de Andrade, 1946.

MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações raciais — negros em Campinas (1888 – 1926). 2. ed. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

MARTINS, José de Souza. A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000, 210p.

MARTINS, Valter. Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas 1800 — 1850. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

MACIEL, Cleber da Silva. Discriminações raciais — negros em Campinas (1888 – 1926). 2ª. ed. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

MICELI, Sergio. Bourdier e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. Tempo soc., Apr. 2003, vol.15, nº.1, Pp.64-65.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético – Estilístico nacional ao consumo visual global. . In: ARANTES, Antonio A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

Munanga, K. (2004). Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PENTEADO, Wilson Rogério, Jr. – Jongueiros do Tamandaré – Um estudo antropológico da prática do jongo no Vale do Paraíba Paulista (Guaratinguetá / SP) – UNICAMP, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Campinas: Plano Diretor 1996 e 2006. Oficina Editorial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Sumário de Dados Demográficos de Campinas e Região. SEPLAN. Campinas: 1997/1998 e 2006.

PUPO, Celso Maria de Mello, Campinas, Município do Império – Fundação e Construção – Usos Familiares – A Moradia – Sesmarias, Engenhos e Fazenda, SP. Imprensa Oficial do Estado de S.A,1993.

QUEIROGA, Eugenio F., SANTOS Jr, Wilson R., MERLIN, José R. - O planejamento tradicional e os sistemas de espaços livres na metrópole contemporânea: o caso da Região Metropolitana de Campinas. Texto apresentado ao 9º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil - 9º ENEPEA, Curitiba PR.Brasil 2008.

QUEIROGA, E. F. ; BENFATTI, Denio Munia . Entre o Nó e a Rede, dialéticas espaciais contemporâneas: o caso da Metrópole de Campinas diante da Megalópole do Sudeste do Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 9, p. 41-52, 2007.

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges Ribeiro. *O Jongo*. Rio de Janeiro: Funarte, 1984.

RIGHI, Roberto - CARVALHO, Silvia M. de Góes – O significado e perspectivas do Patrimônio Urbanístico de Ouro Preto – in. IX Cidade Revelada - I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural Itajaí- Santa Catarina,2006

ROLINK,Raquel – A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo.FAPESP/ Studio Nobel, 1977.

ROMERO, N. Silvio – Romero: trechos escolhidos por Nelson Romero. Rio de Janeiro. Agir, 1959.

SANTOS, Carlos Alves Gomes dos – A (Re) Qualificação da Cova da Moura: os diferentes olhares institucionais, IUL (Instituto Universitário de Lisboa), 2008.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. O espaço do cidadão. São Paulo: Studio Nobel, 2000,

SECCHI, Bernardo. A cidade contemporânea e seu projeto. In: REIS, Nestor G.; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta S (coords.). Dispersão Urbana. Diálogos sobre pesquisas Brasil – Europa. São Paulo: FAO/USP, 2007, p. 111-139.

SIMONARD, Pedro – A Construção da Tradição no Jongo da Serrinha: uma etnografia visual do seu processo de espetacularização. Rio de Janeiro, tese de (doutorado), UERJ, 2005.

STEIN, Stanley J. Vassouras – um município brasileiro do café – 1850-1900 (Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1990 [1957], cap 7 E PP.246.

_____. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. (1996). São Paulo. Hucitec.

VARGAS, Heliana; CASTILHO, Ana Luisa H. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, SP: Manole, 2006.

VILLAÇA, Flávio – O espaço intra-Urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, FAPESP, 1998.

ANEXOS

Cultura Afro e Educação

